

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
7. Proventos em Dinheiro	2

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	3
2. Balanço Patrimonial Passivo	6
3. Demonstração do Resultado	9
4. Demonstração do Resultado Abrangente	10
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	11

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	13
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	14
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	15

9. Demonstração de Valor Adicionado	16
-------------------------------------	----

3. Dfs Consolidadas

1. Balanço Patrimonial Ativo	18
2. Balanço Patrimonial Passivo	20
3. Demonstração do Resultado	21
4. Demonstração do Resultado Abrangente	23
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	24

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019	26
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018	27
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017	28

9. Demonstração de Valor Adicionado	29
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais	180
---	-----

Proposta de Orçamento de Capital	182
----------------------------------	-----

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes	184
---	-----

Pareceres E Declarações

Índice

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	185
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	189
Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	190
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	192
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	193
Motivos de Reapresentação	194

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	205.065
Preferenciais	203.909
Total	408.974
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / 7. Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	Dividendo	30/05/2019	Ordinária		0,03378
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	Dividendo	30/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,37126
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	Dividendo	30/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03378
Assembleia Geral Extraordinária	31/05/2019	Dividendo	19/06/2019	Ordinária		0,07829
Assembleia Geral Extraordinária	31/05/2019	Dividendo	19/06/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,07829
Assembleia Geral Extraordinária	31/05/2019	Dividendo	19/06/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,07829
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	24/06/2019	Ordinária		0,28480
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	24/06/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,28480
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	24/06/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,28480
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2019	Ordinária		0,27381
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,28461
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,27381
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	09/12/2019	Ordinária		0,26098
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	09/12/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	0,28708
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2008	Juros sobre Capital Próprio	09/12/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,26098

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	80.994.796	77.030.843	72.561.362
1.01	Ativo Circulante	36.245.021	40.686.100	44.182.326
1.01.01	Disponibilidades	1.161.173	886.013	801.667
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.011.687	4.593.001	612.244
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.003.615	4.500.482	25.187
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.519	587.057
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.623.834	7.369.149	16.799.560
1.01.03.01	Carteira Própria	4.616.071	2.449.171	12.278.625
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	998.500	4.185.217	4.507.982
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.263	0	12.860
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	0	709.861	0
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	0	24.900	93
1.01.04	Relações Interfinanceiras	12.207.651	12.184.602	11.113.736
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.442	2.632	1.802
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	12.186.091	12.162.020	11.078.129
1.01.04.03	Convênios	46	43	49
1.01.04.04	Correspondentes	18.072	19.907	33.756
1.01.05	Relações Interdependências	125.338	117.941	174.414
1.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.358	1.898	7.799
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	122.980	116.043	166.615
1.01.06	Operações de Crédito	11.222.316	10.557.126	9.939.810
1.01.06.01	Setor Público	17.952	11.649	11.016
1.01.06.02	Setor Privado	11.568.502	11.017.857	10.425.796
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.472	4.209	5.171
1.01.06.04	Provisão para Perdas em Operações de Crédito	-367.610	-476.589	-502.173
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	13.247	15.808	18.772
1.01.07.01	Setor Público	2.280	3.181	3.981
1.01.07.02	Setor Privado	12.136	14.169	15.933
1.01.07.03	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	-1.169	-1.542	-1.142

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.01.08	Outros Créditos	4.750.629	4.871.731	4.649.793
1.01.08.01	Avais e Fianças Honrados	8.498	2.583	2.132
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	715.084	821.118	719.157
1.01.08.03	Rendas a Receber	229.283	213.295	161.667
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	0	17.988	8.997
1.01.08.05	Diversos	4.048.532	3.941.968	3.852.972
1.01.08.06	Provisão para Outros Créditos	-250.768	-125.221	-95.132
1.01.09	Outros Valores e Bens	129.146	90.729	72.330
1.01.09.03	Outros Valores e Bens	2.746	2.838	1.838
1.01.09.05	Despesas Antecipadas	126.400	87.891	70.492
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.891.416	33.623.504	25.799.147
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	18.990.465	12.660.646	6.946.569
1.02.02.01	Carteira Própria	15.830.482	12.660.499	5.659.005
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	2.587.521	0	502.144
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	122.046	0	92.362
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	423.646	0	667.061
1.02.02.05	Vinculados à Prestação de Garantias	26.770	147	25.997
1.02.03	Relações Interfinanceiras	1.074.400	1.015.245	957.181
1.02.03.01	Sistema Financeiro da Habitação	1.074.400	1.015.245	957.181
1.02.05	Operações de Crédito	19.246.523	17.737.469	15.875.290
1.02.05.01	Setor Público	86.143	69.348	56.159
1.02.05.02	Setor Privado	21.284.697	19.650.357	17.960.964
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	18.833	24.181	30.928
1.02.05.04	Provisão para Perdas em Operações de Crédito	-2.143.150	-2.006.417	-2.172.761
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	15.711	13.398	19.401
1.02.06.01	Setor Público	768	1.422	2.100
1.02.06.02	Setor Privado	16.298	13.260	22.132
1.02.06.03	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	-1.355	-1.284	-4.831
1.02.07	Outros Créditos	2.318.136	2.097.427	1.932.205

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	1.624	2.547	1.197
1.02.07.03	Diversos	2.364.514	2.143.786	1.999.372
1.02.07.04	Provisão para Outros Créditos	-48.002	-48.906	-68.364
1.02.08	Outros Valores e Bens	246.181	99.319	68.501
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	314.737	154.232	115.075
1.02.08.02	Provisão para Desvalorização	-90.667	-73.406	-67.573
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	22.111	18.493	20.999
1.03	Ativo Permanente	2.858.359	2.721.239	2.579.889
1.03.01	Investimentos	1.644.747	1.403.030	1.183.741
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.638.128	1.395.894	1.177.040
1.03.01.04	Outros Investimentos	11.395	11.921	11.486
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-4.776	-4.785	-4.785
1.03.02	Imobilizado de Uso	250.483	195.445	165.252
1.03.02.01	Imóveis de Uso	125.147	113.220	113.336
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	710.432	655.997	624.114
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-585.096	-573.772	-572.198
1.03.04	Intangível	963.129	1.122.764	1.230.896
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	1.613.140	1.593.967	1.527.374
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-650.011	-471.203	-296.478

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	80.994.796	77.030.843	72.561.362
2.01	Passivo Circulante	32.528.691	30.090.736	28.261.744
2.01.01	Depósitos	19.424.885	17.515.602	15.392.753
2.01.01.01	Depósitos a Vista	3.237.941	3.632.816	3.566.049
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	9.622.161	9.127.809	8.312.468
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	457.089	112.306	81.887
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	6.106.024	4.642.398	3.432.349
2.01.01.05	Outros Depósitos	1.670	273	0
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	3.577.107	4.180.732	5.006.189
2.01.02.01	Carteira Própria	3.577.107	4.180.732	5.006.189
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.642.498	984.171	1.233.137
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.642.498	984.171	1.233.137
2.01.04	Relações Interfinanceiras	81.645	65.031	2.773
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	81.645	65.031	2.206
2.01.04.03	Correspondentes	0	0	567
2.01.05	Relações Interdependências	228.696	214.956	180.305
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	228.696	214.956	180.305
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	708.838	861.998	714.377
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	708.838	861.998	714.377
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	457.882	432.595	663.520
2.01.07.01	Tesouro Nacional	12.391	13.897	160.851
2.01.07.02	BNDES	315.200	289.692	339.681
2.01.07.03	CEF	6.376	5.824	5.768
2.01.07.04	FINAME	123.419	122.726	156.714
2.01.07.05	Outras Instituições Oficiais	496	456	506
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	1.393	2.663	2.274
2.01.09	Outras Obrigações	6.405.747	5.832.988	5.066.416
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.459	40.242	61.777
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	59.358	46.752	29.422

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	105.265	119.704	181.324
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	413.007	513.617	505.192
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	901.124	903.347	804.189
2.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.423	34.463
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	162.353	155.166	133.232
2.01.09.09	Diversas	4.736.181	4.051.737	3.316.817
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	40.495.550	39.649.534	37.267.869
2.02.01	Depósitos	34.248.080	33.364.564	31.731.851
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	0	0	67.225
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	34.248.080	33.364.564	31.664.626
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.205.125	2.151.098	1.063.465
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.205.125	2.151.098	1.063.465
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	0	182	1.004
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	0	182	1.004
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.091.948	1.315.345	1.552.242
2.02.07.02	BNDES	786.922	950.948	1.086.978
2.02.07.03	CEF	41.341	41.568	46.111
2.02.07.04	FINAME	262.651	321.329	417.198
2.02.07.05	Outras Instituições Oficiais	1.034	1.500	1.955
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	1.356	3.434
2.02.09	Outras Obrigações	2.950.397	2.816.989	2.915.873
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	548.653	537.911	526.479
2.02.09.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	24.386	371.706
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas	2.138.695	1.996.865	1.759.906
2.02.09.05	Diversas	263.049	257.827	257.782
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	178.188	15.502	0
2.05	Patrimônio Líquido	7.792.367	7.275.071	7.031.749
2.05.01	Capital Social Realizado	5.200.000	4.396.719	4.750.000
2.05.02	Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.05.04	Reservas de Lucro	2.872.851	3.065.305	2.468.615
2.05.04.01	Legal	596.276	529.055	476.623
2.05.04.02	Estatutária	2.069.074	1.892.138	1.675.108
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	207.501	644.112	316.884
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-284.995	-191.464	-191.377

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	9.074.240	9.519.470	9.927.230
3.01.01	Operações de Crédito	6.621.745	6.660.701	6.529.191
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	5.738	3.708	7.768
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.391.889	1.582.133	2.229.131
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	132.096	217.626	-86.295
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	137.754	213.321	145.094
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	732.231	761.881	1.004.171
3.01.07	Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	52.787	80.100	98.170
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-4.794.402	-5.160.249	-6.235.962
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-3.309.938	-3.421.650	-4.400.049
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-291.264	-459.797	-393.835
3.02.04	Provisão para Operações de Crédito	-1.193.200	-1.278.802	-1.442.078
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.279.838	4.359.221	3.691.268
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-2.851.216	-2.733.411	-2.228.564
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	1.239.551	1.192.871	1.067.582
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.957.111	-2.040.462	-1.928.677
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.692.775	-1.658.485	-1.541.949
3.04.04	Despesas Tributárias	-377.056	-378.927	-349.086
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	833.546	409.306	769.640
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.282.820	-610.255	-535.664
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	385.449	352.541	289.590
3.05	Resultado Operacional	1.428.622	1.625.810	1.462.704
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	1.428.622	1.625.810	1.462.704
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-186.610	-246.882	-456.843
3.09	IR Diferido	243.979	-205.560	170.727
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-141.573	-124.739	-123.552
3.10.01	Participações	-141.573	-124.739	-123.552
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	1.344.418	1.048.629	1.053.036
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,28729	2,56405	2,57482

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.344.418	1.048.629	1.053.036
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-198.902	-87	-41.569
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.145.516	1.048.542	1.011.467

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-29.661	2.043.053	1.323.045
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.128.960	3.684.058	3.044.779
6.01.01.01	Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	1.428.622	1.625.810	1.462.704
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	204.919	196.419	185.311
6.01.01.03	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-385.449	-352.541	-289.590
6.01.01.05	Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	315.734	411.262	200.892
6.01.01.06	Provisão para Operações de Crédito	1.193.200	1.278.802	1.442.078
6.01.01.07	Reversão de Provisão para Perdas de Securitização	0	0	-142
6.01.01.08	Provisão para Contingência	615.913	318.746	214.253
6.01.01.10	Tributos Diferidos	-243.979	205.560	-170.727
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.158.621	-1.641.005	-1.721.734
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	79.563	500.868	-147.673
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Títulos para Negociação	-1.933.003	241.510	-375.858
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	-158.118	-274.138	-125.564
6.01.02.05	(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	-59.247	-975.548	-1.386.701
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-3.222.452	-3.717.962	-2.549.608
6.01.02.07	Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	546	11.665	10.124
6.01.02.08	(Aumento) em Outros Créditos	176.099	-473.689	-229.229
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	-185.279	-49.217	67.245
6.01.02.10	Aumento em Depósitos	2.792.799	3.755.562	4.302.219
6.01.02.11	(Redução) em Captação no Mercado Aberto	-603.625	-825.457	-604.334
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	712.354	838.667	317.664
6.01.02.13	(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-354.078	-322.712	-635.622
6.01.02.14	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	-286.010	-130.503	87.825
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-189.267	-208.469	-452.222
6.01.02.16	Aumento (redução) em Resultados de Exercícios Futuros	71.097	-11.582	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.491.786	3.003.904	-2.348.747
6.02.01	Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	124.805	103.132	57.533
6.02.03	(Aumento) Redução em Títulos Disponíveis para Venda	1.640	862.836	-66.619

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.04	(Aumento) Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	-2.521.247	2.506.164	-2.223.630
6.02.05	Alienação de Investimentos	2.979	1.626	255
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	1.119	1.930	750
6.02.07	Aquisição de Investimentos	-3.384	-1.836	-1.357
6.02.08	Aquisição de Imobilizado de Uso	-76.732	-49.895	-32.418
6.02.09	Aplicação no Intangível	-20.966	-67.473	-84.071
6.02.10	Baixa do Intangível	0	701	810
6.02.11	Redução de Capital Social	0	-353.281	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-720.481	-533.673	-432.623
6.03.01	Dívidas Subordinadas	0	-8.973	-17.929
6.03.02	Pagamento de Juros e Recompra da Dívida Subordinada	-166.717	-143.396	-122.198
6.03.03	Dividendos Pagos	-45.839	-20.204	-16.677
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-507.925	-361.100	-275.819
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	15.337	52.687	4.759
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.226.591	4.565.971	-1.453.566
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.399.451	833.480	2.287.046
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.172.860	5.399.451	833.480

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.396.719	4.511	0	3.065.305	0	-191.464	7.275.071
5.03	Saldo Ajustado	4.396.719	4.511	0	3.065.305	0	-191.464	7.275.071
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.344.418	0	1.344.418
5.05	Destinações	0	0	0	610.827	-1.147.458	0	-536.631
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-73.706	0	-73.706
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-462.925	0	-462.925
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	610.827	-610.827	0	0
5.05.03.01	Constituição de Reservas	0	0	0	610.827	-610.827	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-198.902	-198.902
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	585	585
5.07.04	Ajustes de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	0	-214.824	-214.824
5.07.05	Ajustes de variação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	0	0	15.337	15.337
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	803.281	0	0	-803.281	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	-196.960	105.371	-91.589
5.12.01	Realização dos Ajustes de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-105.371	105.371	-91.589
5.12.02	Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0	0	-91.589	0	0
5.13	Saldo Final	5.200.000	4.511	0	2.872.851	0	-284.995	7.792.367

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.750.000	4.511	0	2.468.615	0	-191.377	7.031.749
5.03	Saldo Ajustado	4.750.000	4.511	0	2.468.615	0	-191.377	7.031.749
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.048.629	0	1.048.629
5.05	Destinações	0	0	0	596.690	-1.048.629	0	-451.939
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-13.820	0	-13.820
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-406.100	0	-406.100
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	596.690	-628.709	0	-32.019
5.05.03.01	Constituição de Reservas	0	0	0	628.709	-628.709	0	0
5.05.03.02	Dividendos Exercícios Anteriores	0	0	0	-32.019	0	0	-32.019
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-87	-87
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-602	-602
5.07.04	Ajuste Avaliação Atuarial	0	0	0	0	0	-52.172	-52.172
5.07.06	Ajuste de Variação Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	0	0	52.687	52.687
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	-353.281	0	0	0	0	0	-353.281
5.13	Saldo Final	4.396.719	4.511	0	3.065.305	0	-191.464	7.275.071

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.500.000	4.511	0	2.085.820	0	-149.808	6.440.523
5.03	Saldo Ajustado	4.500.000	4.511	0	2.085.820	0	-149.808	6.440.523
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.053.036	0	1.053.036
5.05	Destinações	0	0	0	632.795	-1.053.036	0	-420.241
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-20.204	0	-20.204
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-400.037	0	-400.037
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	632.795	-632.795	0	0
5.05.03.01	Constituição de Reservas	0	0	0	632.795	-632.795	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-41.569	-41.569
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	4.893	4.893
5.07.04	Ajustes de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	0	-51.221	-51.221
5.07.06	Ajustes de variação cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	0	0	4.759	4.759
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	250.000	0	0	-250.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	4.750.000	4.511	0	2.468.615	0	-191.377	7.031.749

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	9.955.189	9.880.624	10.266.336
7.01.01	Intermediação Financeira	9.075.292	9.557.249	9.871.192
7.01.02	Prestação de Serviços	1.239.551	1.192.871	1.067.582
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.193.200	-1.278.802	-1.442.078
7.01.04	Outras	833.546	409.306	769.640
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.601.202	-3.881.447	-4.793.884
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.655.582	-2.002.426	-1.731.366
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.947.993	-1.245.326	-1.167.410
7.03.02	Serviços de Terceiros	-706.537	-719.321	-619.994
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.052	-37.779	56.038
7.04	Valor Adicionado Bruto	3.698.405	3.996.751	3.741.086
7.05	Retenções	-204.919	-196.419	-185.311
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-204.919	-196.419	-185.311
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.493.486	3.800.332	3.555.775
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	385.449	352.541	289.590
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	385.449	352.541	289.590
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.878.935	4.152.873	3.845.365
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	3.878.935	4.152.873	3.845.365
7.09.01	Pessoal	1.823.223	1.890.393	1.789.885
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.382.451	1.459.943	1.374.513
7.09.01.02	Benefícios	354.825	345.938	334.939
7.09.01.03	F.G.T.S.	85.947	84.512	80.433
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	595.148	1.106.177	897.546
7.09.02.01	Federais	533.471	1.045.286	842.629
7.09.02.02	Estaduais	59	105	87
7.09.02.03	Municipais	61.618	60.786	54.830
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116.146	107.674	104.898
7.09.03.01	Aluguéis	116.146	107.674	104.898
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.344.418	1.048.629	1.053.036

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	462.925	406.100	400.037
7.09.04.02	Dividendos	73.706	13.820	20.204
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	807.787	628.709	632.795

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	82.539.500	78.336.413	74.367.489
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.161.179	886.049	12.508.577
1.01.01	Disponibilidades	1.161.179	886.049	801.704
1.01.02	Aplicações no Mercado Aberto (Antes da Adoção do IFRS 9)	0	0	41.687
1.01.03	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Antes da Adoção do IFRS 9)	0	0	587.057
1.01.04	Depósitos Compulsórios no Banco Central (Antes da Adoção do IFRS 9)	0	0	11.078.129
1.02	Ativos Financeiros	75.573.198	72.327.008	56.689.543
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	18.240.822	15.908.652	5.312.471
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	0	3.962.032
1.02.01.03	Depósitos Compulsórios no Banco Central	12.186.091	12.162.020	0
1.02.01.04	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	5.923.422	3.746.632	0
1.02.01.05	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Antes da Adoção do IFRS 9)	0	0	1.245.217
1.02.01.06	Instrumentos Financeiros	131.309	0	105.222
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.662	289.903	0
1.02.02.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.662	289.903	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	57.329.714	56.128.453	51.377.072
1.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento (Antes da Adoção do IFRS 9)	0	0	18.876.433
1.02.03.02	Empréstimos e Recebíveis (Antes da Adoção do IFRS 9)	0	0	29.115.920
1.02.03.03	Aplicações no Mercado Aberto	1.004.676	4.509.439	0
1.02.03.04	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.499	0
1.02.03.05	Títulos e Valores Mobiliários	18.864.882	16.352.825	0
1.02.03.06	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	36.341.582	34.216.245	0
1.02.03.07	(-) Provisão para Perda Esperada	-2.807.895	-2.599.631	0
1.02.03.08	Outros Ativos Financeiros	3.918.397	3.557.076	3.384.719
1.03	Tributos Diferidos	2.706.715	2.250.639	2.109.862
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.706.715	2.250.639	2.109.862
1.04	Outros Ativos	1.352.303	1.256.606	1.337.898
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	229.746	83.752	50.914
1.04.03	Outros	1.122.557	1.172.854	1.286.984

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.05	Investimentos	131.244	112.599	116.876
1.06	Imobilizado	650.343	378.153	369.577
1.06.01	Imobilizado de Uso	650.343	378.153	369.577
1.07	Intangível	964.518	1.125.359	1.235.156
1.07.01	Intangíveis	964.518	1.125.359	1.235.156

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	82.539.500	78.336.413	74.367.489
2.02	Outros Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo através do Resultado	2.301.048	2.178.840	2.299.307
2.02.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	26.809	406.169
2.02.02	Dividas Subordinadas	2.301.048	2.152.031	1.893.138
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	67.926.551	64.797.122	61.194.114
2.03.01	Depósitos	53.640.084	50.864.110	47.084.589
2.03.02	Captações no Mercado Aberto	3.391.443	3.928.602	4.852.616
2.03.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.560.166	2.840.001	2.037.848
2.03.04	Obrigações por Repasses	1.551.223	1.751.959	2.221.470
2.03.05	Obrigações por Empréstimos	708.929	862.788	716.702
2.03.06	Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	5.074.706	4.549.662	4.280.889
2.04	Provisões	1.936.040	1.531.594	1.293.734
2.04.01	Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outros	1.936.040	1.531.594	1.293.734
2.05	Passivos Fiscais	478.671	569.717	537.098
2.05.01	Correntes	174.189	146.352	259.505
2.05.02	Diferidos	304.482	423.365	277.593
2.06	Outros Passivos	2.090.660	1.893.077	1.684.085
2.06.01	Outros Passivos	2.001.132	1.838.015	1.684.085
2.06.02	Provisão para Perda Esperada	89.528	55.062	0
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	7.806.530	7.366.063	7.359.151
2.08.01	Capital Social Realizado	5.200.000	4.396.719	4.750.000
2.08.02	Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511
2.08.04	Reservas de Lucros	2.773.279	3.040.725	2.681.001
2.08.04.01	Reserva Legal	596.276	529.055	476.623
2.08.04.02	Reserva Estatutária	2.069.074	1.892.138	1.675.108
2.08.04.10	Outras Reservas de Lucro	107.929	619.532	529.270
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-173.255	-79.724	-79.637
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.995	3.832	3.276

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	8.063.609	8.454.424	9.317.842
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	8.063.609	8.454.424	9.317.842
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.533.510	-3.908.680	-4.729.865
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-3.533.510	-3.908.680	-4.729.865
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.530.099	4.545.744	4.587.977
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-3.208.365	-3.122.129	-3.037.102
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	2.064.591	2.027.094	1.830.925
3.04.02	Despesas de Pessoal	-2.116.282	-2.180.296	-2.065.738
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-1.536.335	-1.589.465	-1.517.711
3.04.04	Despesas Tributárias	-482.688	-487.957	-453.754
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	786.761	558.840	704.164
3.04.05.01	Receita de Dividendos	1.740	5.187	2.963
3.04.05.02	Ganhos Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros	67.061	228.023	-63.950
3.04.05.03	Resultado de Variação Cambial de Transações no Exterior	35.827	60.053	87.528
3.04.05.04	Outras Receitas Operacionais	682.133	265.577	677.623
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.971.009	-1.495.524	-1.566.049
3.04.06.01	Perdas com Ativos Financeiros	-39.038	6.623	0
3.04.06.02	Outras Despesas Operacionais	-1.227.141	-515.475	-441.218
3.04.06.03	Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	-704.830	-986.672	-1.124.831
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	46.597	45.179	31.061
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.321.734	1.423.615	1.550.875
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-51.787	-515.018	-455.369
3.06.01	Corrente	-354.863	-403.209	-588.729
3.06.02	Diferido	303.076	-111.809	133.360
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.269.947	908.597	1.095.506
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.269.947	908.597	1.095.506
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.269.426	907.841	1.094.893
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	521	756	613
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,10000	2,22000	2,68000
3.99.01.02	PNA	3,34000	2,37000	2,88000
3.99.01.03	PNB	3,10000	2,22000	2,68000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.269.947	908.597	1.095.506
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-93.531	-87	-41.569
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	4.893
4.02.02	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	585	-602	0
4.02.03	Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós Emprego	-109.453	-52.172	-51.221
4.02.04	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	15.337	52.687	4.759
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.176.416	908.510	1.053.937
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.175.895	907.754	1.053.324
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	521	756	613

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.250	1.937.221	1.424.414
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.947.451	3.204.390	3.702.982
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.321.734	1.423.615	1.550.875
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	298.818	226.954	213.285
6.01.01.03	Resultado de Participações em Coligadas	-46.597	-45.179	-31.061
6.01.01.04	Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	315.734	411.262	200.892
6.01.01.05	Tributos Diferidos	-303.076	-111.809	133.360
6.01.01.06	Perdas Esperada de Ativos Financeiros	743.868	980.049	1.419.171
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Perdas de Securitização	0	0	-142
6.01.01.08	Provisões para Contingências	616.970	319.498	216.602
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.951.701	-1.267.169	-2.278.568
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	79.546	500.882	-147.673
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	-2.176.790	215.400	-389.545
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	-158.118	-274.138	-125.564
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro	-2.660.941	-3.590.972	-2.339.675
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-361.321	-172.357	-92.611
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-179.445	17.266	-1.695.538
6.01.02.10	Aumento em Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.604.385	3.334.235	3.366.743
6.01.02.11	Aumento em Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	433.455	230.465	-45.510
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Passivos	82.264	-168.637	47.285
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-346.619	-343.192	-568.535
6.01.02.14	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	8.305	-100.259	-385.964
6.01.02.15	Aumento (Redução) em Passivos Fiscais	-252.351	168.029	98.019
6.01.02.16	(Aumento) Depósito Compulsório no Banco Central	-24.071	-1.083.891	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.523.283	3.101.633	-2.459.860
6.02.01	Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	124.805	103.132	57.533
6.02.02	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	287.241	955.314	-163.677
6.02.03	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários	-2.512.057	2.511.851	-2.235.739
6.02.04	Alienação de Investimentos	2.461	8.443	248

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	6.890	7.569	2.347
6.02.06	Alienação de Intangível	0	751	942
6.02.07	Aquisição de Investimentos	-19.309	-1.836	-1.357
6.02.08	Aquisições de Imobilizado de Uso	-392.236	-62.837	-35.946
6.02.09	Aquisição no Intangível	-21.078	-67.473	-84.211
6.02.10	Redução de Capital Social	0	-353.281	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-722.318	-533.117	-432.250
6.03.01	Dívidas Subordinadas	0	-8.973	-17.929
6.03.02	Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	-166.717	-143.396	-122.198
6.03.03	Dividendos Pagos	-45.839	-20.204	-16.677
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-507.925	-361.100	-275.819
6.03.05	Variação na Participação de Não Controladores	-1.837	556	373
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	15.337	52.687	4.759
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.234.514	4.558.424	-1.462.937
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.408.441	850.017	2.312.954
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.173.927	5.408.441	850.017

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.396.719	4.511	3.040.725	0	-79.724	7.362.231	3.832	7.366.063
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.396.719	4.511	3.040.725	0	-79.724	7.362.231	3.832	7.366.063
5.04	Transações de Capital com os Sócios	803.281	0	-803.281	-536.631	0	-536.631	-1.837	-538.468
5.04.01	Aumentos de Capital	803.281	0	-803.281	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-73.706	0	-73.706	0	-73.706
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-462.925	0	-462.925	0	-462.925
5.04.08	Variação na Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-1.837	-1.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.072.466	-93.531	978.935	0	978.935
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.269.426	0	1.269.426	0	1.269.426
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-105.371	-93.531	-198.902	0	-198.902
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-105.371	-93.531	-198.902	0	-198.902
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-91.589	0	-91.589	0	-91.589
5.05.03.02	Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0	-91.589	0	-91.589	0	-91.589
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	535.835	-535.835	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	535.835	-535.835	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.200.000	4.511	2.773.279	0	-173.255	7.804.535	1.995	7.806.530

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.750.000	4.511	2.681.001	0	-79.637	7.355.875	3.276	7.359.151
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-96.178	0	-96.178	0	-96.178
5.02.01	Efeitos da Adoção Inicial do IFRS 9	0	0	0	-96.178	0	-96.178	0	-96.178
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.750.000	4.511	2.681.001	-96.178	-79.637	7.259.697	3.276	7.262.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-353.281	0	-32.019	-419.920	0	-805.220	556	-804.664
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-13.820	0	-13.820	0	-13.820
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-406.100	0	-406.100	0	-406.100
5.04.08	Variação na Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	556	556
5.04.09	Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores	0	0	-32.019	0	0	-32.019	0	-32.019
5.04.10	Redução de Capital Social	-353.281	0	0	0	0	-353.281	0	-353.281
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	907.841	-87	907.754	0	907.754
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	907.841	0	907.841	0	907.841
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-87	-87	0	-87
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-87	-87	0	-87
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	391.743	-391.743	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	391.743	-391.743	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.396.719	4.511	3.040.725	0	-79.724	7.362.231	3.832	7.366.063

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.500.000	4.511	2.256.349	0	-38.068	6.722.792	2.903	6.725.695
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.500.000	4.511	2.256.349	0	-38.068	6.722.792	2.903	6.725.695
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	0	-250.000	-420.241	0	-420.241	373	-419.868
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	-250.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.204	0	-20.204	0	-20.204
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-400.037	0	-400.037	0	-400.037
5.04.08	Variação na Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	373	373
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.094.893	-41.569	1.053.324	0	1.053.324
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.094.893	0	1.094.893	0	1.094.893
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-41.569	-41.569	0	-41.569
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-41.569	-41.569	0	-41.569
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	674.652	-674.652	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	674.652	-674.652	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.750.000	4.511	2.681.001	0	-79.637	7.355.875	3.276	7.359.151

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	10.717.528	10.637.779	10.990.622
7.01.01	Intermediação Financeira	9.106.466	9.589.422	9.922.519
7.01.02	Prestação de Serviços	2.042.516	1.996.294	1.804.827
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.193.916	-1.280.030	-1.444.376
7.01.04	Outras	762.462	332.093	707.652
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.580.377	-3.860.637	-4.763.494
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.801.388	-2.190.488	-1.976.412
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.032.142	-1.306.774	-1.218.976
7.03.02	Serviços de Terceiros	-768.194	-846.069	-813.409
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.052	-37.645	55.973
7.04	Valor Adicionado Bruto	4.335.763	4.586.654	4.250.716
7.05	Retenções	-210.534	-199.591	-188.501
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-210.534	-199.591	-188.501
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.125.229	4.387.063	4.062.215
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.597	45.179	31.061
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.597	45.179	31.061
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.171.826	4.432.242	4.093.276
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	4.171.826	4.432.242	4.093.276
7.09.01	Pessoal	1.839.392	1.904.414	1.802.481
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.394.571	1.470.452	1.383.663
7.09.01.02	Benefícios	356.838	347.913	336.886
7.09.01.03	F.G.T.S.	87.983	86.049	81.932
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	872.044	1.372.717	1.134.374
7.09.02.01	Federais	776.366	1.275.321	1.045.462
7.09.02.02	Estaduais	236	1.677	120
7.09.02.03	Municipais	95.442	95.719	88.792
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.451	105.726	102.772
7.09.03.01	Aluguéis	115.451	105.726	102.772
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.344.939	1.049.385	1.053.649

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	462.925	406.100	400.037
7.09.04.02	Dividendos	73.706	13.820	20.204
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	807.787	628.709	632.795
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	521	756	613

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. relativas ao exercício de 2019, em atendimento às exigências estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen, por meio da Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional – CMN, que disciplina a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional – IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* – IASC.

Informações sobre o modelo de negócios do Banco, gestão de riscos e governança corporativa estão disponíveis no site <http://www.banrisul.com.br>, nas rotas: Relações com Investidores/Informações aos Investidores/Formulário de Referência; Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Relatório de Gerenciamento de Riscos, atualizadas, conforme última publicação na rota: Relações com Investidores/Informações aos Investidores/Divulgação de Resultados/4T2019.

CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O ano de 2019 foi determinado pela manutenção das incertezas no ambiente internacional, notadamente nas searas comercial, política e geopolítica em importantes nações do globo, as quais, em meio a essa conjuntura, apresentaram desaceleração, dinâmica que repercutiu negativamente no crescimento mundial, que deverá se situar abaixo do verificado nos anos anteriores. Nesse cenário, as autoridades das principais economias permaneceram de prontidão para atuar, através das políticas monetária e, em algumas situações, fiscal, reduzindo taxas de juros e promovendo estímulos via gastos a fim de evitar um arrefecimento mais expressivo da atividade global. Especificamente nos Estados Unidos, a despeito das disputas comerciais com a China, as condições econômicas seguiram apresentando evolução positiva, frente ao sólido aumento do emprego e das remunerações, movimento que levou o FED, Banco Central do País, a interromper seu ciclo de normalização monetária. Por sua vez, na Europa, as tensões políticas, apesar de seguirem no radar, apresentaram alguma diluição. Ainda assim, o arsenal monetário restrito e a baixa disposição para utilizar instrumentos fiscais limitaram o crescimento na região, de maneira que a atividade permaneceu exibindo performance próxima da potencial. Já a China, embora tenha experimentado alguma estabilização ao final do ano, com melhora das condições do emprego e do segmento de serviços, continuou em situação delicada, reflexo do imbróglcio comercial com a economia norte-americana.

No Brasil, a atividade se manteve em recuperação, ganhando ritmo um pouco mais expressivo nos últimos meses do ano, diante da materialização de elementos como o encaminhamento efetivo da Reforma da Previdência e a antecipação do estímulo ao consumo resultante da liberação dos saques dos recursos do FGTS. Ainda assim, a incerteza com relação à concretização de novas medidas permaneceu como uma fonte de preocupação, mantendo a confiança em terreno pessimista. Por sua vez, houve melhora das condições do emprego, mas a ociosidade seguiu elevada, o que repercutiu em uma dinâmica inflacionária bastante confortável, apesar da ocorrência de choques de caráter pontual ao longo do período, permitindo ao Banco Central levar, em sua última reunião de política monetária do ano, a Taxa Selic à mínima histórica de 4,5%, o que repercutiu em expansão do crédito às pessoas físicas e jurídicas. A despeito disso, o segmento de serviços apresentou relativa estabilização, ao passo que o comércio varejista desacelerou e a indústria se manteve em terreno negativo.

No Rio Grande do Sul, a economia apresentou desempenho superior ao verificado nacionalmente no primeiro semestre do ano, reflexo de resultados favoráveis em todos os setores de atividade. Entretanto, este movimento passou por ajuste na segunda metade de 2019, quando a produção agropecuária e industrial e o comércio varejista exibiram desaceleração e o segmento de serviços apresentou estabilidade. Nesse ambiente, o mercado

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

de trabalho se manteve enfraquecido, com taxas de desemprego ainda elevadas. Apesar disso, cabe destacar que a produção agropecuária avançou ante 2018, impulsionada, em grande medida, pelo aumento da produção de soja e milho, e que, em um contexto de juros em patamar reduzido, houve expansão do crédito às pessoas jurídicas e, em maior medida, físicas. Especificamente no setor externo, a despeito do câmbio mais desvalorizado, resultado do arrefecimento da atividade global e do aumento dos conflitos políticos e geopolíticos em uma série de economias, o comércio exterior gaúcho apresentou desempenho mais desfavorável no período, acumulando superávit de US\$7,8 bilhões de janeiro a dezembro de 2019, ante saldo positivo de US\$9,8 bilhões em 2018, reflexo de um recuo de 19,3% das exportações e de 18,3% das importações, frente a elementos como a desaceleração de importantes nações mundiais, à delicada situação da Argentina, importante parceiro comercial do Estado, e ao moroso ritmo da recuperação da economia brasileira.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

O Banrisul é um banco de varejo, atuando como principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul para promoção do seu desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável e rentável, que busca estar cada vez mais presente nas comunidades, sendo parceiro das pessoas que querem empreender no seu negócio. Para isso, implementou o Banrisul Mais Empresas, programa que contempla uma nova modelagem de crédito e análise de risco, e busca o aperfeiçoamento na concessão de limites de crédito aos clientes do varejo, para os quais o foco está direcionado à oferta de operações com garantia real, cartão empresarial, desconto de recebíveis e novos planos de soluções da rede de adquirência Vero.

No que se refere à estratégia comercial para o segmento pessoa física, o Banrisul mantém o direcionamento voltado para a ampliação da carteira de crédito com operações de menor risco e maior liquidez, em especial às linhas de crédito consignado aos servidores públicos e aposentados. Buscando a renovação e a fidelização da base de clientes, bem como o estreitamento do relacionamento comercial com clientes de alta renda, o Banco vem ampliando e inaugurando novos espaços Afinidade, criados especificamente para atendimento deste público.

Para o público do agronegócio, o posicionamento do Banco está voltado para a melhoria do atendimento, apoiando o crescimento de toda a cadeia produtiva, tanto para o pequeno e médio produtor, quanto para empresas e cooperativas agrícolas, assim seguindo com a estratégia de ampliar a participação no agronegócio do Estado, com ofertas de linhas de custeio e investimentos em novos projetos para melhoria e ampliação de produtividade.

No aspecto tecnológico, o Banrisul segue focado na transformação digital, adotando o modelo digital de jornadas fim a fim, com foco no cliente, e a internalização da metodologia ágil. A transformação gradual, com impacto em toda a Instituição, a busca de agilidade nos processos e de novos modelos de negócios visam posicionar o Banco no mercado competitivo e torná-lo capaz de implementar com sucesso a estratégia baseada em sua vocação para banco de varejo.

Em consonância com o seu papel de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, o Banrisul apoiou, como patrocinador, diversos projetos na capital e no interior do Estado, estando presente em feiras, expo feiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e à educação, sendo que parte desses projetos foram patrocinados com a utilização de benefícios fiscais concedidos pelas leis federais de incentivo à cultura e ao esporte.

Em 2019, houve o lançamento das campanhas publicitárias O Agro é o nosso Chão, com intuito de enfatizar o novo conceito do segmento de agronegócio do Banrisul e Aplicativo Digital - Tudo no Seu Tempo, objetivando introduzir um novo conceito à principal solução tecnológica apresentada pelo Banrisul aos clientes. Entre as peças publicitárias veiculadas nos diversos canais de comunicação, destacam-se as de produtos e serviços do Banco como Conta Universitária, Crédito Rural, Crédito Consignado, Banricompras, Seguros, Cartão de Crédito e Banrisul Digital.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido atingiu R\$1.269,9 milhões em 2019, R\$361,4 milhões ou 39,8% acima do valor registrado no ano de 2018. O desempenho reflete, principalmente: (i) a estabilidade do resultado líquido de juros ajustado; (ii) o menor fluxo de perdas esperadas com ativos financeiros em R\$236,2 milhões; (iii) o crescimento das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$37,5 milhões; (iv) a retração das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$117,1 milhões, devido, principalmente, aos custos com o Plano de Desligamento por Aposentadoria Voluntária no ano de 2018, ao efeito do acordo coletivo da categoria, a saída de funcionários no âmbito do PDAV, e à diminuição das despesas com serviços de terceiros e com serviços técnicos especializados; (v) desempenho desfavorável das outras receitas/despesas operacionais, em R\$295,1 milhões, devido, principalmente, ao maior fluxo de despesas com provisões trabalhistas e à reversão de provisões para ações cíveis, face à revisão de parâmetros e andamento de processos; (vi) além da consequente redução no Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, em R\$463,2 milhões, tanto pela menor base de cálculo, pela extinção da vigência da Lei nº 13.169/15, que instituiu a alíquota adicional da CSLL de 5% até o final de 2018, e pelo crédito tributário advindo da EC 103/19, que instituiu alíquota adicional de CSLL em 5% a partir de março de 2020.

A reconciliação entre o resultado apurado pelas práticas contábeis brasileiras (BRGAAP) e o padrão contábil internacional (IFRS) abrange as seguintes contas:

- ✓ ... R\$31,4 milhões na receita líquida com juros, refere-se ao diferimento de comissões e outros custos pela taxa de juros efetiva, em R\$14,3 milhões, e aos juros do passivo de arrendamento, em R\$17,1 milhões, em decorrência aos reajustes contratuais;
- ✓ ... R\$107,2 milhões nas perdas esperadas com ativos financeiros, refere-se, principalmente, à diferença nos parâmetros do cálculo, que, na visão de BRGAAP, é baseado na classificação das operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, e na visão IFRS, utiliza a abordagem de três estágios de classificação dos ativos financeiros, com base na extensão da deterioração do crédito desde a originação, e considerando para a migração de um estágio a outro as mudanças no risco de crédito;
- ✓ ... R\$3,0 milhões nas outras despesas administrativas, em função das despesas de depreciação e amortização, modificadas pela revisão de vida útil dos bens do imobilizado, e das despesas de operações de arrendamento, devido ao reconhecimento de arrendamento financeiro;
- ✓ ... R\$60,7 milhões nas despesas com imposto de renda e contribuição social, referentes ao reconhecimento dos tributos diferidos incidentes sobre os ajustes de reconciliação do IFRS.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**TABELA 1: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRO FORMA (R\$ MILHÕES)**

	2019 BRGAAP	Ajuste	2019 IFRS	2018 IFRS	Δ%
Receita Líquida com Juros	4.561,5	(31,4)	4.530,1	4.545,7	-0,3%
Receita de Dividendos	1,7	-	1,7	5,2	-66,5%
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros	67,1	-	67,1	228,0	-70,6%
Resultado de Variação Cambial de Transações no Exterior	35,8	-	35,8	60,1	-40,3%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.064,6	-	2.064,6	2.027,1	1,8%
Perdas Esperadas com Ativos Financeiros	(636,6)	(107,2)	(743,9)	(980,0)	-24,1%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(4.636,7)	3,0	(4.633,7)	(4.462,4)	3,8%
Despesas de Pessoal	(2.116,3)	-	(2.116,3)	(2.180,3)	-2,9%
Outras Despesas Administrativas	(1.539,3)	3,0	(1.536,3)	(1.589,5)	-3,3%
Despesas Tributárias	(482,7)	-	(482,7)	(488,0)	-1,1%
Resultado de Participação em Coligadas	46,6	-	46,6	45,2	3,1%
Outras Receitas Operacionais	682,1	-	682,1	265,6	156,8%
Outras Despesas Operacionais	(1.227,1)	-	(1.227,1)	(515,5)	138,1%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.457,4	(135,7)	1.321,7	1.423,6	-7,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(112,5)	60,7	(51,8)	(515,0)	-89,9%
Lucro Líquido do Exercício	1.344,9	(75,0)	1.269,9	908,6	39,8%

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul, descrita no Estatuto Social da empresa e aprovada desde março de 2009, especifica um percentual mínimo de 25% a ser pago aos acionistas a título de dividendos mínimos obrigatórios. Além do percentual de dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social, a cada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária são definidos os percentuais dos dividendos adicionais. Para o ano de 2019, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2019 no percentual equivalente a 15% sobre o lucro líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio é limitado à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), bem como ao valor de dividendos aprovado no exercício, e seu pagamento é realizado trimestralmente. A remuneração dos acionistas foi e continuará sendo calculada e paga com base nos lucros apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 2019, a distribuição dos resultados alcançou R\$510,9 milhões, na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionados, descontado do imposto de renda retido na fonte.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO (R\$ MILHÕES)

	2019	2018	Δ%
Lucro Líquido do Exercício BRGAAP	1.344,4	1.048,6	28,2%
Reserva Legal	(67,2)	(52,4)	28,2%
Base de Cálculo dos Dividendos	1.277,2	996,2	28,2%
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	319,3	249,0	28,2%
Dividendo Adicional 15%	191,6	149,4	28,2%
Dividendos Totais	510,9	398,5	28,2%
Juro sobre o Capital Próprio Pagos/Creditados ⁽¹⁾	437,2	384,7	13,7%
Dividendos Provisionados	73,7	13,8	433,3%

(1) Valor líquido do Imposto de Renda.

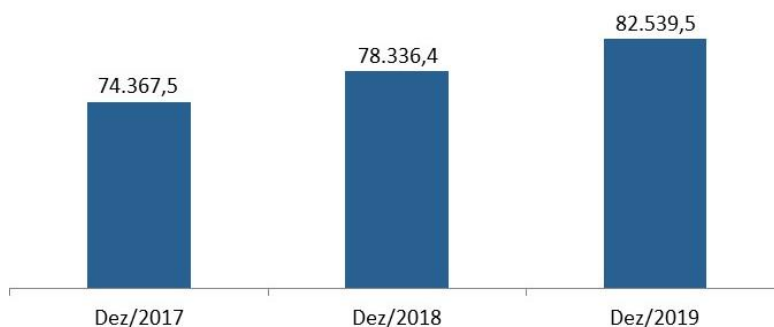
DESEMPENHO PATRIMONIAL**ATIVO**

O ativo total atingiu R\$82.539,5 milhões em dezembro de 2019, com incremento de R\$4.203,1 milhões ou 5,4% sobre o saldo de dezembro de 2018. Na composição dos ativos, destaca-se, principalmente, a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, em 44,0%, dos títulos de investimento, em 31,4%, e dos depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil em 14,8%.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em relação às fontes de recursos que alavancaram o aumento do ativo, incluem-se os passivos financeiros ao custo amortizado, que atingiram R\$67.748,4 milhões em dezembro de 2019, compostos, especialmente, por captações com clientes e bancos, cujo saldo alcançou R\$53.640,1 milhões, com elevação de R\$2.776,0 milhões nos doze meses.

Gráfico 1: Evolução do Ativo Total - R\$ Milhões



TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Os títulos de investimento alcançaram o saldo de R\$25.935,0 milhões em dezembro de 2019, apresentando crescimento de R\$943,7 milhões ou 3,8% em doze meses.

Em relação à composição dos títulos, salienta-se a participação de 72,7% dos ativos financeiros ao custo amortizado, no montante de R\$18.864,9 milhões, de 22,8% dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, no montante de R\$5.923,4 milhões, e de 3,9% de aplicações no mercado aberto, que atingiram R\$1.004,7 milhões. Quanto aos tipos de papéis, os títulos estão concentrados, especialmente, em Letras Financeiras do Tesouro.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado.

TABELA 3: TÍTULOS DE INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)

	Dez 2019	Dez 2018	Δ%
Aplicações no Mercado Aberto	1.004,7	4.509,4	-77,7%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8,1	92,5	-91,3%
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	5.923,4	3.746,6	58,1%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.592,7	3.670,6	52,4%
Cotas de Fundo de Renda Fixa	270,5	32,4	734,1%
Cotas de Fundo Referenciado	15,7	16,7	-5,6%
Outras Cotas de Fundos	23,1	4,3	434,1%
Ações de Companhias Abertas	14,7	15,4	-4,4%
Outros	6,7	7,2	-7,2%
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2,7	289,9	-99,1%
Ações de Companhias Abertas	-	1,1	-100,0%
Cotas de Fundo de Renda Fixa	0,2	286,6	-99,9%
Cotas de Fundo Imobiliário	2,5	2,3	9,4%
Instrumentos Financeiros Derivativos	131,3	-	-
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.864,9	16.352,8	15,4%
Títulos Públicos Federais	18.844,0	16.311,8	15,5%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	18.760,8	16.217,9	15,7%
Títulos Públicos Federais (CVS)	83,2	94,0	-11,5%
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	18,2	17,7	2,5%
Letras Financeiras	2,7	23,3	-88,2%
Total	25.935,0	24.991,3	3,8%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro atingiram o montante de R\$36.341,6 milhões em dezembro de 2019, com ampliação de R\$2.125,3 milhões ou 6,2% em relação a dezembro do ano anterior.

Em dezembro de 2019, o crédito à pessoa física atingiu o montante de R\$27.164,1 milhões, com ampliação de R\$3.144,4 milhões ou 13,1% nos doze meses, representando 74,7% no total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Em relação à composição da pessoa física, destaca-se a participação do crédito consignado, com 58,8%, do crédito imobiliário, com 13,2%, e do crédito pessoal, com 11,9% do total. O crédito à pessoa jurídica atingiu o montante de R\$9.177,5 milhões em dezembro de 2019, com redução de R\$1.019,1 milhões ou 10,0% em relação a dezembro de 2018, representando 25,3% no total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Em relação à composição da pessoa jurídica, destaca-se a participação do capital de giro, com 43,0%, do crédito rural e desenvolvimento, com 12,0%, e da carteira de câmbio, com 11,6%.

Em relação aos vencimentos das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, em dezembro de 2019, as parcelas vencidas a partir de 1 dia totalizaram R\$721,8 milhões ou 2,0% do total da carteira, as parcelas a vencer em até 12 meses totalizaram R\$14.749,1 milhões ou 40,6% do montante, e as parcelas a vencer acima de 12 meses totalizaram R\$20.870,6 milhões ou 57,4% do total da carteira.

TABELA 4: COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)

	Dez 2019	Dez 2018	Δ%
Pessoas Físicas	27.164,1	24.019,7	13,1%
Cartão de Crédito	1.548,9	1.322,3	17,1%
Crédito Consignado	15.965,2	13.653,3	16,9%
Crédito Pessoal - não Consignado	3.219,1	3.105,5	3,7%
Crédito Imobiliário	3.588,0	3.436,0	4,4%
Crédito Rural e Desenvolvimento	1.999,9	1.715,3	16,6%
Outros	842,9	787,4	7,1%
Pessoa Jurídica	9.177,5	10.196,5	-10,0%
Câmbio	1.064,9	1.112,8	-4,3%
Capital de Giro	3.948,6	3.951,8	-0,1%
Conta Empresarial/Garantida	630,3	683,2	-7,7%
Crédito Imobiliário	539,2	677,0	-20,4%
Crédito Rural e Desenvolvimento	1.101,3	1.354,4	-18,7%
Outros	1.893,3	2.417,4	-21,7%
Total	36.341,6	34.216,2	6,2%

PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros apresentaram saldo de R\$70.138,9 milhões em dezembro de 2019, representando 93,9% dos passivos, e apresentando aumento de R\$3.107,9 milhões ou 4,6% em relação a dezembro de 2018.

Em relação à composição dos passivos financeiros, destacam-se as captações com clientes, que representavam 75,8% dos passivos financeiros, os recursos de aceites e emissão de títulos, que correspondem a 5,1% desses passivos, e as captações no mercado aberto, com participação de 4,8% nos passivos financeiros. A estrutura de captação de passivos financeiros do Banrisul é, principalmente, composta de depósitos captados de forma pulverizada, centrada em depósitos a prazo e de poupança.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

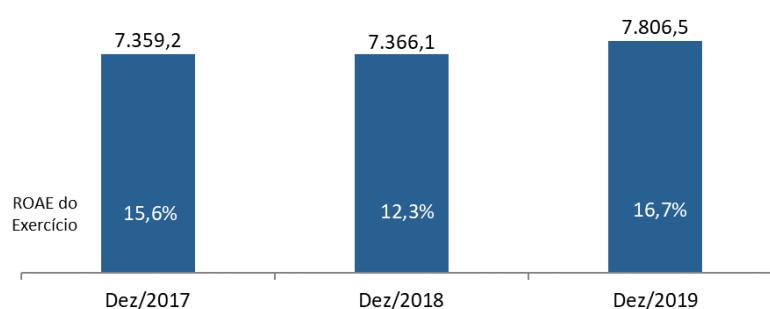
TABELA 5: COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS (R\$ MILHÕES)

	Dez 2019	Dez 2018	Δ%
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	2.301,0	2.178,8	5,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	26,8	-100,0%
Dívidas Subordinadas	2.301,0	2.152,0	6,9%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	67.748,4	64.797,1	4,6%
Captações com Clientes	53.157,2	50.602,4	5,0%
Depósito à Vista	3.203,2	3.479,7	-7,9%
Depósito de Poupança	9.622,2	9.127,8	5,4%
Depósito a Prazo	40.330,2	37.994,6	6,1%
Outros Depósitos	1,7	0,3	511,7%
Captações com Bancos	482,8	261,7	84,5%
Captações no Mercado Aberto	3.391,4	3.928,6	-13,7%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.560,2	2.840,0	25,4%
Obrigações por Repasses	1.551,2	1.752,0	-11,5%
Obrigações por Empréstimos	708,9	862,8	-17,8%
Outros Passivos Financeiros	4.896,5	4.549,7	7,6%
Câmbio	685,5	743,5	-7,8%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	901,1	903,3	-0,2%
Transações com Cartões a Pagar	1.062,3	850,0	25,0%
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	1.718,6	1.663,1	3,3%
Diversos	528,9	389,6	35,8%
Provisão para Perda Esperada	89,5	55,1	62,6%
Total	70.138,9	67.031,0	4,6%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido alcançou R\$7.806,5 milhões em dezembro de 2019, apresentando aumento de R\$440,5 milhões ou 6,0% sobre o montante de dezembro de 2018, refletindo a incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, o remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós-emprego IAS 19 (R1), reclassificação para resultados de exercícios futuros e os ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 16,7% em 2019, 4,4 pp. superior ao indicador alcançado em 2018.

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



MODELO DE NEGÓCIOS

A administração do Banrisul efetua a gestão das atividades operacionais segregada sob a ótica de segmento de negócios. O desempenho da Instituição é avaliado por meio de quatro segmentos: Varejo, Consignado Correspondentes, Corporativo e Tesouraria.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Os resultados dos segmentos operacionais estão em conformidade com as políticas contábeis aplicadas nas demonstrações consolidadas em IFRS. As receitas com prestação de serviços, as despesas gerais e administrativas, as perdas esperadas com ativos financeiros e o imposto de renda são monitorados centralmente e, portanto, não foram alocados por segmento.

O segmento Varejo engloba um conjunto de serviços bancários, captações da rede de agências e operações de crédito direcionadas à base de clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O Segmento Varejo é composto: (i) pelos clientes pessoas físicas; (ii) pelas empresas cadastradas, somente em agências do Estado do Rio Grande do Sul com faturamento anual inferior a R\$72 milhões; e (iii) pelas empresas cadastradas em agências de Outros Estados que apresentem faturamento anual abaixo de R\$120 milhões.

O segmento Consignado Correspondentes é representado pelas operações de crédito geradas por meio da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., que atua em escala nacional.

O segmento Corporativo é responsável pela gestão de produtos e serviços vinculados à captação de recursos e às operações de crédito comercial, de longo prazo, rural, habitacional e câmbio, focado no atendimento a órgãos e instituições governamentais e empresas de médio e grande porte. A classificação dos clientes em Corporativo segue premissas entre as quais: (i) órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais; (ii) empresas com faturamento anual igual ou superior a R\$72 milhões, quando cadastradas no Estado do Rio Grande do Sul; e (iii) em outros Estados as corporações que apresentarem faturamento anual igual ou acima de R\$120 milhões.

O segmento de Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa e administração da carteira própria de ativos financeiros do Banrisul.

Em relação ao resultado de 2019, segregado por segmento de negócios, as receitas com juros e similares deduzidas das despesas com juros e similares e ajustadas pelas receitas ou despesas não de juros do segmento Varejo, representaram 52,7% do resultado líquido, contribuição seguida pela Tesouraria, com 29,4%, Consignado Correspondentes, com participação de 16,1%, e pelo Corporativo, responsável pela geração de 2,1%.

Quanto à estrutura patrimonial, os ativos de Tesouraria compuseram 51,4% do total das aplicações, acompanhada pelo Varejo, em 28,7%, pelo Consignado Correspondente, em 7,0%, e pelo Corporativo em 5,8%; nos passivos, o Varejo alcançou participação de 62,9%, a Tesouraria, 16,7%, e o Corporativo 11,7%.

TABELA 6: SEGMENTO DE NEGÓCIOS (R\$ MILHÕES)

	Varejo	%	Corporativo	%	Consignado Correspondentes	%	Tesouraria	%	Outros (1)	%	Total 2019	Total 2018
2019												
Receitas com Juros e Similares	4.603,1	57,1%	575,3	7,1%	728,8	9,0%	2.156,3	26,7%	-	-	8.063,6	8.454,4
Despesas com Juros e Similares	(2.215,3)	62,7%	(478,8)	13,6%	-	-	(822,3)	23,3%	(17,1)	0,5%	(3.533,5)	(3.908,7)
RECEITA LÍQUIDA DE JUROS	2.387,8	52,7%	96,5	2,1%	728,8	16,1%	1.334,0	29,4%	(17,1)	-0,4%	4.530,1	4.545,7
Outras Receitas/Despesas não de Juros	-		35,8	34,8%	-		67,1	65,2%	-		102,9	288,1
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	-		-		-		67,1	100,0%	-		67,1	228,0
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	-		35,8	100,0%	-		-	-	-		35,8	60,1
Resultado Líquido de Juros Ajustado	2.387,8	51,5%	132,3	2,9%	728,8	15,7%	1.401,1	30,2%	(17,1)	-0,4%	4.633,0	4.833,8
Dez 2019												
Ativo	23.693,8	28,7%	4.811,4	5,8%	5.751,5	7,0%	42.436,9	51,4%	5.845,9	7,1%	82.539,5	78.336,4
Passivo	46.978,4	62,9%	8.756,2	11,7%	-	-	12.515,6	16,7%	6.482,7	8,7%	74.733,0	70.970,3

(1) Composto por rubricas contábeis de ativos/passivos que não geram receitas/despesas com juros, exceto pelo passivo de arrendamento, que apropriou despesas com juros no montante de R\$17,1 milhões no ano de 2019, conforme IFRS 16.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	7	1.161.179	886.049
Ativos Financeiros		75.573.198	72.327.008
Depósitos Compulsórios no Banco Central	8	12.186.091	12.162.020
Ao Custo Amortizado		57.329.714	56.128.453
Aplicações no Mercado Aberto	9	1.004.676	4.509.439
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9	8.072	92.499
Títulos e Valores Mobiliários	10	18.864.882	16.352.825
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	36.341.582	34.216.245
(-) Provisão para Perda Esperada		(2.807.895)	(2.599.631)
Outros Ativos Financeiros	18(a)	3.918.397	3.557.076
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		2.662	289.903
Títulos e Valores Mobiliários	12	2.662	289.903
Ao Valor Justo por meio do Resultado		6.054.731	3.746.632
Títulos e Valores Mobiliários	13	5.923.422	3.746.632
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	131.309	-
Outros Ativos	18(a)	1.352.303	1.256.606
Bens Destinados à Venda		229.746	83.752
Outros		1.122.557	1.172.854
Ativos Fiscais	22(a)	2.706.715	2.250.639
Investimentos em Coligadas	15	123.134	100.745
Ágio		8.110	11.854
Imobilizado	16	650.343	378.153
Intangível	17	964.518	1.125.359
TOTAL DO ATIVO		82.539.500	78.336.413
PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivos Financeiros		70.138.939	67.031.024
Ao Custo Amortizado		67.748.363	64.797.122
Depósitos	19	53.640.084	50.864.110
Captações no Mercado Aberto	19	3.391.443	3.928.602
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	3.560.166	2.840.001
Obrigações por Repasses	19	1.551.223	1.751.959
Obrigações por Empréstimos	19	708.929	862.788
Outros Passivos Financeiros	18(b)	4.896.518	4.549.662
Ao Valor Justo por meio do Resultado	20	2.301.048	2.178.840
Instrumentos Financeiros Derivativos	14	-	26.809
Dívidas Subordinadas		2.301.048	2.152.031
Provisão para Perda Esperada		89.528	55.062
Compromissos de Empréstimos		78.574	36.659
Garantias Financeiras		10.954	18.403
Provisões	21	1.936.040	1.531.594
Passivos Fiscais		478.671	569.717
Corrente		174.189	146.352
Diferido	22	304.482	423.365
Outros Passivos	18(b)	2.179.320	1.838.015
TOTAL DO PASSIVO		74.732.970	70.970.350
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	7.806.530	7.366.063
Capital Social		5.200.000	4.396.719
Reservas de Capital		4.511	4.511
Reservas de Lucros		2.773.279	3.040.725
Resultado Abrangente Acumulado		(173.255)	(79.724)
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		7.804.535	7.362.231
Participação dos Acionistas Não Controladores		1.995	3.832
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.539.500	78.336.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO**

(VALORES EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

	Nota	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas com Juros e Similares		8.063.609	8.454.424
Despesas com Juros e Similares		(3.533.510)	(3.908.680)
Receita Líquida com Juros e Similares	24	4.530.099	4.545.744
Receita de Dividendos		1.740	5.187
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	25	67.061	228.023
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira		35.827	60.053
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	26	2.064.591	2.027.094
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		(743.868)	(980.049)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(704.830)	(986.672)
Perda Esperada com demais Ativos Financeiros		(39.038)	6.623
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.633.716)	(4.462.437)
Despesas de Pessoal	27	(2.116.282)	(2.180.296)
Outras Despesas Administrativas	28	(1.536.335)	(1.589.465)
Despesas Tributárias		(482.688)	(487.957)
Resultado de Participação em Coligadas	15	46.597	45.179
Outras Receitas Operacionais	29	682.133	265.577
Outras Despesas Operacionais	30	(1.227.141)	(515.475)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		1.321.734	1.423.615
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	31	(51.787)	(515.018)
Corrente		(354.863)	(403.209)
Diferido		303.076	(111.809)
Lucro Líquido do Exercício		1.269.947	908.597
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.269.426	907.841
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		521	756
Lucro por Ação			
Lucro Básico e Diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações Ordinárias		3,10	2,22
Ações Preferenciais A		3,34	2,37
Ações Preferenciais B		3,10	2,22
Lucro Líquido Atribuído (em Reais Mil)			
Ações Ordinárias		636.326	454.998
Ações Preferenciais A		4.874	5.993
Ações Preferenciais B		628.226	446.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE**

(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício		1.269.947	908.597
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		585	(602)
Variação de Valor Justo		507	(1.077)
Efeito Fiscal		78	475
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		(109.453)	(52.172)
Ganhos/ (Perdas) Atuariais		(236.297)	(94.605)
Efeito Fiscal		126.844	42.433
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		15.337	52.687
Resultado Abrangente do Exercício, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social		(93.531)	(87)
Total do Resultado Abrangente do Período, Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social		1.176.416	908.510
Resultado Abrangente Atribuível aos Controladores		1.175.895	907.754
Resultado Abrangente Atribuível aos Não Controladores		521	756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Atribuível aos Acionistas da Controladora						Participação de Não Controladores	Patrimônio Líquido	Total do
		Capital Social	Reservas de Capital (Nota 23)	Outros Resultados Abrangentes	Acumulados	Lucros (Nota 23)	Reservas de Lucros (Nota 23)			
Saldo em 01 de Janeiro de 2018		4.750.000	4.511	(79.637)	(96.178)	2.681.001	7.259.697	3.276	7.262.973	
Redução de Capital Social	23(a)	(353.281)	-	-	-	-	(353.281)	-	(353.281)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial										
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	(602)	-	-	(602)	-	(602)	
Ajustes de Avaliação Atuarial	32(e)	-	-	(52.172)	-	-	(52.172)	-	(52.172)	
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	52.687	-	-	52.687	-	52.687	
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	556	556	
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	907.841	-	907.841	-	907.841	
Constituição de Reservas	23(c)	-	-	-	(391.743)	391.743	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	23(d)	-	-	-	(406.100)	-	(406.100)	-	(406.100)	
Dividendos	23(d)	-	-	-	(13.820)	-	(13.820)	-	(13.820)	
Dividendos Exercícios Anteriores	23(d)	-	-	-	-	(32.019)	(32.019)	-	(32.019)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		4.396.719	4.511	(79.724)	-	3.040.725	7.362.231	3.832	7.366.063	
Saldo em 01 de Janeiro de 2019		4.396.719	4.511	(79.724)	-	3.040.725	7.362.231	3.832	7.366.063	
Aumento de Capital Social	23(a)	803.281	-	-	-	(803.281)	-	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	585	-	-	585	-	585	
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	(214.824)	-	-	(214.824)	-	(214.824)	
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	15.337	-	-	15.337	-	15.337	
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	(1.837)	(1.837)	
Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros	23(c)	-	-	105.371	(91.589)	-	(91.589)	-	(91.589)	
Realização dos Ajustes de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	(105.371)	-	-	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	23(c)	-	-	-	1.269.426	-	1.269.426	-	1.269.426	
Constituição de Reservas	23(d)	-	-	-	(535.835)	535.835	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	23(d)	-	-	-	(462.925)	-	(462.925)	-	(462.925)	
Dividendos		-	-	-	(73.706)	-	(73.706)	-	(73.706)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		5.200.000	4.511	(173.255)	-	2.773.279	7.804.535	1.995	7.806.530	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.321.734	1.423.615
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
Depreciação e Amortização		298.818	226.954
Tributos Diferidos		(303.076)	(111.809)
Resultado de Participações em Coligadas		(46.597)	(45.179)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada		315.734	411.262
Perda Esperada de Ativos Financeiros		743.868	980.049
Provisões para Contingências		616.970	319.498
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.947.451	3.204.390
Variação de Ativos e Obrigações		(2.951.701)	(1.267.169)
Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		79.546	500.882
(Aumento) Depósito Compulsório no Banco Central		(24.071)	(1.083.891)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		(2.176.790)	215.400
(Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos		(158.118)	(274.138)
(Aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(2.660.941)	(3.590.972)
(Aumento) em Outros Ativos Financeiros		(361.321)	(172.357)
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(179.445)	17.266
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais		8.305	(100.259)
Aumento em Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		2.604.385	3.334.235
Aumento em Outros Passivos Financeiros		255.267	230.465
Aumento (Redução) em Outros Passivos		260.452	(168.637)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais		(252.351)	168.029
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(346.619)	(343.192)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(4.250)	1.937.221
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Redução de Capital Social		-	(353.281)
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas		124.805	103.132
Redução Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		287.241	955.314
(Aumento) Redução Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários		(2.512.057)	2.511.851
Alienação de Investimentos		2.461	8.443
Alienação de Imobilizado de Uso		6.890	7.569
Baixa do Intangível		-	751
Aquisição de Investimentos		(19.309)	(1.836)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(392.236)	(62.837)
Aplicação no Intangível		(21.078)	(67.473)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.523.283)	3.101.633
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dívidas Subordinadas		-	(8.973)
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada		(166.717)	(143.396)
Dividendos Pagos		(45.839)	(20.204)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(507.925)	(361.100)
Variação na Participação de Não Controladores		(1.837)	556
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(722.318)	(533.117)
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa		15.337	52.687
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.234.514)	4.558.424
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	7	5.408.441	850.017
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7	2.173.927	5.408.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”, “Instituição” e/ou “Banco”), principal empresa do Grupo, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de Banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

Esses serviços são oferecidos aos clientes, no Brasil, por intermédio da rede de agências do Banrisul e, no exterior, em Miami e Grand Cayman.

As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas para o período apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 11 de março de 2020.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banrisul foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Balanço Patrimonial Consolidado, a Demonstração Consolidada do Resultado, a Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente, a Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa apresenta as alterações no Caixa e Equivalentes de Caixa ocorridas no exercício, oriundas das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos. Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos de alta liquidez e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Nota 07 apresenta a classificação dos itens de Caixa e Equivalentes de Caixa nas contas do Balanço Patrimonial Consolidado. O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais foi determinado pelo método indireto, portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa.

Notas Explicativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas incluem várias estimativas e premissas, compreendendo, mas não limitando a adequação das estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, plano de pensão de benefício definido, provisão para perdas esperadas dos ativos, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 04.

Reapresentação de Saldos Comparativos: as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão considerando as alterações de contas contábeis introduzidas pela Carta Circular nº 3.828/17 do Bacen - Arranjo de Pagamento. Como consequência, os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras diferem daqueles apresentados em exercícios anteriores nas seguintes rubricas:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 (Reclassificado)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.026.265	829	2.027.094
Outras Receitas Operacionais	266.406	(829)	265.577

2.2. Principais Alterações e Pronunciamentos Emitidos

(a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - A partir de 01 de janeiro de 2019, o Banco adotou a norma IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. O Banrisul optou pelo método de transição simplificada que substitui a IAS 17, ficando fora do escopo dessa norma, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Passando a ser utilizados os seguintes critérios para aplicação da norma:

- Utilização da taxa incremental para cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP);
- Cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso considerando o AVP; e
- O Banco revisou todos os contratos de arrendamento existentes, a fim de dimensionar o valor da adoção inicial, e a partir de então, definiu critérios para enquadramento dos contratos futuros.

O Banrisul é arrendatário principalmente de bens imóveis tendo como objeto do contrato locação imobiliária referente a instalação de suas agências para a realização de suas atividades comerciais.

O reconhecimento inicial ocorre na data de assinatura do contrato na conta passiva de arrendamento financeiro, que corresponde ao total das parcelas vincendas trazidas a valor presente utilizando a taxa de juros incremental, taxa essa que teria que ser paga ao tomar um empréstimo para aquisição de um bem similar ao do objeto de arrendamento em condições de mercado e prazo semelhantes, tendo como contrapartida ao ativo de direito de uso, amortizados de forma linear pelo prazo contratual.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida em Despesas de Juros e Similares.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta

Notas Explicativas

Interpretação. Esta Interpretação passou a ter vigência em 1º de janeiro de 2019 e não há impactos para as Demonstrações Financeiras do Banrisul.

(b) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis em Períodos Futuros

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não haverá impactos para as Demonstrações Financeiras do Banrisul.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e o fundo de investimento exclusivo em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(a) Controladas - controladas são todas as entidades sobre os quais o Banrisul possui controle. O Banco possui controle sobre investida quando está exposto, ou tem direitos a seus retornos variáveis oriundas do envolvimento com a entidade e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

		Participação Total	
	Atividade	31/12/2019	31/12/2018
Empresas Controladas			
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Meios de Pagamentos	99,78%	99,78%

(b) Coligadas - são aquelas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

		Participação Total	
	Atividade	31/12/2019	31/12/2018
Empresas Coligadas			
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%	49,99%
VG8JV Tecnologia S.A.	Prestação de Serviços	48,00%	-

(c) Transações e Participações com Acionistas Não Controladores - o Banrisul contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido, no Balanço Patrimonial Consolidado. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no Patrimônio Líquido. Os ganhos ou as perdas

Notas Explicativas

sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

(d) Saldos e Transações Eliminadas na Consolidação - Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Controlador.

3.2. Conversão de Moeda Estrangeira

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Transações e Itens do Balanço Patrimonial - As transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado. As variações cambiais de investimentos no exterior são registradas na demonstração do resultado abrangente.

(c) Conversão para Moeda de Apresentação - As Demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço e (ii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido, compondo o resultado abrangente.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas Disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), Aplicações no Mercado Aberto e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

3.4. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Banrisul são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com os modelos de negócios, ao Custo Amortizado, ao Valor Justo por meio do Resultado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Banrisul classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

Notas Explicativas

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

- ✓ Ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test);
- ✓ Inicialmente reconhecido pelo valor contratado adicionado aos custos de transação; e
- ✓ Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- ✓ Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
- ✓ Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
- ✓ Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- ✓ Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- ✓ Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- ✓ Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado; e
- ✓ Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- ✓ O modelo de negócios no qual são administrados; e
- ✓ As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test* - SPPI Test).

Modelo de Negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: (i) obter fluxos de caixa contratuais; (ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banrisul considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do Banrisul, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios (i) e (ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial,

Notas Explicativas

mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 5.7.

O valor contábil é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo. Dividendos sobre ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do Banrisul de receber tais dividendos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Perda de Crédito Esperada

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira:

Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber; e

Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito

Notas Explicativas

compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio com base na extensão da deterioração do crédito desde a origem conforme segue:

Estágio 1: Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar às perdas de crédito resultantes de prováveis *defaults* esperados ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.

Estágio 2: Após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar às perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.

Estágio 3: Quando um ativo financeiro é considerado como depreciado por crédito, será reconhecida provisão para perda equivalente às perdas de crédito esperadas de vida plena. Diferente dos estágios anteriores, o reconhecimento da receita nesse estágio passa a ocorrer sobre um saldo líquido da provisão, ou seja, considerando-se a expectativa menor de realização do ativo, pressupõe-se que os benefícios oriundos destes ativos financeiros sejam menores do que se estivessem em estágios anteriores, passando nesse caso a se ter a receita calculada proporcionalmente menor em relação ao valor realizável do ativo financeiro.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá retornar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos, conforme estudo efetuado pelo Banrisul.

Definição de *Default* e *Write-Off*

A definição de *default* utilizada na mensuração das perdas de crédito esperadas e a avaliação para determinar o movimento entre estágios está alinhada com a definição de *default* usado para fins de gerenciamento de risco de crédito interno.

O IFRS 9 não define o *default*, mas contém uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição é superior a 90 dias de atraso, parâmetro este utilizado pelo Banco. Os ativos são desreconhecidos quando não existem mais expectativas razoáveis de recuperar os fluxos de caixa contratuais sobre a totalidade ou parte do ativo financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários

O IFRS 9 requer a utilização de estimativas de perdas de crédito ponderadas, avaliando uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras. Os fatores macroeconômicos e as informações prospectivas são desta forma incorporados na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a origem da operação.

Notas Explicativas

A mensuração da perda esperada em cada período reflete desde quesitos ou particularidades constantes na contratação do ativo, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, tanto para fins internos como para fins externos ao Banco.

(b) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas de acordo com os seus modelos de negócio e mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Os passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e longo prazo que são inicialmente reconhecidas pelo seu valor contratado, adicionado aos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na demonstração consolidada de resultado em Despesas de Juros e Similares.

Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como valor justo por meio do resultado, a dívida subordinada por ser objeto de *hedge*, dessa forma, é classificada nessa categoria. As receitas e despesas de juros são reconhecidas em Receitas com Juros e Similares. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(c) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul classifica suas operações ativas de acordo com os seus modelos de negócio e mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser negociados.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O Banrisul monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

O Banrisul continua aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39, contudo, poderá vir a adotar os requerimentos da IFRS 9 conforme decisão da Administração. Segundo esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul possui derivativo designado como *hedge* de valor justo e não possui instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge accounting* de investimento líquido no exterior.

Para qualificar os instrumentos financeiros derivativos como contabilidade *hedge* ou *hedge accounting* todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- (i) No início do *hedge*, existem designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e da estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- (ii) Espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- (iii) A efetividade do *hedge*, isto é, a variação no valor justo ou os fluxos de caixa do item protegido que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos; e
- (iv) O *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os exercícios das demonstrações financeiras consolidadas para os quais o *hedge* foi designado.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 14.

Hedge de Valor Justo - são classificados nessa categoria certos instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nessa categoria os derivativos contratados com o objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriundo da emissão da dívida denominada em US\$ com nocional de 523,185 milhões e com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrita na Nota 20.

Notas Explicativas

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- (i) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado como Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros; e
- (ii) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível à parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, ela deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil e o ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos que não se qualificam como contabilização de *hedge* - as variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em Outros Ganhos (Perdas), Líquidos.

(e) Operações de Crédito

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de crédito.

(f) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, no qual o Banrisul atua como arrendador, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um recebível na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, conforme a Nota 11.

Os custos diretos iniciais, quando incorridos pelo Banrisul, são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banrisul e é feito na rubrica Receita com Juros e Similares.

(g) Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação, no grupo Passivos Financeiros, na rubrica Provisão para Perda Esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Notas Explicativas

Após a emissão se, com base na melhor estimativa, concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos a amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

3.5. Investimentos em Coligadas

Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador.

3.6. Ágio

O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Impairment de Ativos não Financeiros - os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.7. Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60
Instalações'	25
Equipamentos em Uso	19
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um

Notas Explicativas

ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

3.8. Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

O Banrisul é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesa com Juros e Similares na Demonstração Consolidada do Resultado.

3.9. Ativo Intangível

É composto basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos inicialmente pelo custo. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa da Vida Útil em Anos
Folhas de Pagamento	5 e 10
Softwares	3 a 7

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

(i) Setor Público: referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos;

(ii) Setor Privado: referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Notas Explicativas

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que o valor recuperável estimado, e é revisado anualmente.

3.10. Bens Destinados à Venda

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado no momento de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Esses ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Outras Despesas Operacionais. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do balanço, que devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do imposto for realizado ou liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser usadas essas diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda com os ganhos e as perdas diferidos.

3.12. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando: o Banrisul tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com o IAS 37, sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A seguir, o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

(i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos; e

Notas Explicativas

(ii) Provisões e Passivos Contingentes - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

3.13. Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

(a) Obrigações de Aposentadoria - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Notas Explicativas

(ii) Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(b) Participação nos Lucros - o Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica Despesas de Pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.14. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

3.15. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. A cada Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária são definidos os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social e dos dividendos adicionais e são contabilizados como passivo no final de cada exercício.

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível

Notas Explicativas

para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nestas demonstrações financeiras consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na demonstração do resultado consolidado.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP").

3.16. Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. Como instrumentos financeiros potencialmente dilutivos temos as ações preferenciais conversíveis, as debêntures conversíveis e os bônus de subscrição, que podem ser convertidos em ações ordinárias, caracterizando, assim, o próprio potencial dilutivo desses instrumentos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro líquido ou prejuízo do exercício pelo número de ações que compõem o capital social da entidade ao final do período.

No caso do Banrisul, as ações preferenciais classe A recebem um dividendo igual ao pago às demais ações com o acréscimo de 10% (dez por cento), além de terem a característica de conversibilidade em ações ordinárias ou preferenciais classe B, a critério do titular da ação, a qualquer tempo, mediante notificação à sociedade. No entanto, as ações conversíveis, quando ocorrem, são convertidas na razão de 1/1, não havendo alteração no capital acionário do Banco. Sendo assim, o cálculo da distribuição de resultados considera apenas a ponderação do percentual de acréscimo pago às ações preferenciais classe A, e o lucro por ação é dado pela divisão do lucro líquido pela quantidade de ações, conforme Nota 23(b).

O Banrisul não dispõe de instrumentos que deveriam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, e, dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

3.17. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas dentro de Receitas com Juros e Similares e Despesas com Juros e Similares na Demonstração do Resultado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é aquele utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que, aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o Banrisul estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (opções de pagamentos antecipados, por exemplo), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

3.18. Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na Demonstração do Resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Notas Explicativas

3.19. Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente, taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 26.

3.20. Segmentos Operacionais

A Administração do Banrisul trata os negócios Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como segmentos operacionais distintos. A avaliação dos negócios é gerida de forma segmentada, a partir de relatórios específicos utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisadas periodicamente pela Diretoria.

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Diretoria Executiva, conforme Nota 06.

NOTA 04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos divulgados. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Banrisul faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros não Cotados em Mercado Ativo - o valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado por meio de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos) que são validadas e periodicamente revisadas por pessoal qualificado independente da área que as criou. Antes de serem utilizados, todos os modelos são certificados e validados para assegurar que os resultados reflitam dados reais e preços de mercado comparativos. Em termos práticos, os modelos usam apenas dados observáveis; no entanto, áreas com volatilidade e correlações de risco de crédito (próprias e da contraparte) requerem estimativas por parte da Administração. Alterações nas premissas construídas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo divulgado de instrumentos financeiros.

(b) Planos de Pensão de Benefício Definido - o valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de

Notas Explicativas

planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 32.

(c) Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - o Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 21.

(d) Perdas de Crédito Esperada - o Banrisul avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual o mesmo está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, que a vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banco espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banco mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito - para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a origem, o Banco compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem, usando indicadores de risco chave dos processos de gerenciamento de riscos existentes do Banco. Em cada data de reporte, a identificação de mudança no risco de crédito será avaliada individualmente para aqueles considerados individualmente significativos, e com a utilização de modelos massificados no nível de portfólio. Essa avaliação permite que o risco de crédito dos ativos financeiros volte para o estágio 1 se o aumento do risco de crédito desde a origem tiver diminuído e já não for considerado significativo.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito conforme a seguir:

Estágio 1 - são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias. As Instituições Financeiras que não apresentam atraso ou aumento significativo de risco são analisadas de forma individualizada e classificadas no estágio 1.

Estágio 2 - são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso entre 30 e 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito. Estes critérios são aplicados tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

Estágio 3 - são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração no crédito tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

Cenários Macroeconômicos - essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Notas Explicativas

Transferência de Ativos Financeiros - os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa.

Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Baixa de Ativos Financeiros - quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

NOTA 05 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS

A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de (i) monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e (ii) identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional - CMN determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen enquadradas no Segmento 1 - S1, no Segmento 2 - S2, no Segmento 3 - S3, no Segmento 4 - S4 ou no Segmento 5 - S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

O Banrisul encontra-se enquadrado no S2, nos termos da Resolução nº 4.553/17 do CMN. As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB, de liquidez, operacional, socioambiental e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pela Instituição, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição são processos contínuos nesse escopo.

5.1. Estrutura Integrada de Gestão

A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental, com o suporte da Diretoria de Controle e Risco. As informações produzidas pela Unidade subsidiam o Comitê de Riscos (órgão consultivo do Conselho de Administração) e demais Comitês de Gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada

Notas Explicativas

de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável pela UGR e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos do Banrisul abrange as empresas integrantes do Conglomerado Prudencial (definido conforme a Resolução nº 4.280/16 do CMN: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), considerando-as no conjunto e individualmente. Este processo também identifica e acompanha os riscos associados às demais empresas do Grupo Banrisul, controladas pelos integrantes do Conglomerado, ou das quais tenham participação.

As estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no site de Relações com Investidores <www.banrisul.com.br/ri>, no caminho Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos, bem como outros relatórios públicos relativos à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, do patrimônio de referência - PR e da razão de alavancagem - RA.

5.2. Declaração de Apetite por Riscos

O Apetite por Riscos é definido pelo BIS (*Bank for International Settlements*) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução nº 4.557/17 do CMN determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pela instituição, realiza o acompanhamento e controle rigorosos para que permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma cada nível da operação da organização desempenha um papel no tocante da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

Assim, a Declaração de Apetite por Riscos é uma ferramenta essencial no gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, operacional, de mercado, de liquidez e socioambiental, que busca a integração e o encadeamento dos processos de gestão.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. Objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação a estratégia traçada pela Instituição.

5.3. Linhas de Defesa

A gestão de riscos e controles é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. Todos os empregados da Instituição, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos da instituição.

Notas Explicativas

A **1ª Linha de Defesa** é atribuída às funções que gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, e devem assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

A **2ª Linha de Defesa** é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle da Instituição. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

A **3ª Linha de Defesa** é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Alta Administração e aos Órgãos de Governança.

5.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A definição de risco de crédito inclui ainda o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, até as esferas diretivas e seus comitês de crédito e de risco da Direção Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física - PF ou Pessoa Jurídica - PJ, atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização de controles fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

A seguir, o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banco segmentado por região geográfica, setor de atividade e tipo de exposição:

Notas Explicativas

(a) Montante das Operações Segmentado por Região Geográfica

	31/12/2019	31/12/2018
Centro Oeste	49.582	46.223
Nordeste	-	50
Sudeste	988.605	1.354.498
Sul	35.185.483	32.687.421
Exterior	117.912	128.053
Total	36.341.582	34.216.245

(b) Montante das Operações Segmentado por Setor de Atividade

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoa Física	27.164.122	24.019.719
Pessoa Jurídica	9.177.460	10.196.526
Setor Privado	9.070.244	10.110.721
Agropecuário	232.935	261.456
Alimentos, Bebidas e Fumo	1.052.668	1.182.441
Automotivo	340.582	342.901
Comércio Atacadista Alimentos	444.732	522.310
Comércio Atacadista exceto Alimentos	444.598	456.792
Comércio Varejista - Outros	621.992	588.566
Construção e Imobiliário	816.551	1.013.550
Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	1.398.590	1.346.009
Eletroeletrônico e Informática	337.725	286.602
Financeiro e Seguros	799.879	1.203.386
Máquinas e Equipamentos	203.043	291.314
Petróleo e Gás Natural	374.089	374.482
Químico e Petroquímico	404.930	455.258
Transportes	306.606	330.667
Demais Setores	1.291.324	1.454.987
Setor Público	107.216	85.805
Total	36.341.582	34.216.245

(c) Montante das Operações Segmentado por Tipo de Exposição

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoa Física	27.164.122	24.019.719
Crédito Rural	1.997.499	1.715.147
Imobiliário	3.588.020	3.435.953
Consignado	15.807.963	13.500.067
Veículos e Arrendamento Mercantil	16.253	15.753
Cartão de Crédito	1.548.845	1.322.275
Outros	4.205.542	4.030.524
Pessoa Jurídica	9.177.460	10.196.526
Crédito Rural	461.679	744.031
Investimento	570.865	737.404
Importação e Exportação	946.946	984.731
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	4.738.729	4.888.872
Outros	2.459.241	2.841.488
Total	36.341.582	34.216.245

5.4.1. Identificação, Mensuração

Nestes processos, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito alicerçada em modelos de escoragem (*Application Score* e *Behaviour Score*) oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito das Agências podem deferir/indeferir operações de crédito até os limites de suas alçadas, estabelecidos de acordo com a categoria de cada agência e/ou produto. Para clientes de alçadas superiores às

Notas Explicativas

dos Comitês de Crédito das Agências as operações e Limites de Risco - LR são deferidos pelos comitês de crédito e de risco da Direção Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do patrimônio líquido, e operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração - CA.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

As operações de crédito, contempladas ou não nos modelos de escoragem, são classificadas em ordem crescente de risco, contemplando aspectos em relação ao devedor e a seus garantidores e em relação à operação. Em relação ao devedor e a seus garantidores, são avaliados: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito. Em relação à operação de crédito, são considerados: o valor, a natureza e a finalidade da transação, além das características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez. As operações de crédito são acompanhadas pela Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco para identificação do *rating* mínimo em razão do maior atraso. Todas as operações dos clientes possuem *ratings* calculados, que adicionados ao mínimo, resultam na maior classificação de risco para o cliente.

A aquisição de títulos privados, emitidos por instituições financeiras ou não financeiras; a participação em operações compromissadas e; a aquisição de carteiras de crédito de outras instituições financeiras é avaliada de acordo com o Limite Operacional - LO, que constitui o valor máximo ao qual o Banco aceita estar exposto na ocasião. A extensão da análise técnica e subjetiva compreende, entre outros fatores, o aspecto econômico-financeiro da instituição, o ambiente econômico, o perfil da empresa e de seus controladores, o estudo sobre o conglomerado, o *rating* da instituição e as características do negócio sob o enfoque do risco.

A operação de captação externa efetuada pelo Banrisul envolve Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD na modalidade *swap*. A utilização destes instrumentos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da captação. É facultado às contrapartes não exigir garantia para a operação até determinado valor, criando-se assim, uma exposição ao risco de crédito. Nesse caso, surge a necessidade de estabelecer um Limite de Margem até o qual a exposição ficará descoberta, não ocorrendo constituição de margem de garantia. Até o Limite de Margem não é necessário constituir garantia, uma vez ultrapassado, ocorrerá chamada de margem devendo a contraparte perdedora constituir a garantia.

5.4.2. Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento do risco de crédito, são realizadas análises de aderência dos modelos de *Application Score* e *Behaviour Score* por meio de técnicas estatísticas de validação. Para todos os segmentos de clientes também são realizadas análises dos indicadores de atraso, pendência e volume de concessão, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando o gerenciamento e o monitoramento dessas exposições por produto, classificação de risco, concentração de crédito, agência, entre outros. Também é realizado acompanhamento por meio de relatórios do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Banco Central e pela Instituição, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Além disso, são realizados Testes de Estresse da Carteira de Crédito, a fim de estimar o capital exigido e o impacto das provisões adicionais no Índice de Basileia, em situações de cenários adversos, onde possa haver deterioração da carteira da Instituição.

Notas Explicativas

Para controle e mitigação da exposição ao risco de crédito, são realizadas a estruturação de garantias e da precificação, adequadas ao nível de risco a ser incorrido em razão das características do tomador e da operação, no momento da concessão. Na precificação do segmento Varejo, é considerada a inadimplência do produto para depurar a taxa e averiguar o resíduo. No segmento *Corporate*, a precificação da Mesa de Negócios considera o *rating* do cliente.

Além disso, o Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas em relação a contrapartes e grupos. A Instituição estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação ao devedor. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário.

O Banco implementa orientações e políticas já consolidadas sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação de risco, firmadas nos contratos de empréstimos ou financiamentos, como, por exemplo, o direito de vender ou reapresentar a garantia na ausência de cumprimento por parte do devedor de suas obrigações. Cabe salientar que o Banrisul efetua o controle das garantias contratadas, com destaque para as operações que apresentam o mitigador de garantias de títulos de crédito, efetuando a gestão durante todo o andamento da operação, recompondo a garantia quando assim se fizer necessário durante a vigência da operação/contrato, e baixando o excedente no seu encerramento.

Para os casos de execução das garantias atreladas a um contrato insolvente, o Banco realiza a devida retomada dos bens garantidos pela contraparte. Os ativos recebidos são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para a sua venda e, (ii) o valor contábil do empréstimo. Posteriormente, é realizada a venda desses bens por meio de leilões, obedecendo aos prazos determinados pelo Banco Central. Excepcionalmente, a garantia pode ser considerada de difícil conversão em valores monetários (dada a ocorrência de contingências), tornando inviável a sua liquidez no mercado.

5.4.3. Políticas de Provisionamento

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, através de análise individualizada ou de forma coletiva.

A política operacional exige a avaliação dos ativos financeiros individuais trimestralmente, ou quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Esse tratamento é aplicável às operações de crédito individualmente relevantes para a entidade. Para ativos financeiros avaliados coletivamente, definidos por grupos de ativos financeiros associados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, a avaliação é realizada trimestralmente.

No Banrisul, as provisões para perdas esperadas sobre contas individualmente avaliadas são determinadas mediante avaliação caso a caso, onde são utilizadas informações prospectivas e de mercado. São consideradas exposições individualmente significativas operações de créditos de clientes com saldo superior ao nível mínimo de alçada de aprovação no Comitê de Risco da Direção Geral, alinhado a critérios de atraso e *rating*.

Provisões para perdas esperadas avaliadas coletivamente são estabelecidas para carteiras de ativos homogêneos que individualmente não são significativos, levando em consideração seu comportamento histórico, projeções de cenários macroeconômicos e técnicas de estatísticas.

5.4.4. Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes das Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

Notas Explicativas

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	60.203.417	58.728.084
Aplicações no Mercado Aberto	1.004.897	4.509.439
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.499
Títulos e Valores Mobiliários	18.880.890	16.352.825
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	36.341.582	34.216.245
Outros Ativos Financeiros	3.967.976	3.557.076
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2.662	289.903
Títulos e Valores Mobiliários	2.662	289.903
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	6.054.731	3.746.632
Títulos e Valores Mobiliários	5.923.422	3.746.632
Instrumentos Financeiros Derivativos	131.309	-
Off Balance	16.369.045	15.561.457
Garantias Financeiras	193.353	415.045
Crédito Imobiliário	222.267	236.636
Cheque Especial	5.137.432	4.700.822
Cartão de Crédito	3.250.185	3.003.788
Limites Pré-Datados Eletrônico - Banricompras	3.809.608	3.399.210
Limites Pré-Aprovados Parcelados - Crédito 1 Minuto	2.821.518	2.852.001
Outros Limites Pré-Aprovados	934.682	953.955
Total	82.629.855	78.326.076

5.4.5. Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, estão resumidas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
31/12/2019	Carteira	ECL	Carteira	ECL	Carteira	ECL	Carteira	ECL
Pessoa Física	23.924.909	353.622	2.694.829	104.584	544.375	448.676	27.164.113	906.882
Cartão de Crédito	1.491.887	11.050	19.505	228	37.505	37.474	1.548.897	48.752
Crédito Consignado	14.010.724	91.835	1.687.004	56.114	267.521	217.591	15.965.249	365.540
Crédito Pessoal - não Consignado	3.101.969	110.472	26.364	4.095	90.803	87.104	3.219.136	201.671
Crédito Imobiliário	3.470.261	28.246	107.273	1.215	10.486	6.842	3.588.020	36.303
Crédito Rural e Desenvolvimento	1.262.311	102.424	706.790	4.714	30.797	18.590	1.999.898	125.728
Outros	587.757	9.595	147.893	38.218	107.263	81.075	842.913	128.888
Pessoa Jurídica	5.764.332	203.325	2.704.365	1.139.906	708.772	557.782	9.177.469	1.901.013
Câmbio	799.578	12.172	133.583	74.662	131.698	113.900	1.064.859	200.734
Capital de Giro	2.515.749	42.209	1.150.048	320.501	282.851	208.758	3.948.648	571.468
Conta Empresarial/Garantida	585.315	2.866	6.842	881	38.113	25.495	630.270	29.242
Crédito Imobiliário	287.374	128	143.176	40.889	108.613	84.101	539.163	125.118
Crédito Rural e Desenvolvimento	700.148	123.917	391.237	17.024	9.868	7.204	1.101.253	148.145
Outros	876.168	22.033	879.479	685.949	137.629	118.324	1.893.276	826.306
Total em 31/12/2019	29.689.241	556.947	5.399.194	1.244.490	1.253.147	1.006.458	36.341.582	2.807.895
Total em 31/12/2018	26.839.658	551.021	6.470.923	1.268.029	905.664	780.581	34.216.245	2.599.631

Estágio 1 - são classificadas no estágio 1 as operações de crédito que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias. As Instituições Financeiras que não apresentam atraso ou aumento significativo de risco são analisadas de forma individualizada e classificadas no estágio 1.

	31/12/2019	31/12/2018
Não vencidos	25.341.741	26.017.914
Vencidos em até 30 dias	4.347.500	821.744
Total	29.689.241	26.839.658

	31/12/2019	31/12/2018
Avaliação Coletiva	29.344.315	26.152.638
Avaliação Individual	344.926	687.020
Total	29.689.241	26.839.658

Estágio 2 - são classificadas no estágio 2 as operações de crédito que possuem atraso entre 30 e 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito. Estes critérios são aplicados tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

Notas Explicativas

	31/12/2019	31/12/2018
Não Vencidos	4.680.377	5.694.781
Vencidos em até 30 dias	260.327	400.689
Vencidos de 31 a 60 dias	104.117	259.260
Vencidos de 61 a 90 dias	354.373	116.193
Total	5.399.194	6.470.923

	31/12/2019	31/12/2018
Avaliação Coletiva	4.220.727	5.173.738
Avaliação Individual	1.178.467	1.297.185
Total	5.399.194	6.470.923

Estágio 3 - são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração no crédito tanto na avaliação individualizada quanto na coletiva.

	31/12/2019	31/12/2018
Não Vencidos	18.172	16.376
Vencidos em até 30 dias	5.792	5.135
Vencidos de 31 a 60 dias	7.910	8.297
Vencidos de 61 a 90 dias	10.153	10.696
Vencidos a mais de 90 dias	1.211.120	865.160
Total	1.253.147	905.664

	31/12/2019	31/12/2018
Avaliação Coletiva	735.511	779.780
Avaliação Individual	517.636	125.884
Total	1.253.147	905.664

Análise de concentração dos Clientes Individualmente Significativos - A análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes, excluídas instituições financeiras e dependências no exterior.

	31/12/2019	31/12/2018
Maior Devedor	6,28%	6,91%
Cinco Maiores Devedores	27,47%	28,73%
Dez Maiores Devedores	46,29%	44,56%
Vinte Maiores Devedores	65,55%	63,22%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas - atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

Após a renegociação, uma operação de crédito e arrendamento mercantil financeiro, mesmo que ainda não esteja vencida, tem seu prazo alterado e é retornada à condição de normalidade, e sua administração é efetuada com outras contas similares, renegociadas ou não.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

O total das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro renegociados em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$782.413 (31/12/2018 - R\$916.644).

Notas Explicativas

5.4.6. Retomadas de Garantias

Os ativos retomados são classificados e reconhecidos como ativo no efetivo registro da propriedade.

Os ativos recebidos, na ocasião da execução dos contratos de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: **(i)** o valor justo do bem menos os custos estimados para a sua venda e, **(ii)** o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações periódicas que são divulgados previamente ao mercado.

Os bens retomados (natureza do Ativo) no exercício de 2019 totalizaram R\$171.466 (em 2018 - R\$43.544).

5.5. Risco de Mercado

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a Instituição estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banco, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação. A classificação é realizada da seguinte forma:

(a) Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

(b) Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Comunicação Interna

No intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado aos membros da alta administração periodicamente o Relatório de Risco de Mercado, e periodicamente ao Comitê de Gestão de Risco o relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco da Instituição. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação – IRRBB com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Notas Explicativas

Comunicação Externa

No intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado conforme Resolução nº 4.557/17 do CMN a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <http://ri.banrisul.com.br/banrisul/>.

5.5.1. Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

O Banrisul monitora o risco de mercado das suas operações por meio da utilização de metodologias como o Valor em Risco (VaR), *Maturity Ladder* o EVE - impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição, o NII - impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição e pela realização de análise de sensibilidade das carteiras. As metodologias de mensuração das exposições sujeitas a risco de mercado contemplam as seguintes métricas:

(a) Marcação a Mercado: para realizar o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos do consolidado, são utilizados os preços capturados diariamente na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - (Anbima) e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A partir desses preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* natural (ano em 252 dias úteis) para obter a taxa de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

(b) Value at Risk e Maturity Ladder: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações pré-fixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular nº 3.634/13 do Bacen. O *Value at Risk* ou VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor "máximo" que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é o *Maturity Ladder* que baseia-se no conceito de *Duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas circulares nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13 do Bacen, respectivamente.

(c) Abordagem de Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição. O Δ EVE é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O Δ EVE é o valor econômico da carteira bancária e sua capacidade solvência e é obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. À essas curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

(d) Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição. O Δ NII é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira bancária

Notas Explicativas

(receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano, somente. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

(e) Análise de Sensibilidade: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade, foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3), nas curvas de juros pré-fixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da Anbima e a cotação do dia do dólar Ptax venda/Bacen.

A seguir, apresentamos tabela com o resultado da análise de sensibilidade referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moedas	Ações	
1	1%	145	2.159	148	2.452
2	25%	3.626	53.981	3.686	61.293
3	50%	7.233	107.962	7.371	122.566

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 20). Estas captações externas possuíam valor original de US\$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares americanos) e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira "Dólar - US\$" considera a cotação de R\$4,0307 de 31/12/2019 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2019.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2019.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<i>Swap</i>	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(1.866)	(45.707)	(89.531)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	1.866	45.707	89.532
Efeito Líquido			-	-	1

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

(d) Testes de Estresse: os testes de estresse para as exposições da carteira de não negociação, de acordo com as definições do Bacen, são realizados por meio da estimação do percentual de variação do valor de mercado da carteira *Banking*, com a utilização de choque compatível com o 1° e o 99° percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando *holding period* de um ano e o período de observação de cinco anos. Também é estimada a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxa de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado da carteira de não negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

5.5.2. Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação em 31 de dezembro 2019

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading* (negociação).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Pré-fixado	Taxa Prefixada	1.480
	IPCA	-
Cupom de Índices	IGP-M	390
	Outros	-
	Dólar EEUU	-
Cupom de Moedas	Euro	-
	Libra Esterlina	-
	Outros	-
Cupom de Taxas	TR	-
	TJLP	-
Total		1.870

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book* (não negociação) que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados na Carteira Bancária (Cenário 1 – paralela de alta nas Taxas de Juros). A posição de 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	(295.469)
	IPCA	-
Cupom de Índices	IGP-M	(614)
	TLP	(13)
	Outros	(56)
	Dólar EEUU	19.913
	Euro	721
Cupom de Moedas	Franco Suíço	-
	Iene	1
	Libra Esterlina	1
	Dólar Canadense	-
	Outros	-
	TR	49.527
Cupom de Taxas	TJLP	224
	TBF	-
	Outros	-
DI	CDI	729.323
Selic	SELIC	(25.831)
Total		477.727

5.5.3. Exposições sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política do Banrisul é administrar a exposição em limites inferiores a 2,55% do seu Patrimônio de Referência. A exposição apresentada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$142.635 (31/12/2018 - R\$184.640).

O Banrisul está aderente as novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWAcam, o valor verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$713.181 (31/12/2018 - R\$856.300).

5.5.4. Exposições sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

Notas Explicativas

	Circulante		Não Circulante		31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros						
Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.583.265	-	-	-	11.583.265	11.447.122
Ao Custo Amortizado						
Aplicações no Mercado Aberto	1.004.897	-	-	-	1.004.897	4.509.439
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	-	-	-	8.072	92.499
Títulos e Valores Mobiliários	2.748	-	12.079.337	6.798.805	18.880.890	16.352.825
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	5.886.683	8.911.238	15.460.158	6.083.503	36.341.582	34.216.245
Outros Ativos Financeiros		2.652.499	1.315.477		3.967.976	3.557.076
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes						
Títulos e Valores Mobiliários	2.662	-	-	-	2.662	289.903
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Títulos e Valores Mobiliários	330.687	-	2.716.179	2.876.556	5.923.422	3.746.632
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.509	4.754	122.046	-	131.309	-
Total de Ativos Financeiros	18.823.523	11.568.491	31.693.197	15.758.864	77.844.075	74.211.741
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado	17.651.617	9.057.190	24.632.108	13.178.472	64.519.387	61.167.692
Depósitos	13.517.386	2.645.642	21.280.602	12.967.478	50.411.108	47.234.680
Captações no Mercado Aberto	3.391.443	-	-	-	3.391.443	3.928.602
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	360.029	995.012	2.205.125	-	3.560.166	2.840.001
Obrigações por Repasses	95.813	363.462	880.954	210.994	1.551.223	1.751.959
Obrigações por Empréstimos	286.946	421.983	-	-	708.929	862.788
Outros Passivos Financeiros	-	4.631.091	265.427	-	4.896.518	4.549.662
Ao Valor Justo por meio do Resultado	86.736	75.617	2.138.695	-	2.301.048	2.178.840
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	26.809
Dívidas Subordinadas	86.736	75.617	2.138.695	-	2.301.048	2.152.031
Total de Passivos Financeiros	17.738.353	9.132.807	26.770.803	13.178.472	66.820.435	63.346.532
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	1.085.170	2.435.684	4.922.394	2.580.392	11.023.640	10.865.209

5.6. Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido, e também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, como por exemplo, de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas; e o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas, assim como também são considerados possíveis impactos na liquidez da instituição decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, a qual é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez da instituição e por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto-prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de

Notas Explicativas

mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos da instituição.

Mensalmente, em linha com as exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à alta administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa da Instituição.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a Declaração de Appetite a Riscos da Instituição, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

5.6.1. Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

		Circulante	Não Circulante			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31/12/2019	31/12/2018
Passivos Financeiros						
Ao Custo Amortizado						
Depósitos	16.749.098	2.648.647	21.289.017	12.972.606	53.659.368	50.886.299
Captações no Mercado Aberto	3.392.054	-	-	-	3.392.054	3.929.631
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	360.029	995.012	2.205.125	-	3.560.166	2.840.001
Obrigações por Repasses	101.393	384.744	932.636	223.372	1.642.145	1.847.508
Obrigações por Empréstimos	286.946	421.983	-	-	708.929	862.788
Outros Passivos Financeiros	-	4.631.567	268.239	-	4.899.806	4.549.662
Ao Valor Justo por Meio do Resultado						
Dívidas Subordinadas	86.736	75.617	2.138.695	-	2.301.048	2.550.517
Total de Passivo (Datas de Vencimentos Contratuais)	20.976.256	9.157.570	26.833.712	13.195.978	70.163.516	67.466.406
Total de Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	19.497.192	12.234.069	40.014.194	19.460.937	91.206.392	87.397.875
Disponibilidades	1.161.179	-	-	-	1.161.179	886.049
Ativos Financeiros						
Depósitos Compulsórios no Banco Central	12.186.091	-	-	-	12.186.091	12.162.020
Ao Custo Amortizado	5.816.573	12.234.069	37.298.015	16.584.381	71.933.038	70.313.271
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2.662	-	-	-	2.662	289.903
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	330.687	-	2.716.179	2.876.556	5.923.422	3.746.632

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem: Disponibilidades e Ativos Financeiros.

Notas Explicativas

5.6.2. Itens não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. Os valores transferidos para o Estado em 31 de dezembro de 2019 atingiram o montante de R\$10.112.837 (31/12/2018 - R\$10.208.286). No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

5.7. Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

(a) Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo - ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

(i) Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;

(ii) Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e

(iii) Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Mensuração ao valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	5.905.655	17.767	5.923.422	3.735.096	11.536	3.746.632
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.592.735	-	5.592.735	3.670.633	-	3.670.633
Cotas de Fundo de Renda Fixa	270.468	-	270.468	32.425	-	32.425
Cotas de Fundo Referenciado	15.729	-	15.729	16.658	-	16.658
Outras Cotas de Fundos	12.024	11.075	23.099	-	4.325	4.325
Ações de Companhias Abertas	14.699	-	14.699	15.380	-	15.380
Outros	-	6.692	6.692	-	7.211	7.211
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2.653	9	2.662	289.894	9	289.903
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	1.072	-	1.072
Certificados de Privatização	-	9	9	-	9	9
Cotas de Fundo de Renda Fixa	171	-	171	286.553	-	286.553
Cotas de Fundo Imobiliário	2.482	-	2.482	2.269	-	2.269
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	131.309	131.309	-	-	-
Swap	-	131.309	131.309	-	-	-
Total de Ativos Mensurados Valor Justo	5.908.308	149.085	6.057.393	4.024.990	11.545	4.036.535
Passivos Mensurados ao Valor Justo						
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	26.809	26.809
Dívidas Subordinadas	-	2.293.245	2.293.245	-	2.152.031	2.152.031
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	2.293.245	2.293.245	-	2.178.840	2.178.840

O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

(b) Instrumentos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo - a tabela a seguir resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros				
Aplicações no Mercado Aberto	1.004.676	4.509.439	1.004.897	4.509.439
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.499	8.072	92.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽¹⁾	36.341.582	34.216.245	36.718.923	34.498.890
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	18.864.882	16.352.825	18.880.943	16.351.337
Outros Ativos Financeiros	3.918.397	3.557.076	3.918.397	3.557.076
Total	60.137.609	58.728.084	60.531.232	59.009.074
Passivos Financeiros ⁽³⁾				
Depósitos	53.640.084	50.864.110	52.478.681	50.120.010
Captações no Mercado Aberto	3.391.443	3.928.602	3.391.443	3.928.602
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	3.560.166	2.840.001	3.693.948	3.132.604
Obrigações por Repasses	1.551.223	1.751.959	1.551.223	1.751.959
Obrigações por Empréstimos	708.929	862.788	708.929	862.788
Outros Passivos Financeiros	4.896.518	4.549.662	4.896.518	4.549.662
Total	67.748.363	64.797.122	66.720.742	64.345.625

(1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - o valor justo estimado das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescida da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.

(2) Títulos e Valores Mobiliários - o valor justo calculado para títulos e valores mobiliários tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.

(3) Passivos Financeiros - o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada a taxa de risco do Banco.

(a) Depósitos a Prazo e Interfinanceiros: o valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

(b) Captações no Mercado Aberto: para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

(c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos: o valor justo das Letras Financeiras pós-fixadas é calculado mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa adotando taxa de desconto equivalente à taxa média ponderada praticada na emissão mais recente, pelo Banrisul, de títulos com característica semelhante.

(d) Obrigações por Empréstimos e Repasses: tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

5.8. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto. Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados Interna de Risco Operacional, é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Os resultados das análises e os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

5.9. Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

O gerenciamento do risco socioambiental abrange financiamentos, projetos e operações, cujas características permitam identificar previamente a destinação dos recursos, não impedindo que aqueles que não se enquadram na definição acima sejam analisados.

Notas Explicativas

Com relação às atividades da Instituição, o gerenciamento do risco socioambiental abrange o processo de gestão de resíduos, a observância dos requisitos exigidos na contratação de fornecedores, e o acompanhamento dos contratos com terceirizados durante sua vigência, visando à mitigação dos riscos socioambientais associados.

Os resultados das análises e os registros dos eventos de risco socioambiental são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

5.10. Gestão de Capital

O principal objetivo do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (*Basel Committee On Banking Supervision - BCBS*), com a criação dos Acordos de Basileia, foi desenvolver um sistema para mensuração e padronização dos requerimentos mínimos de capital, calculados a partir da ponderação dos riscos dos ativos. A exigência de capital é um dos instrumentos mais utilizados pelas autoridades reguladoras para buscar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional.

O Banrisul está sujeito aos normativos emitidos pelo Banco Central, que implementaram as diretrizes definidas pelo Acordo de Capitais de Basileia para o cálculo e a adequação de capital mínimo no Brasil. O processo de gerenciamento de capital deve ser realizado de forma contínua, visando a adequação do Patrimônio de Referência - PR aos riscos incorridos pela instituição, abrangendo no mínimo aqueles que fazem parte da apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Visando o aprimoramento deste processo, o Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Resolução nº 3.988/11, substituída pela Resolução nº 4.557/17, determinou que as instituições financeiras obrigadas a calcular o RWA tenham estrutura de gerenciamento contínuo de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos.

A Resolução nº 4.192/13 do CMN redefine a estrutura de capital, onde as exigências são segregadas em três requerimentos independentes de capital, que devem ser observados continuamente pelas instituições financeiras. Os três requerimentos mínimos dizem respeito ao:

- Capital Principal - CP: composto principalmente por ações, quotas e lucros retidos (capital social, reservas e lucros acumulados) menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital de Nível I - CN1: composto pelo capital principal e capital complementar (outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento); e
- Patrimônio de Referência - PR: composto pelo Capital Nível I e Capital de Nível II - CN2 (outros instrumentos capazes de absorver perdas em caso de instituição em liquidação).

A Resolução nº 4.192/13 do CMN também determina que as deduções do Patrimônio de Referência referentes aos ajustes prudenciais sejam efetuadas de forma gradativa, iniciou com um percentual de 20% em 2014, atingindo 100% em 2018.

Além dos requerimentos de capital descritos acima, o Bacen instituiu o Adicional de Capital Principal - ACP, ou *buffer* de capital, que deve ser composto pelos mesmos instrumentos que compõem o CP. A definição deste adicional está contemplada na Resolução nº 4.193/13 do CMN e suas alterações. A apuração do ACP passou a ser exigida a partir de janeiro de 2016.

Notas Explicativas

Os requerimentos mínimos para os índices de capital e o seu cronograma de implementação estão demonstrados na tabela a seguir:

	2019
Capital Principal	4,50%
Nível I	6,00%
PR	8,00%
ACP Conservação	2,50%
ACP Contracíclico	até 2,50%
ACP Sistemico	até 2,00%
CP + ACP	7,00% a 11,50%
Nível I + ACP	8,50% a 13,00%
PR + ACP	10,50% a 15,00%
Fator F	8,00%
Dedução dos Ajustes Prudenciais	100,00%

Para fins do cálculo dos Requerimentos Mínimos de Capital e do ACP mencionados anteriormente, o Banrisul adota a abordagem padronizada para apuração do montante do RWA, que corresponde a seguinte soma das seguintes parcelas:

RWA_{CPAD}: exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

RWA_{MPAD}: exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; consistindo no somatório das parcelas sujeitas a variação da taxa de juros, dos preços de ações, do câmbio e dos preços de mercadorias (*commodities*); e

RWA_{OPAD}: cálculo do capital requerido para o risco operacional apurado mediante abordagem padronizada.

Além destas parcelas, o Bacen exige, por parte das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, a manutenção de Patrimônio de Referência suficiente para a cobertura do risco de taxas de juros das operações não incluídas na carteira de negociação, R_{BAN} (Carteira *Banking*), definida na Resolução nº 3.464/07 do CMN.

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução nº 4.280/13 do CMN, e composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado, bem como as participações em fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Notas Explicativas

Conglomerado Prudencial	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	6.438.996	6.145.537
Nível I	5.906.023	5.434.907
Capital Principal	5.906.023	5.434.907
Capital Social	5.205.891	4.403.823
Reservas de Capital e de Lucros	2.877.696	3.070.817
Deduções de Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(289.486)	(195.955)
Ajustes Prudenciais (previstos na Resolução nº 4.192/13)	(1.888.078)	(1.843.778)
Nível II	532.973	710.630
Instrumentos Elegíveis ao Nível II autorizados com base em normas anteriores à Res. Nº 4.192/13	532.973	710.630
RWA	42.733.919	40.380.928
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	32.005.227	29.909.619
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	765.952	907.436
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	18.504	2.402
RWA _{JUR3} (Risco de Juros)	4.870	-
RWA _{ACS} (Risco de Ações)	29.397	48.734
RWA _{CAM} (Risco Taxa de Câmbio)	713.181	856.300
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	9.962.740	9.563.873
RWA Carteira <i>Banking</i> (R _{BAN} /IRRBB)	477.935	376.998
Margem sobre o PR considerando RBAN	1.473.999	1.528.541
Recursos Disponíveis para Novos Investimentos	18.424.991	17.722.220
Índices de Capital		
Índice de Basileia	15,07%	15,22%
Índice de Nível I	13,82%	13,46%
Índice de Capital Principal	13,82%	13,46%
Índice de Imobilização	7,65%	5,89%
Razão de Alavancagem	7,02%	6,78%

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para 2019, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00 % para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50 % para o Nível I e 7,00 % para o Capital Principal.

O patrimônio de referência - PR alcançou R\$6.438.996 em dezembro de 2019, apresentando aumento de R\$293.459 frente a dezembro de 2018, impactado, principalmente, pela incorporação dos resultados gerados no período. A dívida subordinada registrada no Nível II sofreu redução de R\$177.657, em função da aplicação do cronograma de Basileia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores a Resolução nº 4.192/13 do CMN.

A Circular nº 3.876/18 do Bacen determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB (Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*), em substituição a R_{BAN}, a partir de janeiro de 2019. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária está exposta foi alterada, deixando de ser calculada através do VaR (*Value at Risk*) e passando a utilizar o ΔEVE (*Variation of Economic Value of Equity*: variação do valor econômico) e ΔNII (*Variation of Net Interest Income*: variação do resultado da intermediação financeira).

Neste contexto, o IRRBB calculado para dezembro de 2019 foi de R\$477.935, quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2018 que ficou em R\$376.998 (quando o modelo vigente era a RBAN), identifica-se aumento de R\$100.937.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando a RBAN/IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira bancária (RBAN até dezembro de 2018/IRRBB a partir de janeiro de 2019), e o adicional de capital principal - ACP mínimo requerido pelo regulador (2,50% a partir de janeiro de 2019). Os recursos disponíveis também são calculados a partir da Margem do PR considerando a RBAN/IRRBB e o fator F vigente.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 15,07%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. O Índice de Nível I foi de 13,82% e o Índice de Capital Principal foi de 13,82%. A razão de alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2019 foi de 7,02%.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

NOTA 06 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

A Administração do Banrisul trata os negócios Varejo, Corporativo, Consignado Correspondentes e Tesouraria como segmentos operacionais distintos. A avaliação dos negócios é gerida de forma segmentada, a partir de relatórios específicos utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisadas periodicamente pela Diretoria.

O segmento Varejo engloba um conjunto de serviços bancários, captações da rede de agências e operações de crédito direcionadas aos clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas, entre elas microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O Banrisul dispõe de métricas detalhadas por agência que subsidiam a tomada de decisões nesse segmento. A atribuição de pontuação nas metas direciona a alocação e captação de recursos.

O segmento Consignado Correspondentes responde pela originação de crédito consignado em canal específico fora da rede Banrisul. A aquisição de parte do capital social da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., em março de 2012, agregou ao Banco a possibilidade de expandir sua área geográfica de atuação, alcançando outras regiões do País. A originação de crédito consignado fora da rede Banrisul representa 19,5% do total de operações de varejo registradas com clientes e não correntistas, requisitando, portanto, de políticas de concessão e controles específicos, constituindo-se em objeto de avaliação segmentada do ponto de vista da gestão.

O segmento Corporativo é responsável pela gestão de produtos e serviços vinculados à captação de recursos e às operações de crédito comercial, de longo prazo, rural, habitacional e de câmbio, focado no atendimento a órgãos e instituições públicas de governos e empresas de grande porte. A atuação do Banrisul no segmento Corporativo está focada no aproveitamento de oportunidades de mercado por meio de operações com as próprias entidades, como folha de pagamento, cobrança e outros serviços, bem como no aprofundamento do relacionamento comercial com os empregados dessas corporações, ampliando as operações do segmento Varejo.

O segmento de Tesouraria é responsável pelo gerenciamento e controle de fluxo de caixa do Banrisul e pela administração da carteira própria de ativos financeiros do Banrisul. No demonstrativo de resultado, as receitas com juros e similares não incluem, no segmento Tesouraria, o resultado de derivativos, enquanto as despesas com juros e similares foram afetadas, nos períodos, pela variação cambial da captação de origem externa, operação para a qual o Banco utiliza instrumentos de *hedge*, cujo resultado está demonstrado como ganhos líquidos em ativos e passivos financeiros ao valor justo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que estão descritas no sumário de políticas contábeis significativas. As receitas com prestação de serviços, as despesas gerais e administrativas, as perdas esperadas com ativos financeiros e o imposto de renda são monitorados centralmente e, portanto, não foram alocados em segmentos.

O balanço patrimonial por segmentos de negócios está demonstrado a seguir. O formato de apresentação das informações por segmentos inclui, na coluna outros, a reconciliação dos valores de itens dos segmentos divulgáveis com os respectivos valores totais das demonstrações financeiras.

As receitas e despesas com juros e similares por segmento de negócios estão apresentados na sequência. As receitas do segmento Consignado Correspondentes estão demonstradas líquidas das despesas com comissões

Notas Explicativas

de originação; não são efetivadas captações por meio desse segmento, sendo utilizado como *funding* recursos captados no segmento Varejo. O resultado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para mitigação de oscilações cambiais em relação às captações externas, bem como o resultado de variação cambial sobre transações no exterior, estão demonstrados como resultado de operações com ativos e passivos financeiros. Assim, face à significativa variação cambial registrada nos períodos, o resultado financeiro, por segmentos de negócios, está apresentado na linha resultado líquido de juros ajustado.

O Banrisul não possui operações com clientes cuja receita represente 10% ou mais da receita do período com juros e similares.

BALANÇO PATRIMONIAL							
	Varejo	Corporativo	Consignado Correspondentes	Tesouraria	Outros ⁽¹⁾	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	23.693.792	4.811.420	5.751.470	42.436.920	5.845.898	82.539.500	78.336.413
Passivo	46.978.409	8.756.214	-	12.515.602	6.482.745	74.732.970	70.970.350

⁽¹⁾ Composto por rubricas contábeis de ativos/passivos que não geram receitas/despesas com juros, exceto pelo passivo de arrendamento, que apropriou despesas com juros no montante de R\$17,1 milhões no ano de 2019, conforme IFRS 16.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO							
	Varejo	Corporativo	Consignado Correspondentes	Tesouraria	Outros	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas com Juros e Similares	4.603.120	575.307	728.847	2.156.335	-	8.063.609	8.454.424
Despesas com Juros e Similares	(2.215.273)	(478.792)	-	(822.329)	(17.116)	(3.533.510)	(3.908.680)
Receita Líquida de Juros	2.387.847	96.515	728.847	1.334.006	(17.116)	4.530.099	4.545.744
Outras receitas/despesas não de juros	-	35.827	-	67.061	-	102.888	288.076
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	-	-	-	67.061	-	67.061	228.023
Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	-	35.827	-	-	-	35.827	60.053
Resultado Líquido de Juros Ajustado	2.387.847	132.342	728.847	1.401.067	(17.116)	4.632.987	4.833.820

NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa está assim representada:

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	1.161.179	886.049
Aplicações no Mercado Aberto	1.004.676	4.509.439
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	8.072	12.953
Total	2.173.927	5.408.441

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 08 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/12/2019	31/12/2018
Não Remunerados	602.826	714.898
Remunerados	11.583.265	11.447.122
Total	12.186.091	12.162.020

Os Depósitos Compulsórios no Banco Central referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos ao Banco Central. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

NOTA 09 - APLICAÇÃO NO MERCADO ABERTO E EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto	1.004.676	4.509.439
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.554	136.224
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.001.840	3.363.927
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	999.904
Certificados de Depósito Bancário	1.282	1.224
Outros	-	8.160
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.499
Total	1.012.748	4.601.938

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO -TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição dos Ativos Financeiros ao Custo Amortizado por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

			31/12/2019	31/12/2018
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	Perda Esperada	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	18.776.734	(15.938)	18.760.796	16.217.861
Títulos Públicos Federais (CVS)	83.254	(70)	83.184	93.971
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	18.154	-	18.154	17.715
Letras Financeiras	2.748	-	2.748	23.278
Total	18.880.890	(16.008)	18.864.882	16.352.825

Composição por prazo de vencimento:

		31/12/2019	31/12/2018
Vencimentos	Valor Justo	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Até 3 meses	2.748	2.748	3.653.266
De 3 a 12 meses	-	-	33.481
De 1 a 3 anos	2.252.719	2.250.808	1.459.759
De 3 a 5 anos	9.826.618	9.818.286	4.201.077
De 5 a 15 anos	6.798.805	6.793.040	7.005.242
Total	18.880.890	18.864.882	16.352.825

Para o ano de 2019, os Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado foram classificados em estágio 1, com exceção das debêntures que foram classificadas em estágio 3 em decorrência de deterioração do ativo financeiro e/ou atraso maior do que 90 dias. A carteira do Banco é composta, majoritariamente por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Notas Explicativas

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO**(a) Composição da carteira bruta das operações de crédito segregadas por estágios:**

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2019	31/12/2018
Pessoas Físicas	23.924.909	2.694.829	544.375	27.164.113	24.019.719
Cartão de Crédito	1.491.887	19.505	37.505	1.548.897	1.322.275
Crédito Consignado	14.010.724	1.687.004	267.521	15.965.249	13.653.310
Crédito Pessoal - não Consignado	3.101.969	26.364	90.803	3.219.136	3.105.537
Crédito Imobiliário	3.470.261	107.273	10.486	3.588.020	3.435.953
Crédito Rural e Desenvolvimento	1.262.311	706.790	30.797	1.999.898	1.715.252
Outros	587.757	147.893	107.263	842.913	787.392
Pessoa Jurídica	5.764.332	2.704.365	708.772	9.177.469	10.196.526
Câmbio	799.578	133.583	131.698	1.064.859	1.112.784
Capital de Giro	2.515.749	1.150.048	282.851	3.948.648	3.951.794
Conta Empresarial/Garantida	585.315	6.842	38.113	630.270	683.181
Crédito Imobiliário	287.374	143.176	108.613	539.163	677.031
Crédito Rural e Desenvolvimento	700.148	391.237	9.868	1.101.253	1.354.375
Outros	876.168	879.479	137.629	1.893.276	2.417.361
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	29.689.241	5.399.194	1.253.147	36.341.582	34.216.245
(-) Perda de Crédito Esperada	(556.947)	(1.244.490)	(1.006.458)	(2.807.895)	(2.599.631)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquido de Perda de Crédito Esperada em 31/12/2019	29.132.294	4.154.704	246.689	33.533.687	
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquido de Perda de Crédito Esperada em 31/12/2018	26.288.637	5.202.894	125.083		31.616.614

A tabela a seguir apresenta o fluxo de vencimento das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, seguido pela concentração dos maiores tomadores em relação a toda exposição da carteira.

Prazo por Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas a partir de 1 dia	721.828	526.065
A vencer até 3 meses	5.837.893	5.773.783
A vencer de 3 a 12 meses	8.911.238	8.454.861
A vencer acima de 1 ano	20.870.623	19.461.536
Total da Carteira	36.341.582	34.216.245

	31/12/2019		31/12/2018	
Por Concentração	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	201.188	0,55	413.915	1,21
10 maiores devedores seguintes	1.154.163	3,18	1.443.068	4,22
20 maiores devedores seguintes	1.380.888	3,80	1.437.549	4,20
50 maiores devedores seguintes	1.507.401	4,15	1.666.250	4,87
100 maiores devedores seguintes	1.304.384	3,59	1.474.035	4,31

Notas Explicativas

(b) Composição da Perda de Crédito Esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	264.357	(12.382)	(3.497)	14.542	5.282	-	85.320	353.622
Cartão de Crédito	3.598	(8)	(6)	1	3	-	7.462	11.050
Crédito Consignado	64.403	(8.362)	(1.438)	4.539	369	-	32.324	91.835
Crédito Pessoal - não Consignado	67.069	(1.092)	(630)	590	2.566	-	41.969	110.472
Crédito Imobiliário	33.335	(817)	(90)	500	702	-	(5.384)	28.246
Crédito Rural e Desenvolvimento	87.635	(805)	(530)	1.988	1.197	-	12.939	102.424
Outros	8.317	(1.298)	(803)	6.924	445	-	(3.990)	9.595
Pessoas Jurídicas	286.664	(20.348)	(5.691)	49.920	1.031	-	(108.251)	203.325
Câmbio	59.732	(86)	(20)	-	-	-	(47.454)	12.172
Capital de Giro	38.101	(10.300)	(449)	40.442	1	-	(25.586)	42.209
Conta Empresarial/Garantida	1.530	(25)	(54)	225	728	-	462	2.866
Crédito Imobiliário	286	(41)	(127)	68	-	-	(58)	128
Crédito Rural e Desenvolvimento	154.223	(2.044)	(852)	3.655	-	-	(31.065)	123.917
Outros	32.792	(7.852)	(4.189)	5.530	302	-	(4.550)	22.033
Total	551.021	(32.730)	(9.188)	64.462	6.313	-	(22.931)	556.947

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	101.974	(14.542)	(29.853)	12.382	1.721	-	32.902	104.584
Cartão de Crédito	159	(1)	(77)	8	2	-	137	228
Crédito Consignado	66.431	(4.539)	(18.314)	8.362	685	-	3.489	56.114
Crédito Pessoal - não Consignado	3.586	(590)	(2.076)	1.092	54	-	2.029	4.095
Crédito Imobiliário	1.176	(500)	(10)	817	680	-	(948)	1.215
Crédito Rural e Desenvolvimento	7.695	(1.988)	(1.561)	805	89	-	(326)	4.714
Outros	22.927	(6.924)	(7.815)	1.298	211	-	28.521	38.218
Pessoas Jurídicas	1.166.055	(49.920)	(172.524)	20.348	401	-	175.546	1.139.906
Câmbio	64.538	-	-	86	-	-	10.038	74.662
Capital de Giro	329.336	(40.442)	(49.817)	10.300	-	-	71.124	320.501
Conta Empresarial/Garantida	2.910	(225)	(47)	25	42	-	(1.824)	881
Crédito Imobiliário	64.366	(68)	(19.680)	41	-	-	(3.770)	40.889
Crédito Rural e Desenvolvimento	27.984	(3.655)	(11.815)	2.044	249	-	2.217	17.024
Outros	676.921	(5.530)	(91.165)	7.852	110	-	97.761	685.949
Total	1.268.029	(64.462)	(202.377)	32.730	2.122	-	208.448	1.244.490

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	459.357	(5.282)	(1.721)	3.497	29.853	(555.739)	518.711	448.676
Cartão de Crédito	23.646	(3)	(2)	6	77	(26.459)	40.209	37.474
Crédito Consignado	213.342	(369)	(685)	1.438	18.314	(239.936)	225.487	217.591
Crédito Pessoal - não Consignado	98.720	(2.566)	(54)	630	2.076	(123.364)	111.662	87.104
Crédito Imobiliário	6.608	(702)	(680)	90	10	(869)	2.385	6.842
Crédito Rural e Desenvolvimento	31.008	(1.197)	(89)	530	1.561	(35.111)	21.888	18.590
Outros	86.033	(445)	(211)	803	7.815	(130.000)	117.080	81.075
Pessoas Jurídicas	321.224	(1.031)	(401)	5.691	172.524	(485.364)	545.139	557.782
Câmbio	17.108	-	-	20	-	(15.604)	112.376	113.900
Capital de Giro	79.602	(1)	-	449	49.817	(138.477)	217.368	208.758
Conta Empresarial/Garantida	36.439	(728)	(42)	54	47	(35.251)	24.976	25.495
Crédito Imobiliário	-	-	-	127	19.680	-	64.294	84.101
Crédito Rural e Desenvolvimento	19.677	-	(249)	852	11.815	(26.929)	2.038	7.204
Outros	168.398	(302)	(110)	4.189	91.165	(269.103)	124.087	118.324
Total	780.581	(6.313)	(2.122)	9.188	202.377	(1.041.103)	1.063.850	1.006.458

Notas Explicativas

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2018	Write Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2019
Pessoas Físicas	825.688	(555.739)	636.933	906.882
Cartão de Crédito	27.403	(26.459)	47.808	48.752
Crédito Consignado	344.176	(239.936)	261.300	365.540
Crédito Pessoal - não Consignado	169.375	(123.364)	155.660	201.671
Crédito Imobiliário	41.119	(869)	(3.947)	36.303
Crédito Rural e Desenvolvimento	126.338	(35.111)	34.501	125.728
Outros	117.277	(130.000)	141.611	128.888
Pessoas Jurídicas	1.773.943	(485.364)	612.434	1.901.013
Câmbio	141.378	(15.604)	74.960	200.734
Capital de Giro	447.039	(138.477)	262.906	571.468
Conta Empresarial/Garantida	40.879	(35.251)	23.614	29.242
Crédito Imobiliário	64.652	-	60.466	125.118
Crédito Rural e Desenvolvimento	201.884	(26.929)	(26.810)	148.145
Outros	878.111	(269.103)	217.298	826.306
Total	2.599.631	(1.041.103)	1.249.367	2.807.895

(c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador):

Apresentamos a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento.

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	16.392	(7.801)	14.860
Até 1 ano	16.392	(7.801)	14.860
Não Circulante	23.969	(11.066)	16.622
Entre 1 a 5 anos	23.969	(11.066)	16.622
Total em 31/12/2019	40.361	(18.867)	31.482
Total em 31/12/2018	41.181	(20.579)	32.032

NOTA 12 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES -TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes por tipo de papel e pelo valor justo:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Ajuste ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo	Custo	Ajuste ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo
Títulos e Valores Mobiliários						
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	877	195	1.072
Certificados de Privatização	9	-	9	9	-	9
Cotas de Fundo de Renda Fixa	171	-	171	285.932	621	286.553
Cotas de Fundo Imobiliário	1.669	813	2.482	2.269	-	2.269
Total⁽¹⁾	1.849	813	2.662	289.087	816	289.903

(1) No período não houve registro para perda esperada.

Composição por prazo de vencimento:

Vencimentos	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Sem Vencimento	1.849	2.662	289.087	289.903
Total	1.849	2.662	289.087	289.903

Para o exercício de 2019, os Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram classificados no estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco.

Notas Explicativas

NOTA 13 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (títulos mantidos para negociação) por tipo de papel e pelo valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.591.508	1.227	5.592.735	3.670.215	418	3.670.633
Cotas de Fundo de Renda Fixa	270.468	-	270.468	32.425	-	32.425
Cotas de Fundo Referenciado	15.729	-	15.729	16.658	-	16.658
Outras Cotas de Fundos	23.099	-	23.099	4.325	-	4.325
Ações de Companhias Abertas	2.064	12.635	14.699	17	15.363	15.380
Outros	6.692	-	6.692	7.211	-	7.211
Total	5.909.560	13.862	5.923.422	3.730.851	15.781	3.746.632

Composição por prazo de vencimento:

Vencimentos	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Sem Vencimento	318.053	330.687	60.636	75.999
Até 3 meses	-	-	619.505	619.503
De 1 a 3 anos	881.810	881.894	827.104	827.246
De 3 a 5 anos	1.834.051	1.834.285	296.305	296.253
De 5 a 15 anos	2.875.646	2.876.556	1.927.301	1.927.631
Total	5.909.560	5.923.422	3.730.851	3.746.632

NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 20, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida em que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura do *hedge* de valor justo (*hedge accounting*) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (Dívida Subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

Notas Explicativas

	31/12/2019			
Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo
Instrumento de Hedge				
Contratos de Swap	2.102.648	11.074	120.235	131.309
Moeda Estrangeira - Dólar	2.102.648	11.074	120.235	131.309
Objeto de Hedge				
Dívida Subordinada (Nota 20)	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245
Moeda Estrangeira - Dólar	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245

	31/12/2018			
Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo
Instrumento de Hedge				
Contratos de Swap	2.102.648	(82.915)	56.106	(26.809)
Moeda Estrangeira - Dólar	2.102.648	(82.915)	56.106	(26.809)
Objeto de Hedge				
Dívida Subordinada (Nota 20)	917.655	2.088.490	56.727	2.145.217
Moeda Estrangeira - Dólar	917.655	2.088.490	56.727	2.145.217

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor justo:

	31/12/2019			
Swaps	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor Justo no Resultado ⁽¹⁾	Valor Justo ⁽¹⁾
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	70.524	120.075	190.599
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(59.450)	160	(59.290)
Ajuste Líquido em 31/12/2019		11.074	120.235	131.309

(1) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

	31/12/2018			
Swaps	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor Justo no Resultado ⁽¹⁾	Valor Justo ⁽¹⁾
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(13.531)	56.103	42.572
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(69.384)	3	(69.381)
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(82.915)	56.106	(26.809)

(1) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

	31/12/2019				
Swaps	Valor de Referência	Valor Justo ⁽¹⁾	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Ativo					
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	190.599	6.428	6.289	177.882
Passivo					
% do CDI	(2.102.648)	(59.290)	(1.919)	(1.535)	(55.836)
Ajuste Líquido em 31/12/2019		131.309	4.509	4.754	122.046

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

Notas Explicativas

					31/12/2018	
<i>Swaps</i>	Valor de Referência	Valor Justo ⁽¹⁾	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Ativo						
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	42.572	1.473	1.428	5.278	34.393
Passivo						
% do CDI	(2.102.648)	(69.381)	(2.728)	(2.596)	(10.306)	(53.751)
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(26.809)	(1.255)	(1.168)	(5.028)	(19.358)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e eventuais suplementações de garantias reais reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor justo estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$168.566.

O Banrisul utiliza-se da estrutura de *hedge* de valor justo (*hedge accounting*) de acordo com IAS 39. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelas normas contábeis internacionais, conforme política contábil adotada pelo Banco descrita na Nota 3.4(d).

NOTA 15 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

A tabela a seguir apresenta as empresas coligadas nas quais o Banco possui investimentos:

	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Em 31 de dezembro de 2019					
Empresas Coligadas	246.857		123.134	92.368	46.597
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	43.505	49,90	21.709	21.760	10.858
Banrisul Icatu Participações S.A.	191.729	49,99	95.845	92.885	46.433
VG8JV Tecnologia S.A.	11.623	48,00	5.580	(22.277)	(10.694)
Em 31 de dezembro de 2018					
Empresas Coligadas	201.591		100.745	90.572	45.179
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	34.311	49,90	17.121	9.448	4.763
Banrisul Icatu Participações S.A.	167.280	49,99	83.624	81.124	40.416

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na prestação de serviço como originadora de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais.

Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR: é uma *holding* na qual o Banrisul detém 49,99% do capital, parceria que representa uma evolução no modelo de negócios praticado pelo Banco. Do grupo econômico, faz parte a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de vida e de previdência privada e a Rio Grande Capitalização S.A.

VG8JV Tecnologia S.A. – VeroGo: oferece solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional;

Notas Explicativas

NOTA 16 - IMOBILIZADO

	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Imobilizado Próprio							
Em 31 de Dezembro de 2018							
Custo	284.614	1.619	216.728	127.983	301.524	34.415	966.883
Depreciação Acumulada	(176.086)	-	(88.956)	(74.098)	(225.402)	(24.188)	(588.730)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	108.528	1.619	127.772	53.885	76.122	10.227	378.153
Aquisições	8.896	33.222	19.911	11.980	33.037	25.884	132.930
Alienações – Baixas Custo	(23.204)	(1)	(812)	(2.230)	(7.604)	(607)	(34.458)
Alienações – Baixas da Depreciação	22.010	-	170	2.068	7.595	555	32.398
Depreciação	(467)	-	(6.788)	(6.027)	(17.791)	(5.368)	(36.441)
Transferências Líquido Custo	4.400	(5.671)	(3.527)	1.948	1.922	2.138	1.210
Transferências Líquido Depreciação	1	-	9	69	(1.322)	33	(1.210)
Transferência Custo IAS 17	(133.851)	-	-	-	-	-	(133.851)
Transferência Depreciação IAS 17	56.721	-	-	-	-	-	56.721
Movimentação Líquida em 31 de Dezembro de 2019	(65.494)	27.550	8.963	7.808	15.837	22.635	17.299
Custo	140.855	29.169	232.300	139.681	328.879	61.830	932.714
Depreciação Acumulada	(97.821)	-	(95.565)	(77.988)	(236.920)	(28.968)	(537.262)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	43.034	29.169	136.735	61.693	91.959	32.862	395.452

	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Imobilizado de Arrendamento							
Adoção Inicial IFRS 16 em 01 de Janeiro de 2019							
Custo	186.603	-	-	-	4.614	157	191.374
Transferência Custo IAS 17	133.851	-	-	-	-	-	133.851
Transferência Depreciação IAS 17	(56.721)	-	-	-	-	-	(56.721)
Valor Contábil Líquido em 01 de Janeiro de 2019	263.733	-	-	-	4.614	157	268.504
Aquisições	64.985	-	-	-	2.297	649	67.931
Alienações - Baixas Custo	(21.207)	-	-	-	(529)	(156)	(21.892)
Alienações - Baixas da Amortização	16.377	-	-	-	529	157	17.063
Amortização Acumulada - Período	(72.145)	-	-	-	(3.926)	(644)	(76.715)
Movimentação Líquida em 31 de Dezembro de 2019	(11.990)	-	-	-	(1.629)	6	(13.613)
Custo do Imobilizado Arrendamento	364.232	-	-	-	6.382	650	371.264
Amortização Acumulada	(112.489)	-	-	-	(3.397)	(487)	(116.373)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	251.743	-	-	-	2.985	163	254.891

	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Total Imobilizado							
Custo	505.087	29.169	232.300	139.681	335.261	62.480	1.303.978
Amortização / Depreciação Acumulada	(210.310)	-	(95.565)	(77.988)	(240.317)	(29.455)	(653.635)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	294.777	29.169	136.735	61.693	94.944	33.025	650.343

	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2017							
Custo	278.341	1.662	201.140	123.639	288.903	33.026	926.711
Depreciação Acumulada	(160.692)	-	(87.411)	(71.246)	(215.225)	(22.560)	(557.134)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2017	117.649	1.662	113.729	52.393	73.678	10.466	369.577
Aquisições	10.334	2.077	21.639	5.735	20.267	2.785	62.837
Alienações - Baixas Custo	(4.061)	(12)	(6.051)	(3.254)	(7.845)	(1.443)	(22.666)
Alienações - Baixas da Depreciação	1.435	-	3.148	2.934	6.353	1.227	15.097
Depreciação	(16.845)	-	(4.691)	(5.720)	(16.560)	(2.876)	(46.692)
Transferências Líquido Custo	-	(2.108)	-	1.863	198	47	-
Transferências Líquido Depreciação	-	-	-	(32)	21	11	-
Valor Subconta	16	-	22	(1)	2	10	49
Transferência Diferimento Subconta	-	-	(24)	(33)	8	-	(49)
Movimentação Líquida	(9.121)	(43)	14.043	1.492	2.444	(239)	8.576
Em 31 de Dezembro de 2018							
Custo	284.614	1.619	216.728	127.983	301.524	34.415	966.883
Depreciação Acumulada	(176.086)	-	(88.956)	(74.098)	(225.402)	(24.188)	(588.730)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	108.528	1.619	127.772	53.885	76.122	10.227	378.153

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir a composição das operações de arrendamento mercantil financeiro nas quais o Banrisul é “arrendatário”. Os contratos são reajustados anualmente conforme índices de preços.

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	80.912	19.412
Até 12 meses	80.912	19.412
Não Circulante	192.763	73.964
Entre 1 a 5 anos	180.638	57.133
Acima de 5 anos	12.125	16.831
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	273.675	93.376
(-) Despesas a Apropriar	-	-
Valor Presente⁽¹⁾	273.675	93.376

(1) Em 2019 foram reconhecidos os contratos de arrendamento conforme IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil.

NOTA 17 - INTANGÍVEL

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	135.169	1.459.171	1.737	1.596.077
Amortização Acumulada	(72.546)	(397.504)	(668)	(470.718)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	62.623	1.061.667	1.069	1.125.359
Aquisições	9.851	11.227	-	21.078
Alienações - Baixas Custo	-	(583)	-	(583)
Alienações - Baixas da Depreciação	-	583	-	583
Amortização do Período	(14.335)	(167.584)	-	(181.919)
Transferências Líquido Custo	(1.210)	-	-	(1.210)
Transferências Líquido Amortização	1.210	-	-	1.210
Movimentação Líquida em 31 de dezembro de 2019	(4.484)	(156.357)	-	(160.841)
Custo	143.810	1.469.815	1.737	1.615.362
Amortização Acumulada	(85.671)	(564.505)	(668)	(650.844)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	58.139	905.310	1.069	964.518

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2017				
Custo	91.640	1.436.106	1.787	1.529.533
Amortização Acumulada	(59.813)	(233.896)	(668)	(294.377)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2017	31.827	1.202.210	1.119	1.235.156
Aquisições	43.529	23.943	-	67.472
Alienações - Baixas Custo	-	(879)	(50)	(929)
Alienações - Baixas da Depreciação	-	179	-	179
Amortização do Período	(12.733)	(163.786)	-	(176.519)
Movimentação Líquida em 31 de Dezembro de 2018	30.796	(140.543)	(50)	(109.797)
Custo	135.169	1.459.171	1.737	1.596.077
Amortização Acumulada	(72.546)	(397.504)	(668)	(470.718)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	62.623	1.061.667	1.069	1.125.359

(1) O saldo líquido de R\$905.310 (31/12/2018 - R\$1.061.667) está composto por:

a) R\$802.493 (31/12/2018 - R\$927.557) referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indicio de *impairment* relacionado a esse ativo;

b) R\$22.400 (31/12/2018 - R\$35.200) referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banrisul toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indicio de *impairment* relacionado a esse ativo;

c) R\$71.610 (31/12/2018 - R\$87.114) referem-se a contratos firmados com demais prefeituras e demais órgãos, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos; e

d) R\$8.807 (31/12/2018 - R\$11.796) referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Notas Explicativas

NOTA 18 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

(a) Outros Ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Financeiros	3.918.397	3.557.076
Carteira de Câmbio	699.294	799.799
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	1.074.400	1.015.245
Convênios	46	43
Rendas de Adquirência a Receber	5.561	7.399
Títulos e Créditos a Receber ⁽²⁾	2.098.321	1.687.409
(-) Provisão para <i>Impairment</i> de Outros Ativos	(49.579)	(59.754)
Outros	90.354	106.935
Não Financeiros	1.352.303	1.256.606
Bens Destinados à Venda	229.746	83.752
Relações Interfinanceiras e Interdependências	146.851	140.499
Outros Créditos	889.082	965.431
Rendas a Receber	31.661	24.149
Adiantamentos a Empregados	3.460	12.481
Devedores por Depósito em Garantia	485.380	443.462
Impostos e Contribuições a Compensar	8.104	53.351
Superávit Planos de Benefícios (Nota 32)	212.585	186.989
Devedores Diversos - País	125.590	228.178
Outros	22.302	16.821
Outros Valores	86.624	66.924
Total	5.270.700	4.813.682

(1) Os Créditos Vinculados ao SFH no valor de R\$1.074.400 (31/12/2018 – R\$1.015.245) estão compostos por:

(a) R\$188.895 (31/12/2018 – R\$ 209.684) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto pré-fixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao FCVS do Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(b) R\$882.829 (31/12/2018 – R\$802.974) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do FGTS; e

(c) R\$2.676 (31/12/2018 – R\$2.587) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura de FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados por TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - De outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2019, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$1.071.724 (31/12/2018 - R\$1.012.658). O seu valor de face é de R\$1.122.641 (31/12/2018 - R\$1.076.642). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria – referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Títulos e Créditos a Receber - Estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2019, totalizavam R\$168.675 (31/12/2018 - R\$158.835) e são remunerados pela Taxa Referencial (TR) e juros;

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$59.344 (31/12/2018 - R\$60.875) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,50% 12,01% a.a. e indexados à TR e ao IGP-M com vencimento até 2029.

(c) Referem-se aos valores a receber dos emissores dos cartões de débito e crédito embandeirados capturados pela rede de adquirência Vero, pelos valores a receber relativo aos convênios dos cartões de benefícios e empresariais Banricard e da rede credenciada Vero. Em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$1.711.739 (31/12/2018 - R\$1.326.835).

Notas Explicativas

(b) Outros Passivos

	31/12/2019	31/12/2018
Financeiros	4.896.518	4.549.662
Câmbio	685.538	743.544
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	901.124	903.347
Transações com Cartões a Pagar	1.062.348	850.040
Credores por Recursos a Liberar	69.935	81.957
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	19.783	24.950
Operações de <i>Leasing</i> Financeiro	273.675	93.376
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul	66.230	68.040
Obrigações a Pagar Adquirência	1.718.565	1.663.135
Diversos	99.320	121.273
Não Financeiros	2.179.320	1.838.015
Relações Interfinanceiras e Interdependências	307.413	273.625
Provisões para Férias e Outros Encargos	180.797	406.499
Provisão para Pagamentos a Efetuar ⁽¹⁾	239.878	175.995
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.459	40.242
Sociais e Estatutárias	105.490	120.014
Provisão Benefício Pós-Emprego ⁽²⁾	952.328	604.380
Outras Obrigações	364.955	217.260
Total	7.075.838	6.387.677

(1) Provisão para pagamentos a efetuar refere-se principalmente a valores provenientes de aquisição de bens e serviços e outras despesas administrativas cujo pagamento, em virtude de prazo legal ou contratualmente previsto, ocorrerá em períodos futuros.

(2) Refere-se às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo.

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2019	31/12/2018
Captações com Clientes	53.157.236	50.602.381
Depósitos à Vista	3.203.217	3.479.734
Depósitos de Poupança	9.622.161	9.127.809
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	40.330.188	37.994.565
Outros Depósitos	1.670	273
Captações com Bancos	482.848	261.729
Depósitos à Vista de Instituições do Sistema Financeiro	25.759	149.423
Depósitos Interfinanceiros	457.089	112.306
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	3.391.443	3.928.602
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.560.166	2.840.001
Obrigações por Repasses ⁽³⁾	1.551.223	1.751.959
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	708.929	862.788
Outros Passivos Financeiros	4.896.518	4.549.662
Total	67.748.363	64.797.122

A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.5.4.

(1) As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixadas, os quais correspondem 98,47% e 1,53% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 83,83% (31/12/2018 - 83,97%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 4,55% (31/12/2018 - 5,60%) ao ano.

Do total de captações em depósito a prazo, 64,04% (31/12/2018 - 63,65%) possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja a apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(3) Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,00% (31/12/2018 - 0,50% a 8,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD, TLP e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 20,09% (31/12/2018 - 20,09%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

(4) São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 0,86% a 5,44% (31/12/2018 - 1,68% a 6,24%) ao ano, com vencimento máximo em até 347 dias (31/12/2018 - 505 dias).

Notas Explicativas

NOTA 20 - PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	26.809
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	2.301.048	2.152.031
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 14)	2.293.245	2.145.217
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	7.803	6.814
Total	2.301.048	2.178.840

A segregação por prazos de vencimento está descrita na Nota 5.5.4.

(1) Dívidas Subordinadas - O Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$ 2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 3.4 (d), o saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com nocional de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de valor justo. Desta forma, a Dívida Subordinada bem como os Instrumentos Derivativos estão avaliados pelo Valor Justo por meio do Resultado.

NOTA 21 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	545.589	554.854	278.711	152.440	1.531.594
Constituição e Atualização Monetária	19.941	651.762	68.108	2.756	742.567
Reversão da Provisão	(3)	(227)	(125.367)	-	(125.597)
Baixas por Pagamento	(27)	(162.781)	(49.716)	-	(212.524)
Saldo Final em 31/12/2019	565.500	1.043.608	171.736	155.196	1.936.040
Depósitos em Garantia	67.606	327.689	85.085	-	480.380

Notas Explicativas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	535.411	382.705	226.110	149.508	1.293.734
Constituição e Atualização Monetária	12.500	227.009	77.395	2.932	319.836
Reversão da Provisão	(81)	(105)	(152)	-	(338)
Baixas por Pagamento	(2.241)	(54.755)	(24.642)	-	(81.638)
Saldo Final em 31/12/2018	545.589	554.854	278.711	152.440	1.531.594
Depósitos em Garantia	53.407	303.111	86.944	-	443.462

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: **(i)** imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$548.653 (31/12/2018 - R\$537.912), no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e **(ii)** notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (31/12/2018 - R\$6.878).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$86.144 (31/12/2018 - R\$117.193). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$200.488, classificada pelos nossos assessores, como de perda possível no montante de R\$191.478 e como perda provável o montante de R\$9.010, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Em 2019, considerando a evolução de ações judiciais coletivas trabalhistas, houve uma mudança em relação à percepção de risco de tais ações, sobre as quais houve início de processo de estimativa de valores. Em vista disso, a administração efetuou uma avaliação de estimativa de perda em ações coletivas envolvendo pedidos de pagamento de 7ª e 8ª horas como extraordinárias, com base em estudo feito a partir do histórico de desembolsos em processos individuais com pedidos semelhantes. A partir desses fatos, foi efetuada a provisão de R\$429.036 para ações coletivas, abrangendo ações em processo de cálculo de liquidação e ações em curso perante o TST, com decisões desfavoráveis. A administração considera suficiente a provisão constituída e continuará monitorando a evolução das decisões judiciais, avaliando a classificação e a quantificação sempre que necessário.

Além das ações acima consideradas, registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com

Notas Explicativas

a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante R\$247.099 (31/12/2018 - R\$232.007). Adicionalmente, o valor de R\$80.590 (31/12/2018 - R\$71.104) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.661.188 (31/12/2018 - R\$1.655.391), que de acordo com a natureza destes processos refere-se, principalmente, a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório, referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Até setembro de 2019, provisão constituída era registrada no momento do recebimento da citação inicial, e mensalmente ajustadas, pelo valor indenizatório pretendido nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

A partir de setembro de 2019, houve revisão dos processos, adotando-se nova modelagem para provisão das ações cíveis, passando as provisões totais das ações classificadas como perda provável, a ser definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência. Essa revisão resultou em uma reversão de provisão no valor de R\$126.840, saneamento do estoque de processos e remensuração do montante envolvido em causas classificadas como perda possível. A administração continuará monitorando a evolução das decisões judiciais ao longo do tempo.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$85.085 (31/12/2018 - R\$86.944).

Existem ainda R\$699.765 (31/12/2018 - R\$1.648.907) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados. A variação de tais valores, na comparação com 2018, deve-se à revisão dos processos implementada no segundo semestre.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para perdas no montante de R\$155.196 (31/12/2018 - R\$152.440).

Notas Explicativas

NOTA 22 - TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banrisul possuía créditos tributários e obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, demonstrados a seguir:

(a) Créditos Tributários - os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	31/12/2018	Constituição	Realização	31/12/2019
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	1.337.720	613.640	(441.779)	1.509.581
Provisão para Riscos Trabalhistas	222.216	310.781	(64.987)	468.010
Provisão para Riscos Fiscais	132.227	40.786	(19.628)	153.385
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	293.588	78	(243.428)	50.238
Outras Diferenças Temporárias	264.888	315.188	(54.575)	525.501
Total de Créditos Tributários Registrados	2.250.639	1.280.473	(824.397)	2.706.715
Obrigações Fiscais Diferidas	(423.365)	(153.573)	272.456	(304.482)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.827.274	1.126.900	(551.941)	2.402.233

	31/12/2017	Constituição	Realização	31/12/2018
Provisão para <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	1.441.234	541.351	644.865	1.337.720
Provisão para Riscos Trabalhistas	157.237	90.920	25.941	222.216
Provisão para Riscos Fiscais	144.140	5.450	17.363	132.227
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	181.169	112.653	234	293.588
Outras Diferenças Temporárias	186.082	91.896	13.090	264.888
Total de Créditos Tributários Registrados	2.109.862	842.270	701.493	2.250.639
Obrigações Fiscais Diferidas	(277.593)	(145.772)	-	(423.365)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.832.269	696.498	701.493	1.827.274

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais Registrados
2020	705.245	525.000	1.230.245
2021	195.841	150.510	346.351
2022	183.892	142.283	326.175
2023	161.035	124.276	285.311
2024	91.006	84.097	175.103
2025 a 2027	91.883	105.009	196.892
2028 a 2029	70.865	75.773	146.638
Total em 31/12/2019	1.499.767	1.206.948	2.706.715
Total em 31/12/2018	1.394.848	855.791	2.250.639

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.330.354 (31/12/2018 - R\$1.974.300), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas - os saldos da provisão para imposto de renda e contribuições sociais diferidos estão representados por:

	31/12/2019	31/12/2018
Superveniência de Depreciação	(10.434)	(12.133)
TVM ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	(433)
TVM ao Valor Justo por meio do Resultado	(25.540)	(295.865)
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	(172.624)	(40.200)
Superávit Atuarial	(95.884)	(74.734)
Total	(304.482)	(423.365)

Notas Explicativas

Ativos e passivos de imposto diferidos são compensados quando tiver um direito legalmente executável de compensar ativos de imposto corrente contra passivos de imposto, ocasião em que impostos diferidos se relacionarem com impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

(a) Capital Social - O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.200.000 (31/12/2018 - R\$4.396.719), subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Em 31 de dezembro de 2019								
Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	98,13	751.479	54,59	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê	56	-	26	-	5.005	-	5.087	-
Outros	3.839.426	1,87	625.196	45,41	202.527.930	100,00	206.992.552	50,61
Total	205.064.841	100,00	1.376.701	100,00	202.532.935	100,00	408.974.477	100,00

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Em 31 de dezembro de 2018								
Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	98,13	751.479	48,83	2.056.962	1,02	204.033.800	49,89
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê	57	-	117	0,01	2.514	-	2.688	-
Outros	3.836.716	1,87	787.413	51,16	200.313.860	98,98	204.937.989	50,11
Total	205.062.132	100,00	1.539.009	100,00	202.373.336	100,00	408.974.477	100,00

No exercício de 2019, foram convertidas 162.308 ações, principalmente de PNA para PNB, por solicitação de acionistas, conforme previsto no estatuto social.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 10 de abril de 2018, aprovou redução de capital, no montante de R\$353.281, homologado pelo Bacen em 22 de junho de 2018. A restituição aos acionistas do valor das suas ações objeto desta redução de capital ocorreu mediante pagamento em dinheiro no dia 30 de novembro de 2018, e o valor unitário por tipo e classe de ação foi de R\$0,86382146 por ação ON, R\$0,86382146 por ação PNA e R\$0,86382146 por ação PNB.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 25 de abril de 2019, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$803.281, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 30 de julho de 2019.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do Capital Social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Notas Explicativas

Ações Preferenciais Classe B:

(i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e

(ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Lucro por Ação - o lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do Banrisul pelo número de ações durante o ano. O lucro por ação básico foi calculado, conforme tabela a seguir, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	1.269.947	908.597
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações		
Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	636.326	454.998
Aos Detentores de Ações Preferenciais A	4.874	5.993
Aos Detentores de Ações Preferenciais B	628.226	446.850
Lucro por Ação		
Lucro Básico por ação (em Reais - R\$)		
Ações Ordinárias	3,10	2,22
Ações Preferenciais A	3,34	2,37
Ações Preferenciais B	3,10	2,22

(c) Reservas

Movimentação	Reservas de Lucros				
	Reserva de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Total
Em 31 de Dezembro de 2018	4.511	529.055	1.892.138	619.532	3.040.725
Aumento de Capital	-	-	(159.169)	(644.112)	(803.281)
Transferência para Reservas	-	67.221	336.105	132.509	535.835
Em 31 de Dezembro de 2019	4.511	596.276	2.069.074	107.929	2.773.279

A Reserva de Capital refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade.

A Reserva Legal objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(d) Distribuição de Resultado - o Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e **(iii)** até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Em 25 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2019 no percentual equivalente a 15% sobre o lucro líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

Notas Explicativas

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em Lucros Acumulados ou Reserva de Lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$462.925, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (31/12/2018 - R\$406.100), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte. O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$185.170 (31/12/2018 - R\$182.745) (Nota 31).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício em BRGAAP	1.344.418	1.048.629
Ajuste		
Reserva Legal	(67.221)	(52.432)
Base de Cálculo dos Dividendos	1.277.197	996.197
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	319.299	249.049
Dividendo Adicional 15%	191.580	149.430
Total dos Dividendos	510.879	398.479
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	437.173	342.182
Ações Ordinárias (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	232.038	180.990
Ações Preferenciais A (R\$1.244,68978 por lote de mil ações)	1.714	1.494
Ações Preferenciais B (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	229.173	178.616
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(25.752)	(18.918)
B) Juros sobre Capital Próprio Creditados	-	42.477
Ações Ordinárias (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	-	22.555
Ações Preferenciais A (R\$1.244,68978 por lote de mil ações)	-	186
Ações Preferenciais B (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	-	22.259
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	-	(2.523)
C) Dividendos Provisionados	73.706	13.820
Ações Ordinárias (R\$180,16078 por lote de mil ações)	36.945	6.927
Ações Preferenciais A (R\$198,17686 por lote de mil ações)	273	57
Ações Preferenciais B (R\$180,16078 por lote de mil ações)	36.488	6.836
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	510.879	398.479

Em cumprimento ao Ofício de Alerta nº 11/2018 da CVM, no qual determinou a retificação do montante acumulado da Reserva de Investimento e a Distribuição aos acionistas o valor retido indevidamente dos três últimos exercícios (2015, 2016 e 2017), o Banrisul retificou a Reserva Estatutária e provisionou dividendos no montante de R\$32.019. Esse montante foi pago em 19 de junho de 2019.

(e) Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros

O Banrisul retificou, a partir de março de 2019, a contabilização referente aos contratos de investimento envolvendo o Banrisul, o Grupo Icatu e a Rio Grande Seguros para exploração da comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de Seguros de Pessoas, Previdência e Capitalização (em 2014 no montante de R\$151.000 e em 2017 no montante de R\$60.000), pelo prazo de 20 anos, valores estes que foram reconhecidos como receita efetiva nas Demonstrações Financeiras do Banco. O Banrisul efetuará o diferimento de forma prospectiva pelo prazo remanescente de 188 e 224 meses. A contabilização está registrada em Resultados de Exercícios Futuros e no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito no Patrimônio Líquido do Banco, líquido dos créditos tributários, é de R\$91.589.

Notas Explicativas

NOTA 24 - RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas com Juros e Similares	8.063.609	8.454.424
Disponibilidades e Reservas no Bacen	437.799	386.747
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Valor Justo	294.533	294.688
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.426.874	1.784.401
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	5.845.104	5.930.319
Outros	59.299	58.269
Despesas com Juros e Similares	3.533.510	3.908.680
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	251.750	459.305
Recursos de Bancos	226.289	405.310
Recursos de Clientes	2.522.189	2.536.925
Captação no Mercado Aberto	444.981	447.595
Outros	88.301	59.545
Total	4.530.099	4.545.744

NOTA 25 - GANHOS (PERDAS) LÍQUIDOS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Ganhos (Perdas) Líquidos com Passivos Financeiros ao Valor justo	(63.984)	48.043
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	(1.052)	(37.645)
Derivativos	132.097	217.625
Total	67.061	228.023

NOTA 26 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Administração de Fundos	80.261	79.573
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	69.540	66.959
Rendas de Garantias Prestadas	2.986	3.683
Receita de Serviços em Operações de Câmbio	42.788	48.147
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	85.119	75.044
Rendas de Corretagens e Operações	9.819	9.310
Receitas de Serviços Banrisul Cartões	670.864	685.015
Devolução de Cheques	19.891	21.587
Débito em Conta	71.239	68.331
Serviços de Arrecadação	57.275	56.540
Comissões de Seguridade	256.906	235.470
Transações com Cheques	15.609	19.086
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	546.889	517.241
Cartão de Crédito	66.812	68.421
Tarifas de Saques	8.585	8.250
Tarifas de Fiança Bancária	8.852	11.433
Outras Receitas	51.156	53.004
Total	2.064.591	2.027.094

Notas Explicativas**NOTA 27 - DESPESAS DE PESSOAL**

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração Direta ⁽¹⁾	1.125.693	1.192.360
Benefícios ⁽¹⁾	338.387	335.185
Encargos Sociais	491.988	515.127
Participação no Lucro	141.763	124.896
Treinamentos	18.451	12.728
Total	2.116.282	2.180.296

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Benefícios está incluído, em 2018, o montante de R\$86.487, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PDAV - Plano de Desligamento por Aposentadoria Voluntária.

NOTA 28 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Comunicações	64.895	66.010
Processamento de Dados	137.108	133.373
Vigilância, Segurança e Transportes de Valores	142.169	138.619
Amortização e Depreciação	298.818	226.954
Aluguéis e Condomínios	33.967	98.183
Materiais	20.519	27.188
Serviços de Terceiros	353.065	416.334
Serviços Técnicos Especializados	148.083	182.322
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	124.947	98.227
Manutenção e Conservação de Bens	64.172	59.928
Água, Energia e Gás	35.267	32.861
Serviço do Sistema Financeiro	33.248	39.484
Outras	80.077	69.982
Total	1.536.335	1.589.465

(1) É composto principalmente por R\$56.872 (31/12/2018 - R\$51.639) de despesa com propaganda institucional e R\$45.743 (31/12/2018 - R\$36.986) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 29 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	40.602	45.182
Reversão de Provisões Operacionais para:		
Fiscais	3	81
Trabalhistas	227	105
Cíveis	125.367	152
Outros	943	630
Tarifas Interbancárias	37.197	34.740
Títulos de Créditos a Receber	9.840	9.142
Comissão e Taxa sobre Seguro e Capitalização	15.443	6.052
Receitas Diversas com Cartões	126.581	99.826
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	62.487	13.470
Receitas de Adquirência por Antecipação	24.159	24.797
Fundação Banrisul - Resultado Atuarial Migração	175.619	-
Outras Receitas Operacionais	63.665	31.400
Total	682.133	265.577

Notas Explicativas

NOTA 30 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Descontos Concedidos em Renegociações	159.086	56.671
Despesas com Provisões para Riscos Fiscais (CS/IR)	19.941	12.500
Despesas com Provisões Trabalhistas	651.762	227.009
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	68.108	77.395
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	17.791	5.833
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.645	4.240
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen	2.756	2.932
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	7.577	9.596
Despesas com Cartões	22.178	18.304
Aporte à Migração - Planos de Previdência Complementar FBSS (Nota 32)	126.091	-
Tarifas Convênio INSS	51.486	44.309
Outras Despesas Operacionais	96.720	56.686
Total	1.227.141	515.475

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro do Exercício antes da Tributação	1.321.734	1.423.615
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(330.433)	(355.904)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	(44.370)	(41.332)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15% (2018 - 20%)	(145.520)	(217.784)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(520.323)	(615.020)
Efeito da Lei nº 13.169/15 e Emenda Constitucional nº 103/19 nos Tributos Diferidos ⁽¹⁾	230.274	(127.102)
Juros sobre o Capital Próprio	185.170	182.745
Outras Adições Líquidas das Exclusões	53.092	44.359
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(51.787)	(515.018)
Corrente	(354.863)	(403.209)
Diferido	303.076	(111.809)

(1) Tributos Diferidos: (i) A Lei nº 13.169/15, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos; e (ii) A Emenda Constitucional nº 103/19, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro, elevando-a de 15% para 20% a partir de março de 2020. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos a partir de novembro de 2019.

NOTA 32 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de

Notas Explicativas

2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com as Resoluções nºs 3.846/10, 4.275/13, 4.611/17, 4.626/18 e 4.661/18 do CMN, o art. 2º da Resolução nº 4.449/15. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido") e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de "contribuição variável"), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 10/2018 e Portaria Previc nº 300/2019.

Em razão da instabilidade do Plano de Benefícios I e, na busca de alternativas que resolvessem o problema, a Diretoria Executiva da Fundação Banrisul propôs um Novo Processo de Migração, semelhante ao ocorrido em 2014, para um novo plano de benefícios (FBPREV III) com custos mais estáveis e outras alternativas de recebimento dos benefícios, além da renda vitalícia.

Com a aprovação de um novo processo de migração, por meio da Portaria nº 1.123/2018, da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência - PREVIC, a Fundação Banrisul iniciou, em 28 de janeiro de 2019, o processo de migração voluntária dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I (PBI) para Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III), que é constituído na modalidade de contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos referente ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul, o valor aportado, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a., é de R\$126.091 (Nota 30), que foi transferido para o novo plano.

Após o processo de migração encerrado em 27 de abril de 2019, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano FBPREV III ⁽¹⁾
Ativos	274	35	239
Assistidos	4.519	3.093	1.426
Total	4.793	3.128	1.665

(1) Do total de participantes do Plano FBPREV III, 1.094 participantes optaram pelo recebimento dos benefícios pela renda vitalícia no momento da migração.

Notas Explicativas

Após a reestruturação do plano, a parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$66.230 em 31 de dezembro de 2019 (31/12/2018 - R\$68.040), foi distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$23.896, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$16.895, Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$11.796 e Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III) o valor de R\$13.643, registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 18(b)). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2019	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60
Taxa de Crescimento Salarial	6,25	n/a	8,82	7,93	7,07	n/a	8,82
Crescimento dos Benefícios Concedidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Crescimento dos Benefícios Diferidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	4,64	n/a

Hipóteses Econômicas - 31/12/2018	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Taxa de Crescimento Salarial	7,16	n/a	10,72	8,45	n/a	10,72
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,00	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2019	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,30)
Plano Saldado	AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10% (SOA), específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)
Plano FBPREV	AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)
Plano FBPREV II	AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,04)
Plano FBPREV III	AT-2000 <i>Basic</i> , específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Forte, desagravada em 60%	A probabilidade de rotatividade utilizada para o Plano PBPREV III é de 0,64% linear
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III. Plano Odontológico e Auxílio Medicamento: experiência da consultoria atuarial modificada (+0,30)
Prêmio Aposentadoria	AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 20%, específica por sexo	Não aplicável	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)

Notas Explicativas

Hipóteses Demográficas em 31/12/2018	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desgravada em 50%	<i>Light Forte</i> , desgravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desgravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desgravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desgravada em 10%	RRB 1983 desgravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desgravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desgravada em 10%	RRB 1983 desgravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desgravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desgravada em 10%	Não aplicável	<i>Light Fraca</i> , desgravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pelas regras do IAS 19(R1), à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 e com Portaria Previc nº 300/2019, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação. O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Notas Explicativas

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

Notas Explicativas

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (Médico, Odontológico e Auxílio Medicamento) - o Banrisul oferece plano de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são as seguintes:

Planos:	PB I % Alocação		PBS % Alocação		FBPREV % Alocação		FBPREV II % Alocação		FBPREV III % Alocação		Saúde % Alocação	
Categorias	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Renda Fixa	77,00	82,30	77,81	83,96	86,00	91,24	83,35	88,98	78,23	-	97,97	97,83
Renda Variável	9,98	8,75	9,62	7,77	3,27	1,28	6,40	4,34	9,58	-	2,03	2,17
Imóveis	3,45	3,76	2,90	3,06	0,39	0,55	1,41	1,64	3,17	-	-	-
Outros	9,57	5,19	9,67	5,21	10,34	6,93	8,84	5,04	9,02	-	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$15.935 (31/12/2018 – R\$15.624) e imóveis alugados com um valor justo de R\$125.701 (31/12/2018 – R\$98.851).

Notas Explicativas

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e de acordo com o IAS 19 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	470.944	449.383
Plano Saldado (PBS)	252.809	76.211
Plano FBPREV (FBPREV)	(9)	(1)
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(63)	(8)
Plano FBPREV III (FBPREV III)	69.027	-
Planos Saúde, Odontológico e Medicamento	(212.585)	(188.056)
Prêmio Aposentadoria	214.055	204.238
Total	794.178	541.767

A partir de 2019 está sendo considerado somente os benefícios pós-emprego oferecidos aos funcionários do Banrisul e suas controladas. Para fins de comparabilidade foram reapresentados os valores referentes a 2018. Tal procedimento gerou o efeito de R\$2.585 no Patrimônio Líquido, R\$1.067 no Ativo e R\$1.518 no Passivo.

Notas Explicativas

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e de acordo com o IAS 19 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldaço	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Plano Aposentadoria	Prêmio
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(1.805.025)	(1.529.458)	(17.269)	(156.833)	(411.108)	(212.585)	(214.055)	
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.334.081	1.276.649	19.566	168.710	342.081	461.283	-	
Superávit/(Déficit)	(470.944)	(252.809)	2.297	11.877	(69.027)	248.698	(214.055)	
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(2.288)	(11.814)	-	(36.113)	-	
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(470.944)	(252.809)	9	63	(69.027)	212.585	(214.055)	

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldaço	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Plano Aposentadoria	Prêmio
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(2.402.077)	(1.239.923)	(14.327)	(112.186)	-	(197.461)	(204.238)	
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.952.694	1.163.712	14.975	138.863	-	385.517	-	
Superávit/(Déficit)	(449.383)	(76.211)	648	26.677	-	188.056	(204.238)	
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(647)	(26.669)	-	-	-	
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido (Reapresentado)	(449.383)	(76.211)	1	8	-	188.056	(204.238)	

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldaço	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Plano Aposentadoria	Prêmio
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	2.402.077	1.239.923	14.327	112.186	-	197.461	204.238	
Custo do Serviço Corrente	(1.539)	-	1.107	649	1	1.893	8.744	
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	159.411	109.075	1.299	9.948	18.259	17.705	16.516	
Contribuições dos Participantes do Plano	42.855	2.993	508	-	-	-	-	
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(17.802)	(12.445)	444	23.432	(24.922)	(33.793)	(7.809)	
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Demográficas	146.204	39.419	(1.125)	(3.812)	3	(8.668)	9.651	
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	234.219	238.212	1.104	26.147	25.075	46.694	5.366	
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(203.186)	(87.719)	(395)	(11.717)	(23.200)	(8.707)	-	
Eliminação Antecipada de Obrigações	(957.214)	-	-	-	-	-	-	
Transferências	-	-	-	-	415.892	-	-	
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	-	(22.651)	
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.805.025	1.529.458	17.269	156.833	411.108	212.585	214.055	

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2018	Plano de Benefícios I	Plano Saldaço	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Plano Aposentadoria	Prêmio
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	2.308.815	1.158.097	10.837	101.506	-	195.746	179.913	
Custo do Serviço Corrente	(1.689)	-	960	734	-	1.972	7.748	
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	215.337	109.449	1.056	9.667	-	18.928	15.791	
Contribuições dos Participantes do Plano	57.876	3.466	654	678	-	-	-	
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(27.173)	2.041	522	3.470	-	(20.654)	(4.204)	
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	86.626	50.059	606	4.361	-	9.561	6.573	
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(237.715)	(83.189)	(308)	(8.230)	-	(4.758)	-	
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	(3.334)	(1.583)	
Valor Presente das Obrigações no Final do Período (Reapresentado)	2.402.077	1.239.923	14.327	112.186	-	197.461	204.238	

Notas Explicativas

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2019						Prêmio	
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Aposentadoria
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	1.952.694	1.163.712	14.975	138.863	-	385.517	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	132.247	102.553	1.392	12.464	16.064	34.712	-
Contribuições Pagas pela Empresa	123.333	88.705	2.706	27.437	(20.136)	41.054	-
Contribuições de Participantes	33.839	6.405	380	1.663	1.136	-	-
Benefícios Pagos	42.855	2.993	508	-	55.865	-	-
Transferências	(203.186)	(87.719)	(395)	(11.717)	(23.200)	-	-
Eliminação Antecipada de Obrigações	-	-	-	-	312.352	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(747.701)	-	-	-	-	-	-
	1.334.081	1.276.649	19.566	168.710	342.081	461.283	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2018						Prêmio	
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Aposentadoria
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	1.968.353	1.109.151	12.400	124.493	-	338.195	-
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	188.941	105.136	1.239	12.003	-	32.301	-
Contribuições Pagas pela Empresa	(91.018)	22.012	456	7.684	-	15.021	-
Contribuições de Participantes	66.257	7.136	534	2.235	-	-	-
Benefícios Pagos	57.876	3.466	654	678	-	-	-
	(237.715)	(83.189)	(308)	(8.230)	-	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período (Reapresentado)	1.952.694	1.163.712	14.975	138.863	-	385.517	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2019						Prêmio	
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Aposentadoria
Custo do Serviço	(449.383)	(76.211)	1	8	-	188.056	(204.238)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	211.052	-	(1.107)	(649)	(415.893)	(1.893)	(8.744)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(27.164)	(6.522)	33	76	(2.195)	17.007	(16.516)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	(239.288)	(176.481)	702	(1.035)	(20.292)	708	(7.208)
Transferências	-	-	-	-	-	-	22.651
Contribuições Pagas pela Empresa	-	-	-	-	312.352	-	-
	33.839	6.405	380	1.663	57.001	8.707	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(470.944)	(252.809)	9	63	(69.027)	212.585	(214.055)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2018						Prêmio	
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Aposentadoria
Custo do Serviço	(340.462)	(48.946)	-	-	-	143.076	(179.913)
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	1.689	-	(960)	(734)	-	(2.049)	(7.748)
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(26.396)	(4.313)	29	74	-	13.427	(15.791)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	(150.471)	(30.088)	398	(1.567)	-	24.396	(2.369)
Contribuições Pagas pela Empresa	-	-	-	-	-	3.353	-
	66.257	7.136	534	2.235	-	4.786	1.583
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual (Reapresentado)	(449.383)	(76.211)	1	8	-	186.989	(204.238)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Período Seguinte:						Prêmio	
	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente	(25)	-	1.206	346	3	362	10.353
Juros Líquidos sobre Passivo/(Ativo) Líquido do Benefício Definido	30.193	17.398	(18)	(64)	4.761	4.871	13.562
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	30.168	17.398	1.188	282	4.764	5.233	23.915

Notas Explicativas

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:							
Contribuições Pagas pela Empresa	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
	26.210	6.166	249	1.726	2.022	10.552	-
Contribuições dos Empregados	54.356	3.077	249	-	-	54.892	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	40.637
Benefícios Pagos dos Ativos do Plano	173.444	98.591	327	8.645	32.105	80.773	-

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)							
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2020	173.444	98.591	326	8.645	32.105	10.553	40.637
2021	176.306	101.606	337	8.886	32.514	9.720	5.989
2022	178.958	104.633	348	9.127	32.870	10.533	8.513
2023	181.330	107.624	360	9.372	33.168	11.469	11.684
2024	183.521	110.536	371	9.617	33.404	12.352	17.749
2025 a 2029	938.680	589.996	2.039	51.666	168.051	71.299	121.613

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)							
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
31/12/2019	10,17	11,53	11,32	10,30	9,80	15,30	10,20
31/12/2018	9,38	10,51	11,32	10,30	-	-	8,41

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2019							
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	152	756	5.385	3.877	193	9.384	10.382
Assistidos	3.005	2.217	43	1.113	1.377	5.845	-
Total	3.157	2.973	5.428	4.990	1.570	15.229	10.382

Quantidade de Participantes em 31/12/2018							
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	334	938	5.211	4.307	-	9.824	10.799
Assistidos	4.395	2.055	33	790	-	5.481	-
Total (Reapresentado)	4.729	2.993	5.244	5.097	-	15.305	10.799

Notas Explicativas

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(107.687)
Taxa de Desconto	6,51%	117.232
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(79.187)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	90.088

Plano Saldado (PBS) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(81.840)
Taxa de Desconto	6,51%	89.857
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(36.521)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	40.256

Plano FBPREV (FBPREV) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(978)
Taxa de Desconto	6,51%	1.090
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	760
Tábua de Mortalidade	10% Redução	(754)

Plano FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(8.461)
Taxa de Desconto	6,51%	9.342
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(1.918)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	2.186

Plano FBPREV III (FBPREV III) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(18.393)
Taxa de Desconto	6,51%	19.985
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(11.453)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	12.738

Plano Saúde - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(14.533)
Taxa de Desconto	6,51%	16.502
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(8.691)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	10.232

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(9.492)
Taxa de Desconto	6,51%	10.423
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(608)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	610

Notas Explicativas

NOTA 33 - COMPROMISSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

(a) Compromissos para aquisição de ativos - o Banrisul não dispõe de compromissos para aquisição de ativos contratados na data do balanço, ainda não incorridos.

(b) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$10.689.973 (31/12/2018 - R\$10.795.824), dos quais R\$10.112.837 (31/12/2018 - R\$10.208.286) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo anteriormente mencionado está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento.

(c) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	11.601.532	11.093.399
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	68.692	89.616
Fundos de Ações	294.745	86.215
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	12.637	15.564
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	39.547	265.439
Carteiras Administradas	558.622	639.504
Total	12.575.775	12.189.737

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

Os fundos de investimento administrados pelo Banrisul não são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, já que os respectivos ativos são de propriedades de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

(d) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 178 grupos (160 em 31/12/2018) e de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 70.804 consorciados ativos (59.096 em 31/12/2018).

NOTA 34 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 4.636/18 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 4.636/18 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

Notas Explicativas

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banco, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, à exemplo de tarifas bancárias.

Em abril de 2018, o Estado do Rio Grande do Sul alienou, por meio de procedimento de leilão na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a quantidade total de 28.974.500 ações de emissão do Banrisul, sendo 26.000.000 de ações PNB e 2.974.500 de ações ON, representando assim uma redução de sua participação acionária de 7,44% em relação ao Capital Social total do Banrisul. Contudo, o controle do Banrisul pelo Estado do Rio Grande do Sul permanece inalterado. A Banrisul S.A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio executou a venda tendo como intermediador a BTG Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Para a prestação destes serviços a Banrisul Corretora foi remunerada a título de corretagem em 0,1% (zero virgula um por cento) sobre os valores negociados;

(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS - empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(iii) Coligadas: Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada e da Rio Grande Capitalização S.A.; e VG8JV Tecnologia S.A. - VG8JV, atua sob o nome fantasia de VeroGo, oferece solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS), entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrado pelo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(767.237)	(884.241)	(28.476)	(16.549)
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	8.160	125	739
Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	244	308	42	45
Outros Ativos	3.768	3.001	-	-
Captações com Clientes	(695.214)	(607.120)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(39.547)	(265.439)	(26.172)	(15.858)
Outros Passivos	(36.488)	(23.151)	(2.471)	(1.475)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(121.382)	(70.046)	(22.159)	(20.595)
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(120.459)	(69.012)	(9.335)	(8.800)
Outros Passivos	(923)	(1.034)	(12.824)	(11.795)
Total	(888.619)	(954.287)	(50.635)	(37.144)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

As transações com empresas consolidadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Empresas Consolidadas				
Outros Créditos	117.976	47.734	119.829	115.687
Depósitos à Vista	(9.009)	(3.659)	-	-
Depósitos a Prazo	(23.916)	(12.397)	(1.008)	(1.687)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(185.664)	(252.130)	(1.016)	(1.181)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(287.457)	(295.269)	(18.794)	(17.982)
Outras Obrigações	(867.306)	(888.446)	(9.114)	(8.064)
Total	(1.255.376)	(1.404.167)	89.897	86.773

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	16.145	11.588
Remuneração	12.421	9.026
Encargos Sociais	3.724	2.562
Benefícios Pós-emprego	640	687
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	640	687
Total	16.785	12.275

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$900.

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- (ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

Notas Explicativas

(iii) Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2019, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 5.087 ações, conforme Nota 23(a).

Notas Explicativas

Baseado na Resolução nº 3.853/10 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Carta-Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil - Bacen, o Banrisul optou por elaborar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis somente quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstrações do Resultado Consolidado, Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, Demonstração Consolidada do Valor Adicionado, bem como suas Notas Explicativas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os valores estão expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS**(VALORES EM MILHARES DE REAIS)**

ATIVO	Barrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	38.211.585	42.319.714
Disponibilidades (Nota 04)	1.161.179	886.049
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 05)	1.012.969	4.602.385
Aplicações no Mercado Aberto	1.004.897	4.509.866
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.519
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06)	5.931.403	7.718.598
Carteira Própria	5.092.427	3.039.134
Vinculados a Compromissos de Recompra	810.823	3.933.006
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.263	-
Vinculados ao Banco Central	-	709.861
Vinculados à Prestação de Garantias	18.881	36.588
Moedas de Privatização	9	9
Relações Interfinanceiras	13.872.692	13.447.096
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.668.483	1.265.126
Créditos Vinculados (Nota 07)		
Depósitos no Banco Central	12.186.091	12.162.020
Convênios	46	43
Correspondentes	18.072	19.907
Relações Interdependências	125.338	117.941
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.358	1.898
Transferências Internas de Recursos	122.980	116.043
Operações de Crédito (Nota 08)	11.222.316	10.557.126
Operações de Crédito		
Setor Público	17.952	11.649
Setor Privado	11.568.502	11.017.857
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.472	4.209
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(367.610)	(476.589)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 08)	13.247	15.808
Operações de Arrendamento a Receber		
Setor Público	2.280	3.181
Setor Privado	12.136	14.169
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.169)	(1.542)
Outros Créditos (Nota 09)	4.739.641	4.882.938
Avais e Fianças Honrados	8.498	2.583
Carteira de Câmbio	715.084	821.118
Rendas a Receber	135.794	128.032
Negociação e Intermediação de Valores	19.567	46.266
Créditos Específicos	839	835
Diversos	4.112.487	4.021.175
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(252.628)	(137.071)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	132.800	91.773
Outros Valores e Bens	5.588	2.927
Despesas Antecipadas	127.212	88.846

Notas Explicativas

	Banrisul Consolidado	
ATIVO (continuação)	31/12/2019	31/12/2018
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.916.932	33.650.381
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06)	19.000.188	12.674.761
Carteira Própria	15.830.482	12.660.499
Vinculados a Compromissos de Recompra	2.587.521	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	122.046	-
Vinculados ao Banco Central	423.646	-
Vinculados à Prestação de Garantias	36.493	14.262
Relações Interfinanceiras	1.074.400	1.015.245
Créditos Vinculados (Nota 07)		
Sistema Financeiro da Habitação	1.074.400	1.015.245
Operações de Crédito (Nota 08)	19.246.523	17.737.469
Operações de Crédito		
Setor Público	86.143	69.348
Setor Privado	21.284.697	19.650.357
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	18.833	24.181
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.143.150)	(2.006.417)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 08)	15.711	13.398
Operações de Arrendamento a Receber		
Setor Público	768	1.422
Setor Privado	16.298	13.260
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.355)	(1.284)
Outros Créditos (Nota 09)	2.333.841	2.110.189
Carteira de Câmbio	1.624	2.547
Diversos	2.380.219	2.156.548
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(48.002)	(48.906)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	246.269	99.319
Outros Valores e Bens	314.825	154.232
Provisão para Desvalorização	(90.667)	(73.406)
Despesas Antecipadas	22.111	18.493
PERMANENTE	1.421.072	1.457.787
Investimentos (Nota 11 (a))	137.937	119.810
Participação em Coligadas e Controladas no País	131.244	112.599
Outros Investimentos	11.537	12.064
Provisão para Perdas	(4.844)	(4.853)
Imobilizado de Uso (Nota 11 (b))	319.839	215.100
Imóveis de Uso	140.855	128.893
Outras Imobilizações de Uso	791.859	682.269
Depreciação Acumulada	(612.875)	(596.062)
Intangível (Nota 11 (c))	963.296	1.122.877
Ativos Intangíveis	1.615.362	1.596.077
Amortização Acumulada	(652.066)	(473.200)
TOTAL DO ATIVO	81.549.589	77.427.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

	Banrisul Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	33.080.910	30.483.450
Depósitos (Nota 12)	19.392.004	17.499.546
Depósitos à Vista	3.228.976	3.629.157
Depósitos de Poupança	9.622.161	9.127.809
Depósitos Interfinanceiros	457.089	112.306
Depósitos a Prazo	6.082.108	4.630.001
Outros Depósitos	1.670	273
Captações no Mercado Aberto (Nota 12)	3.391.443	3.928.602
Carteira Própria	3.391.443	3.928.602
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12)	1.355.041	688.903
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.355.041	688.903
Relações Interfinanceiras	81.645	65.031
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	81.645	65.031
Relações Interdependências	225.768	208.594
Recursos em Trânsito de Terceiros	225.768	208.594
Obrigações por Empréstimos	708.929	862.518
Empréstimos no País - Outras Instituições	91	520
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	708.838	861.998
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 14)	457.882	432.595
Tesouro Nacional	12.391	13.897
BNDES	315.200	289.692
CEF	6.376	5.824
FINAME	123.419	122.726
Outras Instituições Oficiais	496	456
Obrigações por Repasses do Exterior (Nota 14)	1.393	2.663
Repasses do Exterior	1.393	2.663
Outras Obrigações (Nota 15)	7.466.805	6.794.998
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.459	40.242
Carteira de Câmbio	59.358	46.752
Sociais e Estatutárias	105.490	120.014
Fiscais e Previdenciárias	478.765	569.717
Negociação e Intermediação de Valores	20.336	28.534
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	901.124	903.347
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	2.423
Dívidas Subordinadas	162.353	155.166
Diversas	5.710.920	4.928.803

Notas Explicativas

	Banrisul Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (continuação)	31/12/2019	31/12/2018
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	40.496.129	39.650.027
Depósitos (Nota 12)	34.248.080	33.364.564
Depósitos a Prazo	34.248.080	33.364.564
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12)	2.205.125	2.151.098
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.205.125	2.151.098
Obrigações por Empréstimos	-	270
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	88
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	-	182
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 14)	1.091.948	1.315.345
BNDES	786.922	950.948
CEF	41.341	41.568
FINAME	262.651	321.329
Outras Instituições Oficiais	1.034	1.500
Obrigações por Repasses do Exterior (Nota 14)	-	1.356
Repasses do Exterior	-	1.356
Outras Obrigações (Nota 15)	2.950.976	2.817.394
Fiscais e Previdenciárias	548.653	537.911
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	24.386
Dívidas Subordinadas	2.138.695	1.996.865
Diversas	263.628	258.232
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	178.188	15.502
Resultados de Exercícios Futuros	178.188	15.502
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 23)	7.794.362	7.278.903
Capital Social de Domiciliados no País	5.200.000	4.396.719
Reservas de Capital	4.511	4.511
Reservas de Lucros	2.872.851	3.065.305
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(284.995)	(191.464)
Participação de Não Controladores	1.995	3.832
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81.549.589	77.427.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**(VALORES EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)**

	Barrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.105.414	9.551.777
Operações de Crédito	6.621.756	6.660.701
Operações de Arrendamento Mercantil	5.738	3.708
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.423.052	1.614.440
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	132.096	217.626
Resultado de Operações de Câmbio	137.754	213.321
Resultado das Aplicações Compulsórias	732.231	761.881
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	52.787	80.100
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.774.293)	(5.140.667)
Operações de Captação no Mercado	(3.289.099)	(3.400.800)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(291.278)	(459.837)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 08 (e))	(1.193.916)	(1.280.030)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.331.121	4.411.110
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.731.953)	(2.627.952)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	947.488	946.072
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	1.095.028	1.051.051
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(1.974.519)	(2.055.401)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(1.819.409)	(1.839.656)
Despesas Tributárias	(482.688)	(487.957)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	46.597	45.179
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	762.462	331.264
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(1.306.912)	(618.504)
RESULTADO OPERACIONAL	1.599.168	1.783.158
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	1.599.168	1.783.158
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25 (a))	(112.466)	(608.877)
Corrente	(354.863)	(403.209)
Diferido	242.397	(205.668)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(141.763)	(124.896)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	(521)	(756)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.344.418	1.048.629
Número de Ações em Circulação - Milhares (Nota 23 (a))	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	1.599.168	1.783.158
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados		
Depreciação e Amortização	210.533	199.591
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(46.597)	(45.179)
Tributos Diferidos	(242.397)	205.668
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	315.734	411.262
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.193.916	1.280.030
Provisão para Contingências	616.970	319.498
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	3.647.327	4.154.028
Variação de Ativos e Obrigações	(3.902.567)	(2.193.652)
Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	79.563	500.868
(Aumento) Redução em Títulos para Negociação	(2.177.309)	239.269
(Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos	(158.118)	(274.138)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(458.360)	(1.148.519)
(Aumento) em Operações de Crédito	(3.222.452)	(3.717.962)
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	546	11.665
(Aumento) Redução em Outros Créditos	93.594	(369.513)
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(187.977)	(47.526)
Aumento em Depósitos	2.775.974	3.779.521
(Redução) em Captação no Mercado Aberto	(537.159)	(924.014)
Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	720.165	802.153
(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(354.595)	(323.425)
(Redução) em Outras Obrigações	(200.917)	(367.257)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	71.097	(11.582)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(346.619)	(343.192)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(255.240)	1.960.376
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redução de Capital Social	-	(353.281)
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	124.805	103.132
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	287.826	954.712
(Aumento) Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	(2.516.855)	2.495.740
Alienação de Investimentos	2.979	1.232
Alienação de Imobilizado de Uso	2.061	3.490
Baixa do Intangível	-	751
Aquisição de Investimentos	(19.309)	(1.836)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(132.931)	(57.559)
Aplicação no Intangível	(21.078)	(67.473)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.272.502)	3.078.908
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dívidas Subordinadas	-	(8.973)
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(166.717)	(143.396)
Dividendos Pagos	(45.839)	(20.204)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(507.925)	(361.100)
Variação na Participação de Não Controladores	(1.837)	556
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(722.318)	(533.117)
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	15.337	52.687
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.234.723)	4.558.854
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício (Nota 04)	5.408.871	850.017
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício (Nota 04)	2.174.148	5.408.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Barrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
RECEITAS (a)	10.717.528	10.637.779
Intermediação Financeira	9.106.466	9.589.422
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	2.042.516	1.997.123
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.193.916)	(1.280.030)
Outras	762.462	331.264
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	(3.580.377)	(3.860.637)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	(2.801.388)	(2.190.488)
Materiais, Energia e Outros	(2.032.142)	(1.306.774)
Serviços de Terceiros	(768.194)	(846.069)
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	(1.052)	(37.645)
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	4.335.763	4.586.654
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	(210.534)	(199.591)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	4.125.229	4.387.063
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	46.597	45.179
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	46.597	45.179
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	4.171.826	4.432.242
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.171.826	4.432.242
Pessoal	1.839.392	1.904.414
Remuneração Direta	1.394.571	1.470.452
Benefícios	356.838	347.913
FGTS	87.983	86.049
Impostos, Taxas e Contribuições	872.044	1.372.717
Federais	776.366	1.275.321
Estaduais	236	1.677
Municipais	95.442	95.719
Remuneração de Capitais de Terceiros	115.451	105.726
Aluguéis	115.451	105.726
Remuneração de Capitais Próprios	1.344.939	1.049.385
Juros sobre o Capital Próprio	462.925	406.100
Dividendos	73.706	13.820
Lucros Retidos do Semestre/Exercício	807.787	628.709
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	521	756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito	455.881	429.623
Operações com Sede no Brasil	337.969	301.570
Outras Operações de Crédito	117.912	128.053
Outros Ativos	217.533	133.570
Imobilizado de Uso	39	14
Total do Ativo	673.453	563.207
Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos	231.974	149.723
Operações com Sede no Brasil	196.883	117.299
Outros Depósitos	35.091	32.424
Outras Obrigações	1.821	1.880
Outros Passivos	36.197	40.831
Patrimônio Líquido	403.461	370.773
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	673.453	563.207
Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira	24.115	21.494
Despesas da Intermediação Financeira	(2.794)	(2.656)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.970)	(2.859)
Lucro Líquido do Período	17.351	15.979

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes e os ajustes de

Notas Explicativas

variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do Patrimônio Líquido, no montante de R\$15.337 (31/12/2018 - R\$52.687).

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e de fundo de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. A participação de não controladores é inicialmente mensurada pela parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e o fundo de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Atividade	Participação Total	
		31/12/2019	31/12/2018
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Meios de Pagamentos	99,78%	99,78%
Banrisul Giro Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

(e) As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 05 de fevereiro de 2020.

(f) Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão considerando as alterações de contas contábeis introduzidas pela Carta Circular nº 3.828/17 do Bacen - Arranjo de Pagamento. Como consequência, os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras diferem daqueles apresentados em exercícios anteriores nas seguintes rubricas:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 (Reclassificado)
Receitas de Prestação de Serviços	676.484	269.588	946.072
Rendas de Tarifas Bancárias	1.319.810	(268.759)	1.051.051
Outras Receitas Operacionais	332.093	(829)	331.264

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

Notas Explicativas

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, deduzido perda de caráter permanente, quando aplicável, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza

Notas Explicativas

do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 15) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 06. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 15. Na data de 31 de dezembro de 2019, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 06 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 08.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos (Nota 08 (g)).

(g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os

Notas Explicativas

ratings previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. Historicamente a provisão mantém-se em níveis considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, está demonstrado na Nota 08(f).

(h) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e/ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

(i) Ativo Permanente

- **Investimentos** - os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas. O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros, e é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

- **Imobilizado de Uso** - imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Conforme estabelece a Resolução nº 4.535/16 do CMN, os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento do prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Imobilizado	Estimativa da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60
Instalações	25
Equipamentos em Uso	19
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Notas Explicativas

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

- **Intangível** - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. A Resolução nº 4.534/16 do CMN, estabelece o reconhecimento do ativo intangível pelo valor de custo, e a amortização dos bens com vida útil definida reconhecida ao longo da vida útil estimada pelo método linear.

Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares conforme descrito a seguir:

Intangível	Estimativa da Vida Útil em Anos
Folhas de Pagamento	5 e 10
Softwares	3 a 7

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

Setor Público - referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos (Nota 11(c)).

Setor Privado - referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banrisul, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que o valor recuperável estimado, e é revisado anualmente.

Notas Explicativas

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*). Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Conversão de Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para as dependências no exterior o Banrisul definiu a moeda funcional, conforme estabelece a Resolução nº 4.524/16 do CMN.

O Banrisul possui duas dependências no exterior - Miami e Grand Cayman, cujas demonstrações financeiras são traduzidas na moeda norte-americana. As demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão são registrados nas demonstrações financeiras convertidas da investida no exterior como componente do Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

(l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas Notas 12, 13 e 14.

(m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Provisões e Passivos Contingentes** - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

Notas Explicativas

(n) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% para Contribuição Social para as empresas financeiras e equiparadas e de 9% para as demais empresas. Para o Imposto de Renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no período, ajustado por diferenças permanentes.

O crédito tributário ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do resultado do período. Havendo alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(p) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

- **Obrigações de Aposentadoria** - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

- **Planos de Previdência** - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial, quando ocorrerem.

Notas Explicativas

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

- **Planos de Saúde** - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

- **Prêmio Aposentadoria** - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(q) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

Notas Explicativas

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	1.161.173	886.013	1.161.179	886.049
Disponibilidades em Moeda Nacional	892.713	702.219	892.719	702.255
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	268.460	183.794	268.460	183.794
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.011.687	4.513.438	1.012.969	4.522.822
Aplicações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	1.003.615	4.500.482	1.004.897	4.509.866
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽²⁾	8.072	12.956	8.072	12.956
Total	2.172.860	5.399.451	2.174.148	5.408.871

(1) Composto pelos Títulos discriminados na Nota 05.

(2) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto	1.003.615	4.500.482	1.004.897	4.509.866
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.554	136.236	1.554	136.236
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.002.061	3.364.247	1.002.061	3.364.247
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	999.999	-	999.999
Certificados de Depósito Bancário	-	-	1.282	1.224
Outros	-	-	-	8.160
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.519	8.072	92.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.519	8.072	92.519
Total	1.011.687	4.593.001	1.012.969	4.602.385

NOTA 06 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos para Negociação	5.611.652	3.678.649	5.916.730	3.739.421
Títulos Disponíveis para Venda	171	1.226	2.662	289.903
Títulos Mantidos até o Vencimento	18.871.167	16.349.920	18.880.890	16.364.035
Instrumentos Financeiros Derivativos	131.309	-	131.309	-
Total	24.614.299	20.029.795	24.931.591	20.393.359

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.584.929	3.663.269	5.592.735	3.670.633
Ações de Companhias Abertas	14.699	15.380	14.699	15.380
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	270.468	32.425
Cotas de Fundo Referenciado	-	-	15.729	16.658
Outras Cotas de Fundos	12.024	-	23.099	4.325
Total	5.611.652	3.678.649	5.916.730	3.739.421

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	14.088	26.723	311.361	323.995
De 1 a 3 anos	881.810	881.894	881.810	881.894
De 3 a 5 anos	1.826.245	1.826.479	1.834.051	1.834.285
De 5 a 15 anos	2.875.646	2.876.556	2.875.646	2.876.556
Total em 31/12/2019	5.597.789	5.611.652	5.902.868	5.916.730
Total em 31/12/2018	3.662.868	3.678.649	3.723.640	3.739.421

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ações de Companhias Abertas	-	1.072	-	1.072
Certificados de Privatização	-	-	9	9
Cotas de Fundo de Renda Fixa	171	154	171	286.553
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	2.482	2.269
Total	171	1.226	2.662	289.903

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	171	171	1.849	2.662
Total em 31/12/2019	171	171	1.849	2.662
Total em 31/12/2018	1.030	1.226	289.087	289.903

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.767.011	18.768.866	18.776.734	18.778.589
Títulos Públicos Federais - CVS	83.254	81.706	83.254	81.706
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	18.154	17.204	18.154	17.204
Letras Financeiras	2.748	3.444	2.748	3.444
Total em 31/12/2019	18.871.167	18.871.220	18.880.890	18.880.943
Total em 31/12/2018	16.349.920	16.337.222	16.364.035	16.351.337

Notas Explicativas

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Até 3 meses	2.748	3.655.770	2.748	3.655.770
De 3 a 12 meses	-	33.504	-	33.504
De 1 a 3 anos	2.247.515	1.450.909	2.252.719	1.460.760
De 3 a 5 anos	9.822.099	4.203.957	9.826.618	4.203.957
De 5 a 15 anos	6.798.805	7.005.780	6.798.805	7.010.044
Total	18.871.167	16.349.920	18.880.890	16.364.035

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 15, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

A tabela a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banrisul, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Derivativos Usados como Hedge de Valor Justo					
Instrumento de Hedge					
Contratos de Swap	2.102.648	11.074	120.235	131.309	(26.809)
Moeda Estrangeira - Dólar	2.102.648	11.074	120.235	131.309	(26.809)
Objeto de Hedge					
Dívida Subordinada (Nota 15)	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245	2.145.217
Moeda Estrangeira - Dólar	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245	2.145.217

A tabela a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	70.524	120.075	190.599
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(59.450)	160	(59.290)
Ajuste Líquido em 31/12/2019		11.074	120.235	131.309
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(82.915)	56.106	(26.809)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

	Valor de Referência	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Banrisul e Banrisul Consolidado	
					De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Swaps						
Ativo						
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	190.599	6.428	6.289	177.882	-
Passivo						
% do CDI	(2.102.648)	(59.290)	(1.919)	(1.535)	(55.836)	-
Ajuste Líquido em 31/12/2019		131.309	4.509	4.754	122.046	-
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(26.809)	(1.255)	(1.168)	(5.028)	(19.358)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$168.566.

O Banrisul utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 07 - CRÉDITOS VINCULADOS

	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Compulsórios - Bacen		12.186.091	12.162.020
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	556.265	668.663
Depósitos de Poupança	Poupança	1.912.007	1.812.998
Outros Depósitos	Sem Remuneração	46.561	46.235
Recursos a Prazo	SELIC	9.671.258	9.634.124
Créditos Vinculados ao SFH		1.074.400	1.015.245
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a. ⁽¹⁾	188.895	209.684
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros ⁽²⁾	882.829	802.974
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros ⁽³⁾	2.676	2.587
Correspondentes	Sem Remuneração	18.072	19.907
Convênios	SELIC	46	43
Total		13.278.609	13.197.215

(1) Refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto utilizada quando da aquisição de crédito junto ao FCVS do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

(2) Refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do FGTS.

(3) Refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura de FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados por TR +3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2019, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$1.071.724 (31/12/2018 - R\$1.012.658). O seu valor de face é de R\$1.122.641 (31/12/2018 - R\$1.076.642). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

Notas Explicativas

NOTA 08 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Banrisul e Banrisul Consolidado	
										31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Títulos Descontados	329.220	15.627.126	4.901.852	1.274.544	735.454	298.587	192.108	548.194	1.389.572	25.296.657	23.123.948
Financiamentos	95.619	306.782	198.689	119.161	37.277	6.790	1.340	2.490	22.759	790.907	1.001.730
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	448.275	1.330.849	497.708	185.449	48.609	36.878	22.892	15.248	75.261	2.661.169	2.458.849
Financiamentos Imobiliários	2.834.739	644.508	245.136	123.221	84.927	2.171	46.079	74.776	49.001	4.104.558	4.084.264
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	16.054	5.399	287	391	174	-	-	-	-	22.305	28.391
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	12.201	51.439	3.568	36.795	-	-	-	-	-	104.003	80.419
Subtotal de Operações de Crédito	3.736.108	17.966.103	5.847.240	1.739.561	906.441	344.426	262.419	640.708	1.536.593	32.979.599	30.777.601
Operações de Arrendamento Mercantil	1.526	4.814	5.557	15.354	1.142	864	1.221	12	992	31.482	32.032
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	7.144	94.118	198.001	148.170	49.345	81.892	12.377	38.846	13.702	643.595	720.658
Outros Créditos ⁽³⁾	65.041	1.521.606	350.651	62.480	25.330	4.833	4.195	1.437	146.358	2.181.931	1.845.272
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 09)	344.926	-	-	-	-	-	-	-	1.137	346.063	688.156
Total de Operações com Características de Crédito	4.154.745	19.586.641	6.401.449	1.965.565	982.258	432.015	280.212	681.003	1.698.782	36.182.670	34.063.719
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	126.987	64.601	11.743	3.530	22.165	4.683	2.719	5.631	792	242.851	497.237
Total Geral em 31/12/2019	4.281.732	19.651.242	6.413.192	1.969.095	1.004.423	436.698	282.931	686.634	1.699.574	36.425.521	34.560.956
Total de Operações com Características de Crédito em 31/12/2018	4.039.503	20.061.798	3.397.246	2.164.506	1.420.429	626.152	342.234	333.394	1.678.457		34.063.719

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banrisul cedeu à Cibrasec operações de crédito imobiliário.

(2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendimentos de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio/Outros Créditos.

(3) Outros Créditos - referem-se a cartões de débito e crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honorários, rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada na Nota 15.

Notas Explicativas

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco

Banrisul e Banrisul Consolidado											
Operações em Curso Normal (1)											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas Vencidas	4.154.110	19.548.635	6.311.127	1.933.630	944.057	388.519	229.761	384.392	1.117.618	35.011.849	33.173.120
01 a 30 dias	106.564	1.532.146	555.804	170.773	78.232	33.950	12.079	6.701	30.011	2.526.260	2.385.389
31 a 60 dias	70.511	1.101.291	368.138	119.213	55.885	28.631	8.747	5.246	18.248	1.775.910	1.933.971
61 a 90 dias	77.266	841.975	346.150	113.438	38.953	23.446	7.890	9.722	20.910	1.479.750	1.418.587
91 a 180 dias	312.717	2.112.421	733.256	298.952	84.636	37.855	22.549	51.426	61.553	3.715.365	3.587.306
181 a 360 dias	318.643	3.034.487	949.151	357.343	96.834	82.479	38.273	53.452	114.898	5.045.560	4.778.532
Acima de 360 dias	3.268.409	10.926.315	3.358.628	873.911	589.517	182.158	140.223	257.845	871.998	20.469.004	19.069.335
Parcelas Vencidas	635	38.006	9.114	6.903	7.034	2.674	2.620	1.408	4.343	72.737	81.986
Até 14 dias	635	38.006	9.114	6.903	7.034	2.674	2.620	1.408	4.343	72.737	81.986
Subtotal	4.154.745	19.586.641	6.320.241	1.940.533	951.091	391.193	232.381	385.800	1.121.961	35.084.586	33.255.106
Operações em Curso Anormal (1)											
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	997	15.839	11.440	207.477	213.240	448.993	281.495
01 a 30 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.087	7.995	13.520	8.612
31 a 60 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.087	7.769	13.294	8.197
61 a 90 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.086	7.548	13.072	7.440
91 a 180 dias	-	-	-	-	15	750	544	15.250	21.064	37.623	21.745
181 a 360 dias	-	-	-	-	30	1.497	1.094	30.507	35.674	68.802	38.339
Acima de 360 dias	-	-	-	-	937	12.842	9.253	146.460	133.190	302.682	197.162
Parcelas Vencidas	-	-	81.208	25.032	30.170	24.983	36.391	87.726	363.581	649.091	527.118
01 a 14 dias	-	-	-	-	1	36	59	121	2.571	2.788	3.686
15 a 30 dias	-	-	81.208	8.214	6.798	3.694	5.326	8.834	12.490	126.564	76.174
31 a 60 dias	-	-	-	16.818	7.342	4.527	6.595	9.376	15.241	59.899	63.739
61 a 90 dias	-	-	-	-	16.029	4.517	7.517	11.044	17.118	56.225	57.297
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	12.209	16.894	58.351	124.625	212.079	151.419
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	177.892	177.892	144.574
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	13.644	13.644	30.229
Subtotal	-	-	81.208	25.032	31.167	40.822	47.831	295.203	576.821	1.098.084	808.613
Total em 31/12/2019	4.154.745	19.586.641	6.401.449	1.965.565	982.258	432.015	280.212	681.003	1.698.782	36.182.670	34.063.719
Total em 31/12/2018	4.039.503	20.061.798	3.397.246	2.164.506	1.420.429	626.152	342.234	333.394	1.678.457		

(1) A carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal

Notas Explicativas

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Setor Público	107.143	85.600
Administração Pública - Direta e Indireta	107.143	85.600
Setor Privado	36.075.527	33.978.119
Pessoa Jurídica	8.720.259	9.418.592
Agropecuário	232.935	261.732
Alimentos, Bebidas e Fumo	1.141.974	1.245.505
Automotivo	340.582	362.565
Celulose, Madeira e Móveis	193.899	191.887
Comércio Atacadista Alimentos	444.732	521.942
Comércio Atacadista exceto Alimentos	448.688	457.191
Comércio Varejista - Outros	621.992	588.307
Construção e Imobiliário	816.551	1.013.139
Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	1.398.591	1.345.780
Eletroeletrônico e Informática	337.725	286.701
Financeiro e Seguro	449.821	511.188
Máquinas e Equipamentos	203.043	291.380
Metalurgia	179.541	226.658
Obras de Infraestrutura	152.292	215.195
Petróleo e Gás Natural	374.089	374.461
Químico e Petroquímico	427.422	496.616
Serviços Privados	202.531	202.198
Textil, Confecções e Couro	197.229	222.137
Transportes	306.606	330.620
Outros	250.016	273.390
Pessoa Física	27.355.268	24.559.527
Total de Operações de Crédito	36.182.670	34.063.719

(d) Concentração das Operações de Crédito

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	201.188	0,56	413.915	1,22
10 Maiores Devedores Seguintes	1.154.163	3,19	1.443.068	4,24
20 Maiores Devedores Seguintes	1.380.888	3,82	1.437.549	4,22
50 Maiores Devedores Seguintes	1.507.401	4,17	1.666.250	4,89
100 Maiores Devedores Seguintes	1.304.384	3,60	1.474.035	4,33

(e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A seguir a movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	2.612.055	2.776.618
Constituição Líquida do Período	1.193.383	1.249.713
Baixas para Prejuízo	(1.041.103)	(1.414.276)
Saldo Final	2.764.335	2.612.055
Provisão sobre Operações de Crédito	2.510.760	2.483.006
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	2.524	2.826
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 09)	251.051	126.223

A movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	47.904	67.784	59.754	78.641
Constituição/(Reversão) Líquida do Período	(183)	29.089	533	30.317
Baixas	(2)	(48.969)	(10.708)	(49.204)
Saldo Final (Nota 09)	47.719	47.904	49.579	59.754

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito por Níveis de Risco

		Banrisul e Banrisul Consolidado	
Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99	Provisão Existente
AA	4.154.745	0,00%	-
A	19.586.641	0,50%	97.933
B	6.401.449	1,00%	64.014
C	1.965.565	3,00%	58.967
D	982.258	10,00%	98.226
E	432.015	30,00%	129.605
F	280.212	50,00%	140.106
G	681.003	70,00%	476.702
H	1.698.782	100,00%	1.698.782
Total em 31/12/2019	36.182.670		2.764.335
Total em 31/12/2018	34.063.719		2.612.055

(g) Recuperação e Renegociação de Créditos

As recuperações de Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Crédito e atingiram o montante de R\$545.058 (31/12/2018 - R\$521.622) no período, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Os valores de operações de crédito renegociadas no período totalizam R\$782.413 (31/12/2018 - R\$916.644). Conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN, essas operações permanecem classificadas no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H.

Notas Explicativas

NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	8.498	2.583	8.498	2.583
Créditos por Avais e Fianças Honrados	8.498	2.583	8.498	2.583
Carteira de Câmbio	716.708	823.665	716.708	823.665
Câmbio Comprado a Liquidar	697.365	779.573	697.365	779.573
Direitos sobre Vendas de Câmbio	9.941	23.868	9.941	23.868
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(8.013)	(3.642)	(8.013)	(3.642)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	17.415	23.866	17.415	23.866
Rendas a Receber	229.283	213.295	135.794	128.032
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	123.566	107.976	22.056	14.699
Serviços Prestados a Receber	92.436	90.639	93.053	91.238
Rendas de Adquirência a Receber	-	-	5.561	7.399
Outros	13.281	14.680	15.124	14.696
Negociação e Intermediação de Valores	-	17.988	19.567	46.266
Negociação e Intermediação de Valores	-	17.988	19.567	46.266
Créditos Específicos	-	-	839	835
Créditos Específicos	-	-	839	835
Diversos	6.413.046	6.085.754	6.492.706	6.177.723
Adiantamentos a Empregados	3.062	12.204	3.460	12.481
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	12.739	6.746	12.809	6.846
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 25 (b))	2.705.430	2.310.554	2.711.133	2.315.736
Devedores por Depósito em Garantia	476.790	436.046	485.380	443.462
Impostos e Contribuições a Compensar	6.490	51.756	8.104	53.351
Pagamentos a Ressarcir	64.096	54.366	64.168	54.366
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	1.576	-	1.576
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	2.448.781	2.098.847	2.517.000	2.181.249
Superávit Planos de Benefícios (Nota 26)	212.012	185.969	212.585	186.989
Devedores Diversos - País	137.583	239.534	132.004	233.511
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 08 (a))	346.063	688.156	346.063	688.156
Provisão para Outros Créditos (Nota 08 (e))	(298.770)	(174.127)	(300.630)	(185.977)
Com Característica de Crédito ⁽²⁾	(251.051)	(126.223)	(251.051)	(126.223)
Sem Característica de Crédito	(47.719)	(47.904)	(49.579)	(59.754)
Total de Outros Créditos	7.068.765	6.969.158	7.073.482	6.993.127

(1) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2019, totalizavam R\$168.675 (31/12/2018 - R\$158.835) e são remunerados pela Taxa Referencial (TR) e juros;

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$59.344 (31/12/2018 - R\$60.875) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,50% a 12,01% a.a. e indexados à TR e ao IGP- M com vencimento até 2029;

(c) Cartões de Débito e Crédito - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul. Em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$2.042.249 (31/12/2018 - R\$1.826.538) no Banrisul e no Consolidado; e

(d) Valores a receber relativo aos convênios dos cartões de benefícios e empresariais Banricard e da rede de adquirência Vero no valor de R\$46.698 no Consolidado (31/12/2018 - R\$64.340).

(2) Provisão para Outros Créditos Com Característica de Crédito - constituída sobre as operações de Créditos por Avais e Fianças Honrados, Cartões de Débito e Crédito, Carteira de Câmbio e Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros Valores e Bens	317.483	157.070	320.413	157.159
Bens Não de Uso Próprio	314.737	154.232	314.825	154.320
Outros	2.746	2.838	5.588	2.839
Provisão para Desvalorização	(90.667)	(73.406)	(90.667)	(73.406)
Despesas Antecipadas	148.511	106.384	149.323	107.339
Despesas de Pessoal Antecipadas	17.307	17.344	17.307	17.344
Outras Despesas Administrativas Antecipadas	68.505	48.625	69.317	49.580
Custo de Originação de Crédito - Correspondentes Bancários	52.211	29.041	52.211	29.041
Outros	10.488	11.374	10.488	11.374
Total	375.327	190.048	379.069	191.092

Notas Explicativas

NOTA 11 - PERMANENTE

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Controladas e Coligadas no País	1.638.128	1.395.894	131.244	112.599
Participações em Controladas	1.511.794	1.283.295	-	-
Participações em Coligadas	118.224	100.745	123.134	100.745
Ágio na Aquisição de Investimentos ⁽¹⁾	8.110	11.854	8.110	11.854
Outros Investimentos	11.395	11.921	11.537	12.064
Provisão para Perdas	(4.776)	(4.785)	(4.844)	(4.853)
Total	1.644.747	1.403.030	137.937	119.810

(1) O ágio representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., cujo valor está sendo amortizado no prazo de 10 anos.

					Banrisul
	Patrimônio	Participação do	Valor do	Resultado	Resultado de
Em 31 de Dezembro de 2019	Líquido Ajustado	Capital Social (%)	Investimento	Líquido	Equivalência
Empresas Controladas	1.516.178		1.511.794	329.585	329.441
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	51.215	99,50	50.957	9.535	10.160
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	87.241	98,98	86.355	3.772	3.729
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	268.471	99,68	267.620	44.545	44.404
Banrisul Cartões S.A.	1.109.251	99,78	1.106.862	271.733	271.148
Empresas Coligadas	246.857		118.224	92.368	56.008
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	43.505	49,90	21.709	21.760	10.858
Banrisul Icatu Participações S.A.	191.729	49,99	95.845	92.885	46.433
VG8JV Tecnologia S.A.	11.623	5,76	670	(22.277)	(1.283)

	Banrisul Consolidado				
Em 31 de Dezembro de 2019	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Empresas Coligadas	246.857		123.134	92.368	46.597
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	43.505	49,90	21.709	21.760	10.858
Banrisul Icatu Participações S.A.	191.729	49,99	95.845	92.885	46.433
VG8JV Tecnologia S.A.	11.623	48,00	5.580	(22.277)	(10.694)

	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação do Capital Social (%)	Valor do Investimento	Resultado Líquido	Resultado de Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2018					
Empresas Controladas	1.287.127		1.283.295	308.119	307.362
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	43.453	99,50	43.234	8.365	8.323
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	84.365	98,98	83.508	3.020	2.986
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	255.537	99,68	254.727	37.857	37.737
Banrisul Cartões S.A.	903.772	99,78	901.826	258.877	258.316
Empresas Coligadas	201.591		100.745	90.572	45.179
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	34.311	49,90	17.121	9.448	4.763
Banrisul Icatu Participações S.A.	167.280	49,99	83.624	81.124	40.416

(b) Imobilizado

	Banrisul					
	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros
Em 31 de Dezembro de 2018						
Custo	113.220	1.619	208.484	122.045	300.427	23.422
Depreciação Acumulada	(95.351)	-	(125.569)	(78.194)	(257.618)	(17.040)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	17.869	1.619	82.915	43.851	42.809	6.382
Aquisições	8.021	3.515	19.758	11.542	32.909	987
Alienações - Baixas Custo	(493)	(1)	(715)	(2.230)	(7.538)	(603)
Alienações - Baixas da Depreciação	166	-	79	2.154	7.497	565
Depreciação	(227)	-	(4.807)	(4.626)	(9.826)	(1.089)
Transferências Líquido Custo	4.399	(3.487)	(3.527)	1.948	1.922	(45)
Transferências Líquido Depreciação	(56)	-	40	96	(1.319)	29
Movimentação Líquida	11.810	27	10.828	8.884	23.645	(156)
Em 31 de Dezembro de 2019						
Custo	125.147	1.646	224.000	133.305	327.720	23.761
Depreciação Acumulada	(95.468)	-	(130.257)	(80.570)	(261.266)	(17.535)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	29.679	1.646	93.743	52.735	66.454	6.226

Notas Explicativas

	Banrisul Consolidado					
	Imóveis de Uso	Equipamentos em Estoque	Instalações	Equipamentos em Uso	Softwares	Outros
Em 31 de Dezembro de 2018						
Custo	128.893	1.619	216.727	127.983	301.524	34.416
Depreciação Acumulada	(100.152)	-	(130.507)	(82.205)	(258.487)	(24.711)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	28.741	1.619	86.220	45.778	43.037	9.705
Aquisições	8.896	33.222	19.912	11.980	33.037	25.884
Alienações - Baixas Custo	(1.334)	(1)	(812)	(2.230)	(7.604)	(607)
Alienações - Baixas da Depreciação	166	-	79	2.154	7.562	566
Depreciação	(380)	-	(5.555)	(5.054)	(9.930)	(5.212)
Transferências Líquido Custo	4.400	(5.671)	(3.527)	1.948	1.922	2.137
Transferências Líquido Depreciação	(40)	-	38	75	(1.317)	35
Movimentação Líquida	11.708	27.550	10.135	8.873	23.670	22.803
Em 31 de Dezembro de 2019						
Custo	140.855	29.169	232.300	139.681	328.879	61.830
Depreciação Acumulada	(100.406)	-	(135.945)	(85.030)	(262.172)	(29.322)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	40.449	29.169	96.355	54.651	66.707	32.508

(c) Intangível

	Banrisul			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	133.078	1.459.171	1.718	1.593.967
Amortização Acumulada	(73.031)	(397.504)	(668)	(471.203)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	60.047	1.061.667	1.050	1.122.764
Aquisições	9.739	11.227	-	20.966
Alienações - Baixas Custo	-	(583)	-	(583)
Alienações - Baixas da Amortização	-	583	-	583
Amortização do Período	(13.017)	(167.584)	-	(180.601)
Transferências Líquido Custo	(1.210)	-	-	(1.210)
Transferências Líquido Amortização	1.210	-	-	1.210
Movimentação Líquida	(3.278)	(156.357)	-	(159.635)
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	141.607	1.469.815	1.718	1.613.140
Amortização Acumulada	(84.838)	(564.505)	(668)	(650.011)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	56.769	905.310	1.050	963.129

	Banrisul Consolidado			
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	135.122	1.459.171	1.784	1.596.077
Amortização Acumulada	(75.028)	(397.504)	(668)	(473.200)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2018	60.094	1.061.667	1.116	1.122.877
Aquisições	9.851	11.227	-	21.078
Alienações - Baixas Custo	-	(583)	-	(583)
Alienações - Baixas da Amortização	-	583	-	583
Amortização do Período	(13.075)	(167.584)	-	(180.659)
Transferências Líquido Custo	(1.210)	-	-	(1.210)
Transferências Líquido Amortização	1.210	-	-	1.210
Movimentação Líquida	(3.224)	(156.357)	-	(159.581)
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	143.763	1.469.815	1.784	1.615.362
Amortização Acumulada	(86.893)	(564.505)	(668)	(652.066)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	56.870	905.310	1.116	963.296

(1) O saldo líquido de R\$905.310 está composto por:

- a) R\$802.493 referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício *de impairment* relacionado a esse ativo;
- b) R\$22.400 referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banrisul toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício *de impairment* relacionado a esse ativo;
- c) R\$71.610 referem-se à contratos firmados com as prefeituras e demais órgãos, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos; e
- d) R\$8.807 referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Notas Explicativas

NOTA 12 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banrisul					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.237.941	-	-	-	3.237.941	3.632.816
Poupança ⁽¹⁾	9.622.161	-	-	-	9.622.161	9.127.809
Interfinanceiros	-	173.781	283.308	-	457.089	112.306
A Prazo ⁽²⁾	11.851	3.707.923	2.386.250	34.248.080	40.354.104	38.006.962
Outros Depósitos	1.670	-	-	-	1.670	273
Total	12.873.623	3.881.704	2.669.558	34.248.080	53.672.965	50.880.166
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	3.577.107	-	-	3.577.107	4.180.732
Total	-	3.577.107	-	-	3.577.107	4.180.732
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	360.029	1.282.469	2.205.125	3.847.623	3.135.269
Total	-	360.029	1.282.469	2.205.125	3.847.623	3.135.269

	Banrisul Consolidado					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.228.976	-	-	-	3.228.976	3.629.157
Poupança ⁽¹⁾	9.622.161	-	-	-	9.622.161	9.127.809
Interfinanceiros	-	173.781	283.308	-	457.089	112.306
A Prazo ⁽²⁾	11.851	3.707.923	2.362.334	34.248.080	40.330.188	37.994.565
Outros Depósitos	1.670	-	-	-	1.670	273
Total	12.864.658	3.881.704	2.645.642	34.248.080	53.640.084	50.864.110
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	3.391.443	-	-	3.391.443	3.928.602
Total	-	3.391.443	-	-	3.391.443	3.928.602
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	360.029	995.012	2.205.125	3.560.166	2.840.001
Total	-	360.029	995.012	2.205.125	3.560.166	2.840.001

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações. As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 98,47% e 1,53% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 83,83% (31/12/2018 - 83,97%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 4,55% (31/12/2018 - 5,60%) ao ano. Do total de captações em depósito a prazo, 64,04% (31/12/2018 - 63,65%) possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 0,86% e 5,44% (31/12/2018 - 1,68% e 6,24%) ao ano, com vencimento máximo em até 347 dias (31/12/2018 - 505 dias), e apresenta saldo de R\$708.838 (31/12/2018 - R\$862.180).

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasse do País - Instituições Oficiais		Repasse do Exterior		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Até 3 meses	95.112	110.079	701	666	95.813	110.745
De 3 a 12 meses	362.770	322.516	692	1.997	363.462	324.513
De 1 a 3 anos	556.901	638.032	-	1.356	556.901	639.388
De 3 a 5 anos	324.053	395.013	-	-	324.053	395.013
Acima de 5 anos	210.994	282.300	-	-	210.994	282.300
Total	1.549.830	1.747.940	1.393	4.019	1.551.223	1.751.959

Notas Explicativas

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2030, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,00% (31/12/2018 - 0,50% a 8,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD, TLP e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 20,09% (31/12/2018 - 20,09%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.459	40.242	28.459	40.242
Recebimento de Tributos Federais	28.194	39.977	28.194	39.977
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	59.358	46.752	59.358	46.752
Câmbio Vendido a Liquidar	9.910	23.826	9.910	23.826
Importação Financiada Câmbio Contratado	(3.010)	(5.914)	(3.010)	(5.914)
Obrigações por Compras de Câmbio	678.638	725.632	678.638	725.632
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	(626.180)	(696.792)	(626.180)	(696.792)
Sociais e Estatutárias	105.265	119.704	105.490	120.014
Dividendos e Bonificações a Pagar	74.693	89.187	74.918	89.497
Gratificações e Participações a Pagar	30.572	30.517	30.572	30.517
Fiscais e Previdenciárias	961.660	1.051.528	1.027.418	1.107.628
Impostos e Contribuições a Recolher	110.359	90.809	126.790	107.497
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	-	-	47.399	38.854
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 25 (b))	302.648	422.807	304.482	423.365
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	548.653	537.912	548.747	537.912
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	20.336	28.534
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	20.336	28.534
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	901.124	903.347	901.124	903.347
Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	569.316	580.192	569.316	580.192
Outros	331.808	323.155	331.808	323.155
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	26.809	-	26.809
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	26.809	-	26.809
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	2.301.048	2.152.031	2.301.048	2.152.031
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 06 (d))	2.293.245	2.145.217	2.293.245	2.145.217
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	7.803	6.814	7.803	6.814
Diversas	4.999.230	4.309.564	5.974.548	5.187.035
Credores por Recursos a Liberar	69.469	81.575	69.935	81.957
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	19.783	24.950	19.783	24.950
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	23.473	44.402	23.814	44.687
Obrigações por Convênios Oficiais	56.916	49.548	56.916	49.548
Obrigações a Pagar Adquirência	723.057	754.143	1.718.565	1.663.135
Provisões para Férias e Outros Encargos	197.128	422.740	180.797	406.499
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 26)	66.230	68.040	66.230	68.040
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 16 (b))	1.038.834	550.035	1.043.608	554.854
Multas Câmbio Bacen (Nota 16 (b))	155.196	152.440	155.196	152.440
Provisão para Outros Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	16.753	7.677	16.753	7.677
Provisão para Perdas de Securitização ⁽²⁾	988	1.477	988	1.477
Provisão Benefício Pós-Emprego ⁽³⁾	947.722	601.953	952.328	604.380
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 16 (b))	169.843	276.998	171.736	278.711
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	17.449	16.774	17.449	16.774
Recursos de FGTS para Amortizações	9.420	8.695	9.420	8.695
Credores Diversos - País	69.717	82.293	132.368	153.254
Transações com Cartões a Pagar	1.186.004	964.600	1.062.348	850.040
Provisão para Garantias Prestadas Avais e Fianças (Nota 24 (b))	10.653	22.383	10.653	22.383
Outros	220.595	178.841	265.661	197.534
Total	9.356.144	8.649.977	10.417.781	9.612.392

(1) Dívidas Subordinadas - o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Notas Explicativas

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 03 (e), o saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$6.938 (31/12/2018 - R\$7.860), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

(3) Refere-se às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos à empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo.

NOTA 16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Banrisul			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2018	545.589	550.035	276.998	152.440
Constituição e Atualização Monetária	19.846	651.425	67.163	2.756
Reversão da Provisão	(3)	-	(125.274)	-
Baixas por Pagamento	(26)	(162.626)	(49.044)	-
Saldo Final em 31/12/2019	565.406	1.038.834	169.843	155.196
Depósitos em Garantia	65.281	322.643	83.866	-

	Banrisul			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2017	533.862	376.956	224.585	149.508
Constituição e Atualização Monetária	12.112	226.781	77.002	2.932
Reversão da Provisão	(81)	-	-	-
Baixas por Pagamento	(304)	(53.702)	(24.589)	-
Saldo Final em 31/12/2018	545.589	550.035	276.998	152.440
Depósitos em Garantia	50.947	298.474	86.625	-

	Banrisul Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2018	545.589	554.854	278.711	152.440
Constituição e Atualização Monetária	19.941	651.762	68.108	2.756
Reversão da Provisão	(3)	(227)	(125.367)	-
Baixas por Pagamento	(27)	(162.781)	(49.716)	-
Saldo Final em 31/12/2019	565.500	1.043.608	171.736	155.196
Depósitos em Garantia	67.606	327.689	85.085	-

	Banrisul Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2017	535.411	382.705	226.110	149.508
Constituição e Atualização Monetária	12.500	227.009	77.395	2.932
Reversão da Provisão	(81)	(105)	(152)	-
Baixas por Pagamento	(2.241)	(54.755)	(24.642)	-
Saldo Final em 31/12/2018	545.589	554.854	278.711	152.440
Depósitos em Garantia	53.407	303.111	86.944	-

Notas Explicativas

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: **(i)** imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$548.653 (31/12/2018 - R\$537.912), no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e **(ii)** notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (31/12/2018 - R\$6.878). No Consolidado não há registro de outras ações fiscais dessa natureza.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$76.711 (31/12/2018 - R\$85.397) e no Consolidado R\$86.144 (31/12/2018 - R\$117.193). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$200.488, classificada pelos nossos assessores, como de perda possível no montante de R\$191.478 e como perda provável o montante de R\$9.010, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Em 2019, considerando a evolução de ações judiciais coletivas trabalhistas, houve uma mudança em relação à percepção de risco de tais ações, sobre as quais houve início de processo de estimativa de valores. Em vista disso, a administração efetuou uma avaliação de estimativa de perda em ações coletivas envolvendo pedidos de pagamento de 7ª e 8ª horas como extraordinárias, com base em estudo feito a partir do histórico de desembolsos em processos individuais com pedidos semelhantes. A partir desses fatos, foi efetuada a provisão de R\$429.036 para ações coletivas, abrangendo ações em processo de cálculo de liquidação e ações em curso perante o TST, com decisões desfavoráveis. A administração considera suficiente a provisão constituída e continuará monitorando a evolução das decisões judiciais, avaliando a classificação e a quantificação sempre que necessário.

Além das ações acima consideradas, registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$243.955 (31/12/2018 - R\$228.753) e no Consolidado R\$247.943 (31/12/2018 - R\$232.007). Adicionalmente, o valor de R\$78.688 (31/12/2018 - R\$69.721) e no Consolidado R\$78.803 (31/12/2018 - R\$71.104) foi exigido para os recursos processuais.

Notas Explicativas

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.645.963 (31/12/2018 - R\$1.641.467) e no Consolidado R\$1.661.188 (31/12/2018 - R\$1.655.391), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Até setembro de 2019, provisão constituída era registrada no momento do recebimento da citação inicial, e mensalmente ajustadas, pelo valor indenizatório pretendido nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

A partir de setembro de 2019, houve revisão dos processos, adotando-se nova modelagem para provisão das ações cíveis, passando as provisões totais das ações classificadas como perda provável, a ser definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência. Essa revisão resultou em uma reversão de provisão no valor de R\$126.840, saneamento do estoque de processos e remensuração do montante envolvido em causas classificadas como perda possível. A administração continuará monitorando a evolução das decisões judiciais ao longo do tempo.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$83.866 (31/12/2018 - R\$86.625) e no Consolidado R\$85.544 (31/12/2018 - R\$86.944).

Existem ainda R\$697.235 (31/12/2018 - R\$1.644.463) e no Consolidado R\$699.765 (31/12/2018 - R\$1.648.907) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados. A variação de tais valores, na comparação com 2018, deve-se à revisão dos processos implementada no segundo semestre.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para perdas no montante de R\$155.196 (31/12/2018 - R\$152.440).

Notas Explicativas

NOTA 17 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Administração de Fundos	72.147	71.590	80.261	79.573
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	69.411	66.839	69.394	66.813
Rendas de Garantias Prestadas	2.986	3.683	2.986	3.683
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	85.119	75.044
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	9.819	9.310
Receitas de Serviços Banrisul Cartões	-	-	670.864	685.015
Outras Receitas de Serviços	-	-	29.045	26.634
Total das Receitas de Prestação de Serviços	142.112	144.023	676.484	651.416
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	1.095.007	1.050.759	1.095.028	1.051.051
Total	1.237.119	1.194.782	1.771.512	1.702.467

NOTA 18 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Devolução de Cheques	19.891	21.587	19.891	21.587
Débitos em Conta	71.239	68.331	71.239	68.331
Serviços de Arrecadação	57.275	56.540	57.275	56.540
Comissões de Seguridade	256.906	235.470	256.906	235.470
Transações com Cheques	15.609	19.086	15.609	19.086
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	558.780	526.204	558.780	526.204
Cartão de Crédito	66.812	68.421	66.812	68.421
Tarifas de Saques	8.585	8.250	8.585	8.250
Tarifas de Fiança Bancária	8.852	11.433	8.852	11.433
Outras Receitas de Tarifas	31.058	35.437	31.079	35.729
Total	1.095.007	1.050.759	1.095.028	1.051.051
Pessoas Físicas	535.157	516.006	535.177	516.298
Pessoas Jurídicas	559.850	534.753	559.851	534.753

NOTA 19 - DESPESAS DE PESSOAL

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração Direta ⁽¹⁾	1.113.760	1.182.007	1.125.693	1.192.361
Benefícios ⁽¹⁾	336.394	333.222	338.387	335.185
Encargos Sociais	488.524	512.516	491.988	515.127
Treinamentos	18.433	12.717	18.451	12.728
Total	1.957.111	2.040.462	1.974.519	2.055.401

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Benefícios está incluído, em 2018, o montante de R\$86.487, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PDAV - Plano de Desligamento por Aposentadoria Voluntária.

Notas Explicativas

NOTA 20 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Comunicações	64.113	65.316	64.895	66.010
Processamento de Dados	118.232	107.381	137.108	133.373
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	142.169	138.619	142.169	138.619
Amortização e Depreciação	204.919	196.419	210.533	199.591
Aluguéis e Condomínios	125.904	117.019	125.261	115.084
Materiais	12.917	17.382	20.519	27.188
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	568.583	548.875	620.111	663.747
Serviços Técnicos Especializados	137.954	170.446	148.083	182.322
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	97.740	88.966	124.947	98.227
Manutenção e Conservação	63.682	59.651	64.172	59.928
Água, Energia e Gás	34.579	32.281	35.267	32.861
Serviços do Sistema Financeiro	44.377	51.593	46.266	53.988
Outras	77.606	64.537	80.078	68.718
Total	1.692.775	1.658.485	1.819.409	1.839.656

(1) Do montante de R\$568.583 (31/12/2018 - R\$548.875), R\$272.082 (31/12/2018 - R\$252.144) são provenientes de despesas dos serviços com origemação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

(2) É composto principalmente por R\$42.482 (31/12/2018 - R\$45.004) e no Consolidado R\$56.872 (31/12/2018 - R\$51.639) de despesa com propaganda institucional e R\$45.743 (31/12/2018 - R\$36.986) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	158.977	159.576	40.602	45.182
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	227	105
Cíveis	125.274	-	125.367	152
Fiscais	3	81	3	81
Outros	943	630	943	630
Tarifas Interbancárias	37.197	34.740	37.197	34.740
Títulos de Créditos a Receber	9.840	9.142	9.840	9.142
Comissão e Taxa sobre Seguro e Capitalização	15.443	6.052	15.443	6.052
Receitas Diversas com Cartões	126.581	99.826	126.581	99.826
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	60.535	12.439	62.487	13.470
Fundação Banrisul - Resultado Atuarial Migração	175.619	-	175.619	-
Receitas de Adquirência por Antecipação	-	-	24.159	24.797
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	63.998	58.874	63.998	58.874
Outras Receitas Operacionais	59.136	27.946	79.996	38.213
Total	833.546	409.306	762.462	331.264

NOTA 22 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Descontos Concedidos em Renegociações	159.086	56.671	159.086	56.671
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 16)	651.425	226.781	651.762	227.009
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	17.791	5.833	17.791	5.833
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 16)	67.163	77.002	68.108	77.395
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.645	4.240	3.645	4.240
Despesas com Provisões para Riscos Fiscais (CS/IR) (Nota 16)	19.846	12.112	19.941	12.500
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 16)	2.756	2.932	2.756	2.932
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	7.577	9.596	7.577	9.596
Despesas com Cartões	22.178	18.304	22.178	18.304
Despesas com Provisões de Garantias Prestadas pelo Banrisul	2.407	2.109	2.407	2.109
Aporte à Migração - Planos de Previdência Complementar FBSS	125.476	-	126.091	-
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	74.342	100.675	74.342	100.675
Tarifas Convênio INSS	51.486	44.309	51.486	44.309
Outras Despesas Operacionais	77.642	49.691	99.742	56.931
Total	1.282.820	610.255	1.306.912	618.504

Notas Explicativas**NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL****(a) Capital Social**

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.200.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	98,13	751.479	54,59	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê	56	-	26	-	5.005	-	5.087	-
Outros	3.839.426	1,87	625.196	45,41	202.527.930	100,00	206.992.552	50,61
Total	205.064.841	100,00	1.376.701	100,00	202.532.935	100,00	408.974.477	100,00

No exercício de 2019, foram convertidas 162.308 ações, principalmente de PNA para PNB, por solicitação de acionistas, conforme previsto no estatuto social.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 10 de abril de 2018, aprovou redução de capital, no montante de R\$353.281, homologado pelo Bacen em 22 de junho de 2018. A restituição aos acionistas do valor das suas ações objeto desta redução de capital ocorreu mediante pagamento em dinheiro no dia 30 de novembro de 2018, e o valor unitário por tipo e classe de ação foi de R\$0,86382146 por ação ON, R\$0,86382146 por ação PNA e R\$0,86382146 por ação PNB.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 25 de abril de 2019, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$803.281, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 30 de julho de 2019.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de

Notas Explicativas

25% do Lucro Líquido Ajustado; e (iii) até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A formação da Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Em 25 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2019 no percentual equivalente a 15% sobre o lucro líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em Lucros Acumulados ou Reservas de Lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$462.925, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (31/12/2018 - R\$406.100), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte. O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$185.170 (31/12/2018 - R\$182.745).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	1.344.418	1.048.629
Ajuste		
Reserva Legal	(67.221)	(52.432)
Base de Cálculo dos Dividendos	1.277.197	996.197
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	319.299	249.049
Dividendo Adicional 15%	191.580	149.430
Total dos Dividendos	510.879	398.479
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	437.173	342.182
Ações Ordinárias (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	232.038	180.990
Ações Preferenciais A (R\$1.244,68978 por lote de mil ações)	1.714	1.494
Ações Preferenciais B (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	229.173	178.616
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(25.752)	(18.918)
B) Juros sobre Capital Próprio Creditados	-	42.477
Ações Ordinárias (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	-	22.555
Ações Preferenciais A (R\$1.244,68978 por lote de mil ações)	-	186
Ações Preferenciais B (R\$1.131,53617 por lote de mil ações)	-	22.259
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	-	(2.523)
C) Dividendos Provisionados	73.706	13.820
Ações Ordinárias (R\$180,16078 por lote de mil ações)	36.945	6.927
Ações Preferenciais A (R\$198,17686 por lote de mil ações)	273	57
Ações Preferenciais B (R\$180,16078 por lote de mil ações)	36.488	6.836
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	510.879	398.479

Em cumprimento ao Ofício de Alerta nº 11/2018 da CVM, no qual determinou a retificação do montante acumulado da Reserva de Investimento e a Distribuição aos acionistas o valor retido indevidamente dos três últimos exercícios (2015, 2016 e 2017), o Banrisul retificou a Reserva Estatutária e provisionou dividendos no montante de R\$32.019. Este montante foi pago em 19 de junho de 2019.

(c) Reclassificação para Resultados de Exercícios Futuros

O Banrisul retificou, a partir de março de 2019, a contabilização referente aos contratos de investimento envolvendo o Banrisul, o Grupo Icatu e a Rio Grande Seguros para exploração da comercialização, em caráter de

Notas Explicativas

exclusividade, de produtos de Seguros de Pessoas, Previdência e Capitalização (em 2014 no montante de R\$151.000 e em 2017 no montante de R\$60.000), pelo prazo de 20 anos, valores estes que foram reconhecidos como receita efetiva nas Demonstrações Financeiras do Banco. O Banrisul efetuará o diferimento de forma prospectiva pelo prazo remanescente de 188 e 224 meses. A contabilização está registrada em Resultados de Exercícios Futuros e no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2019, o efeito no Patrimônio Líquido do Banco, líquido dos créditos tributários, é de R\$91.589.

NOTA 24 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$10.689.973 (31/12/2018 - R\$10.795.824), dos quais R\$10.112.837 (31/12/2018 - R\$10.208.286) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo anteriormente mencionado está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento.

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$193.353 (31/12/2018 - R\$415.045), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários. Para estes riscos existe provisão para possíveis perdas no montante de R\$10.653 (31/12/2018 - R\$22.383).

(c) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R\$42.560 (31/12/2018 - R\$74.332) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$6.938 (31/12/2018 - R\$7.860).

(d) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	11.601.532	11.093.399
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	68.692	89.616
Fundos de Ações	294.745	86.215
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	12.637	15.564
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	39.547	265.439
Carteiras Administradas	558.622	639.504
Total	12.575.775	12.189.737

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(e) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 178 grupos (160 em 31/12/2018) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos e veículos que reúnem 70.804 consorciados ativos (59.096 em 31/12/2018).

(f) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2019 é de R\$321.279, sendo R\$86.695 com vencimento até um ano, R\$211.107 de um a cinco anos e R\$23.477 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$116.146 (31/12/2018 - R\$107.674).

Notas Explicativas

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	1.428.622	1.625.810	1.599.168	1.783.158
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(357.156)	(406.453)	(399.792)	(445.790)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(44.370)	(41.332)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15% (2018 - 20%)	(214.293)	(325.162)	(165.926)	(264.783)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(571.449)	(731.615)	(610.088)	(751.905)
Efeito da Lei nº 13.169/15 e Emenda Constitucional nº 103/19 nos Tributos Diferidos ⁽¹⁾	223.863	(127.689)	223.863	(127.689)
Participação dos Empregados nos Resultados	56.557	56.046	56.557	56.046
Juros sobre o Capital Próprio	185.170	182.745	185.170	182.745
Resultado de Equivalência	154.179	165.835	22.403	20.424
Outras Exclusões, Líquidas das Adições	9.049	2.236	9.629	11.502
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	57.369	(452.442)	(112.466)	(608.877)
Corrente	(186.610)	(246.882)	(354.863)	(403.209)
Diferido	243.979	(205.560)	242.397	(205.668)

(1) Tributos Diferidos: (i) A Lei nº 13.169/15, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos; e (ii) A Emenda Constitucional nº 103/19, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro, elevando-a de 15% para 20% a partir de março de 2020. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos a partir de novembro de 2019.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

- Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul		
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.189.855	591.246	(441.662)
Provisão para Riscos Trabalhistas	220.013	310.781	(65.050)
Provisão para Riscos Fiscais	131.639	40.710	(19.628)
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	293.588	78	(243.428)
Outras Provisões Temporárias	475.482	276.404	(54.575)
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.310.577	1.219.219	(824.343)
Créditos não Registrados	(23)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	2.310.554	1.219.219	(824.343)
Obrigações Fiscais Diferidas	(422.807)	(153.725)	273.884
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.887.747	1.339.378	(824.343)

	Banrisul Consolidado		
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.191.178	591.246	(441.779)
Provisão para Riscos Trabalhistas	222.216	310.781	(64.987)
Provisão para Riscos Fiscais	132.227	40.786	(19.628)
Ajuste Marcação a Mercado - MTM	293.588	78	(243.428)
Outras Provisões Temporárias	476.550	276.903	(54.575)
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.315.759	1.219.794	(824.397)
Créditos não Registrados	(23)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	2.315.736	1.219.794	(824.397)
Obrigações Fiscais Diferidas	(423.365)	(153.573)	272.456
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.892.371	1.338.677	(824.397)

Notas Explicativas

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias			Banrisul	Banrisul Consolidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2020	704.910	524.751	1.229.661	1.229.661	1.230.149
2021	195.748	150.439	346.187	346.187	346.674
2022	183.804	142.216	326.020	326.020	326.508
2023	160.958	124.216	285.174	285.174	285.662
2024	90.963	84.057	175.020	175.020	175.507
2025 a 2027	91.840	104.959	196.799	196.799	199.090
2028 a 2029	70.832	75.737	146.569	146.569	147.543
2030	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2019	1.499.069	1.206.384	2.705.453	2.705.430	2.711.133
Total em 31/12/2018	1.431.995	878.582	2.310.577	2.310.554	2.315.736

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.333.559, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

- Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Superveniência de Depreciação	(10.434)	(12.132)	(10.434)	(12.133)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	-	(433)	-	(433)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(23.901)	(295.654)	(25.540)	(295.865)
Operações Renegociadas Lei nº 12.715/12	(172.624)	(40.200)	(172.624)	(40.200)
Superávit Atuarial	(95.689)	(74.388)	(95.884)	(74.734)
Total	(302.648)	(422.807)	(304.482)	(423.365)

NOTA 26 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com as Resoluções nºs 3.846/10, 4.275/13, 4.611/17, 4.626/18 e 4.661/18 do CMN, o art. 2º da Resolução nº 4.449/15. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Notas Explicativas

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 10/2018 e Portaria Previc nº 300/2019.

Em razão da instabilidade do Plano de Benefícios I e, na busca de alternativas que resolvessem o problema, a Diretoria Executiva da Fundação Banrisul propôs um Novo Processo de Migração, semelhante ao ocorrido em 2014, para um novo plano de benefícios (FBPREV III) com custos mais estáveis e outras alternativas de recebimento dos benefícios, além da renda vitalícia.

Com a aprovação de um novo processo de migração, por meio da Portaria nº 1.123/2018, da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência - PREVIC, a Fundação Banrisul iniciou, em 28 de janeiro de 2019, o processo de migração voluntária dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I (PBI) para Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III), que é constituído na modalidade de contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos referente ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul, o valor aportado, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a., é de R\$126.091, que foi transferido para o novo plano.

Após o processo de migração encerrado em 27 de abril de 2019, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano FBPREV III ⁽¹⁾
Ativos	274	35	239
Assistidos	4.519	3.093	1.426
Total	4.793	3.128	1.665

(1) Do total de participantes do Plano FBPREV III, 1.094 participantes optaram pelo recebimento dos benefícios pela renda vitalícia no momento da migração.

Após a reestruturação do plano, a parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$66.230 em 31 de dezembro de 2019 (31/12/2018 - R\$68.040), foi distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$23.896, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$16.895, Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$11.796 e Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III) o valor de R\$13.643, registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 15). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

Notas Explicativas

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2019	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60
Taxa de Crescimento Salarial	6,25	n/a	8,82	7,93	7,07	n/a	8,82
Crescimento dos Benefícios Concedidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Crescimento dos Benefícios Diferidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	4,64	n/a

Hipóteses Econômicas - 31/12/2018	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Taxa de Crescimento Salarial	7,16	n/a	10,72	8,45	n/a	10,72
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,00	4,00	4,00	4,00	n/a	4,00
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,00	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2019	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,30)
Plano Saldado	AT-2000 <i>Basic</i> suavizada em 10% (SOA), específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)
Plano FBPREV	AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)
Plano FBPREV II	AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,04)
Plano FBPREV III	AT-2000 <i>Basic</i> , específica por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Forte, desagravada em 60%	A probabilidade de rotatividade utilizada para o Plano PBPREV III é de 0,64% linear
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III. Plano Odontológico e Auxílio Medicamento: experiência da consultoria atuarial modificada (+0,30)
Prêmio Aposentadoria	AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 20%, específica por sexo	Não aplicável	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)

Hipóteses Demográficas em 31/12/2018	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Forte, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 10%	Não aplicável	<i>Light</i> Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

Notas Explicativas

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 e com Portaria Previc nº 300/2019, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação. O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

Notas Explicativas

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (Médico, Odontológico e Auxílio Medicamento) - o Banrisul oferece plano de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Notas Explicativas

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são as seguintes:

Planos:	PB I % Alocação		PBS % Alocação		FBPREV % Alocação		FBPREV II % Alocação		FBPREV III % Alocação		Saúde % Alocação	
Categorias	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Renda Fixa	77,00	82,30	77,81	83,96	86,00	91,24	83,35	88,98	78,23	-	97,97	97,83
Renda Variável	9,98	8,75	9,62	7,77	3,27	1,28	6,40	4,34	9,58	-	2,03	2,17
Imóveis	3,45	3,76	2,90	3,06	0,39	0,55	1,41	1,64	3,17	-	-	-
Outros	9,57	5,19	9,67	5,21	10,34	6,93	8,84	5,04	9,02	-	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$15.935 (31/12/2018 – R\$15.624) e imóveis alugados com um valor justo de R\$125.701 (31/12/2018 – R\$98.851).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	470.944	449.383
Plano Saldado (PBS)	252.809	76.211
Plano FBPREV (FBPREV)	(9)	(1)
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(63)	(8)
Plano FBPREV III (FBPREV III)	69.027	-
Planos Saúde, Odontológico e Medicamento	(212.585)	(188.056)
Prêmio Aposentadoria	214.055	204.238
Total	794.178	541.767

A partir de 2019 está sendo considerado somente os benefícios pós-emprego oferecidos aos funcionários do Banrisul e suas controladas. Para fins de comparabilidade foram reapresentados os valores referentes a 2018. Tal procedimento gerou o efeito de R\$2.585 no Patrimônio Líquido, R\$1.067 no Ativo e R\$1.518 no Passivo.

Notas Explicativas

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2019		Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(1.805.025)	(1.529.458)	(17.269)	(156.833)	(411.108)	(212.585)	(214.055)	
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.334.081	1.276.649	19.566	168.710	342.081	461.283	-	
Superávit/(Déficit)	(470.944)	(252.809)	2.297	11.877	(69.027)	248.698	(214.055)	
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(2.288)	(11.814)	-	(36.113)	-	
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(470.944)	(252.809)	9	63	(69.027)	212.585	(214.055)	

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2018		Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(2.402.077)	(1.239.923)	(14.327)	(112.186)	-	(197.461)	(204.238)	
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.952.694	1.163.712	14.975	138.863	-	385.517	-	
Superávit/(Déficit)	(449.383)	(76.211)	648	26.677	-	188.056	(204.238)	
Superávit Irrecuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	-	(647)	(26.669)	-	-	-	
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido (Reapresentado)	(449.383)	(76.211)	1	8	-	188.056	(204.238)	

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2019		Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	2.402.077	1.239.923	14.327	112.186	-	197.461	204.238	
Custo do Serviço Corrente	(1.539)	-	1.107	649	1	1.893	8.744	
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	159.411	109.075	1.299	9.948	18.259	17.705	16.516	
Contribuições dos Participantes do Plano	42.855	2.993	508	-	-	-	-	
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(17.802)	(12.445)	444	23.432	(24.922)	(33.793)	(7.809)	
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Demográficas	146.204	39.419	(1.125)	(3.812)	3	(8.668)	9.651	
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	234.219	238.212	1.104	26.147	25.075	46.694	5.366	
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(203.186)	(87.719)	(395)	(11.717)	(23.200)	(8.707)	-	
Eliminação Antecipada de Obrigações	(957.214)	-	-	-	-	-	-	
Transferências	-	-	-	-	415.892	-	-	
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	-	(22.651)	
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.805.025	1.529.458	17.269	156.833	411.108	212.585	214.055	

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2018		Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	2.308.815	1.158.097	10.837	101.506	-	195.746	179.913	
Custo do Serviço Corrente	(1.689)	-	960	734	-	1.972	7.748	
Custo de Juros sobre Valor Presente das Obrigações	215.337	109.449	1.056	9.667	-	18.928	15.791	
Contribuições dos Participantes do Plano	57.876	3.466	654	678	-	-	-	
(Ganho)/Perda Atuarial - Experiência	(27.173)	2.041	522	3.470	-	(20.654)	(4.204)	
(Ganho)/Perda Atuarial - Premissas Financeiras	86.626	50.059	606	4.361	-	9.561	6.573	
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(237.715)	(83.189)	(308)	(8.230)	-	(4.758)	-	
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	-	(3.334)	(1.583)	
Valor Presente das Obrigações no Final do Período (Reapresentado)	2.402.077	1.239.923	14.327	112.186	-	197.461	204.238	

Notas Explicativas

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2019									
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria		
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	1.952.694	1.163.712	14.975	138.863	-	385.517	-		
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	132.247	102.553	1.392	12.464	16.064	34.712	-		
Contribuições Pagas pela Empresa	123.333	88.705	2.706	27.437	(20.136)	41.054	-		
Contribuições de Participantes	33.839	6.405	380	1.663	1.136	-	-		
Benefícios Pagos	42.855	2.993	508	-	55.865	-	-		
Transferências	(203.186)	(87.719)	(395)	(11.717)	(23.200)	-	-		
Eliminação Antecipada de Obrigações	(747.701)	-	-	-	312.352	-	-		
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.334.081	1.276.649	19.566	168.710	342.081	461.283	-		

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2018									
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria		
Receitas de Juros sobre Ativos do Plano	1.968.353	1.109.151	12.400	124.493	-	338.195	-		
Rendimento de Ativos Maior/(Menor) que Taxa de Desconto	188.941	105.136	1.239	12.003	-	32.301	-		
Contribuições Pagas pela Empresa	(91.018)	22.012	456	7.684	-	15.021	-		
Contribuições de Participantes	66.257	7.136	534	2.235	-	-	-		
Benefícios Pagos	57.876	3.466	654	678	-	-	-		
Transferências	(237.715)	(83.189)	(308)	(8.230)	-	-	-		
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período (Reapresentado)	1.952.694	1.163.712	14.975	138.863	-	385.517	-		

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2019									
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria		
Custo do Serviço	(449.383)	(76.211)	1	8	-	188.056	(204.238)		
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	211.052	-	(1.107)	(649)	(415.893)	(1.893)	(8.744)		
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(27.164)	(6.522)	33	76	(2.195)	17.007	(16.516)		
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	(239.288)	(176.481)	702	(1.035)	(20.292)	708	(7.208)		
Transferências	-	-	-	-	-	-	22.651		
Contribuições Pagas pela Empresa	33.839	6.405	380	1.663	312.352	8.707	-		
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(470.944)	(252.809)	9	63	(69.027)	212.585	(214.055)		

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2018									
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	Plano de Benefícios I	Plano Saldo	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria		
Custo do Serviço	(340.462)	(48.946)	-	-	-	143.076	(179.913)		
Juros sobre Ativo/ (Passivo) Líquido	1.689	-	(960)	(734)	-	(2.049)	(7.748)		
Efeitos de Reavaliação Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(26.396)	(4.313)	29	74	-	13.427	(15.791)		
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	(150.471)	(30.088)	398	(1.567)	-	24.396	(2.369)		
Contribuições Pagas pela Empresa	-	-	-	-	-	3.353	-		
Transferências	66.257	7.136	534	2.235	-	4.786	1.583		
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual (Reapresentado)	(449.383)	(76.211)	1	8	-	186.989	(204.238)		

Notas Explicativas

Custo Estimado do Benefício Definido para o Período Seguinte:							
Custo do Serviços Corrente	(25)	-	1.206	346	3	362	10.353
Juros Líquidos sobre Passivo/(Ativo) Líquido do Benefício Definido	30.193	17.398	(18)	(64)	4.761	4.871	13.562
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	30.168	17.398	1.188	282	4.764	5.233	23.915

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:							
Contribuições Pagas pela Empresa	26.210	6.166	249	1.726	2.022	10.552	-
Contribuições dos Empregados	54.356	3.077	249	-	-	54.892	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	40.637
Benefícios Pagos dos Ativos do Plano	173.444	98.591	327	8.645	32.105	80.773	-

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)							
2020	173.444	98.591	326	8.645	32.105	10.553	40.637
2021	176.306	101.606	337	8.886	32.514	9.720	5.989
2022	178.958	104.633	348	9.127	32.870	10.533	8.513
2023	181.330	107.624	360	9.372	33.168	11.469	11.684
2024	183.521	110.536	371	9.617	33.404	12.352	17.749
2025 a 2029	938.680	589.996	2.039	51.666	168.051	71.299	121.613

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)							
31/12/2019	10,17	11,53	11,32	10,30	9,80	15,30	10,20
31/12/2018	9,38	10,51	11,32	10,30	-	-	8,41

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2019							
Ativos	152	756	5.385	3.877	193	9.384	10.382
Assistidos	3.005	2.217	43	1.113	1.377	5.845	-
Total	3.157	2.973	5.428	4.990	1.570	15.229	10.382

Quantidade de Participantes em 31/12/2018							
Ativos	334	938	5.211	4.307	-	9.824	10.799
Assistidos	4.395	2.055	33	790	-	5.481	-
Total (Reapresentado)	4.729	2.993	5.244	5.097	-	15.305	10.799

Notas Explicativas

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(107.687)
Taxa de Desconto	6,51%	117.232
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(79.187)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	90.088

Plano Saldado (PBS) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(81.840)
Taxa de Desconto	6,51%	89.857
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(36.521)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	40.256

Plano FBPREV (FBPREV) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(978)
Taxa de Desconto	6,51%	1.090
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	760
Tábua de Mortalidade	10% Redução	(754)

Plano FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(8.461)
Taxa de Desconto	6,51%	9.342
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(1.918)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	2.186

Plano FBPREV III (FBPREV III) - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(18.393)
Taxa de Desconto	6,51%	19.985
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(11.453)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	12.738

Plano Saúde - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(14.533)
Taxa de Desconto	6,51%	16.502
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(8.691)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	10.232

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2019		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	7,51%	(9.492)
Taxa de Desconto	6,51%	10.423
Tábua de Mortalidade	10% Aumento	(608)
Tábua de Mortalidade	10% Redução	610

Notas Explicativas

NOTA 27 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS

A gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, mercado, *Interest Risk Rate in The Banking Book* - IRRBB (variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária), liquidez, operacional e socioambiental é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de i) monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e ii) identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental, com o suporte da Diretoria de Controle e Risco. As informações produzidas pela Unidade subsidiam o Comitê de Riscos, (e demais Comitês de Gestão), a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável pela UGRC e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

O Banrisul procura alinhar suas atividades de gestão aos padrões recomendados pelo Comitê de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização de controles fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de *Application* e *Behaviour Score* oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão

Notas Explicativas

da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - o Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

(i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;

(ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e

(iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 15. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (e).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A gestão do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação, ou seja, operações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou

Notas Explicativas

destinados a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade, e operações classificadas na carteira de não negociação ou carteira bancária, que compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utiliza-se a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo padronizado do Banco Central do Brasil através das metodologias de Abordagem de Valor Econômico, que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária do Banco - *Economic Value of Equity (EVE)*, pela Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na sua carteira bancária - *Net Interest Income (NII)* e também para Perdas e Ganhos Embutidos, que é a diferença entre o valor econômico das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (*off-balance sheet*) sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de Governança Corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

A tabela a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$4,0307 de 31/12/2019 (PTAX - Venda - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Notas Explicativas

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moedas	Ações	
1	1%	145	2.159	148	2.452
2	25%	3.626	53.981	3.686	61.293
3	50%	7.233	107.962	7.371	122.566

Definições:

Taxa de Juros - exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação.

Moeda Estrangeira - exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável - exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 88,0% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,8%), no valor total de R\$122.566.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 15). Estas captações externas possuíam o valor original de US\$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos), e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar - US\$” considera a cotação de R\$4,0307 de 31/12/2019 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2019.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2019.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2019.

Notas Explicativas

Carteira Trading e Banking

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(1.866)	(45.707)	(89.531)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	1.866	45.707	89.532
Efeito Líquido			-	-	1

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o risco de liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banrisul, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banrisul.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e é responsável por manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso

Notas Explicativas

necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, a declaração de apetite a riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto. Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados Interna de Risco Operacional, é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Os resultados das análises e os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

O gerenciamento do risco socioambiental abrange financiamentos, projetos e operações, cujas características permitam identificar previamente a destinação dos recursos, não impedindo que aqueles que não se enquadram na definição acima sejam analisados.

Com relação às atividades da Instituição, o gerenciamento do risco socioambiental abrange o processo de gestão de resíduos, a observância dos requisitos exigidos na contratação de fornecedores, e o acompanhamento dos contratos com terceirizados durante sua vigência, visando à mitigação dos riscos socioambientais associados.

Os resultados das análises e os registros dos eventos de risco socioambiental são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Índices de Capital

Conforme previsto na Resolução nº 4.192/13 do CMN a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial que inclui o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, a Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e a Banrisul Cartões S.A. A Resolução nº 4.193/13 do CMN define os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além de determinar a apuração do Adicional de Capital Principal.

Notas Explicativas

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019:

Conglomerado Prudencial	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência (PR)	6.438.996	6.145.537
Nível I	5.906.023	5.434.907
Capital Principal	5.906.023	5.434.907
Capital Social	5.205.891	4.403.823
Reserva de Capital e de Lucros	2.877.696	3.070.817
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(289.486)	(195.955)
Ajustes Prudenciais (previstos na Resolução nº 4.192/13)	(1.888.078)	(1.843.778)
Nível II	532.973	710.630
Instrumentos Elegíveis ao Nível II autorizados com base em normas anteriores à Res. nº 4.192/13	532.973	710.630
RWA	42.733.919	40.380.928
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	32.005.227	29.909.619
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	765.952	907.436
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	18.504	2.402
RWA _{JUR3} (Risco de Juros)	4.870	-
RWA _{ACS} (Risco de Ações)	29.397	48.734
RWA _{CAM} (Risco Taxa de Câmbio)	713.181	856.300
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	9.962.740	9.563.873
RWA Carteira <i>Banking</i> (RBAN/IRRBB)	477.935	376.998
Margem sobre o PR considerando RBAN	1.473.999	1.528.541
Recursos Disponíveis para Novos Investimentos	18.424.991	17.722.220
Índices de Capital		
Índice de Basileia	15,07%	15,22%
Índice de Nível I	13,82%	13,46%
Índice de Capital Principal	13,82%	13,46%
Índice de Imobilização	7,65%	5,89%
Razão de Alavancagem	7,02%	6,78%

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para 2019, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,00% para o Índice de Nível I e 4,50% para o Índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

O PR alcançou R\$6.438.996 em dezembro de 2019, apresentando aumento de R\$293.459 frente a dezembro de 2018, impactado, principalmente, pela incorporação dos resultados gerados no período. A dívida subordinada registrada no Nível II apresentou redução de R\$177.657, em função da aplicação do cronograma de Basileia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores a Resolução nº 4.192/13 do CMN.

A Circular nº 3.876/18 do Bacen determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB (Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*), em substituição a RBAN, a partir de janeiro de 2019. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária está exposta foi alterada, deixando de ser calculada através do VaR (*Value at Risk*) e passando a utilizar o Δ EVE (*Variation of Economic Value of Equity*: variação do valor econômico) e Δ NII (*Variation of Net Interest Income*: variação do resultado da intermediação financeira).

Neste contexto, o IRRBB calculado para dezembro de 2019 foi de R\$477.935 quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2018 que ficou em R\$376.998 (quando o modelo vigente era a RBAN), identifica-se aumento de R\$100.937.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando a RBAN/IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira bancária (RBAN até dezembro de 2018/IRRBB a partir de janeiro de 2019), e o adicional de capital principal - ACP mínimo requerido pelo regulador (2,50% a partir de janeiro de 2019). Os recursos disponíveis também são calculados a partir da Margem do PR considerando a RBAN/IRRBB e o fator F vigente.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 15,07%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. O Índice de Nível I foi de 13,82% e o Índice de Capital Principal foi de 13,82%. A razão de alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2019 foi de 7,02%.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 4.636/18 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 4.636/18 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banrisul, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

Em abril de 2018, o Estado do Rio Grande do Sul alienou, por meio de procedimento de leilão na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a quantidade total de 28.974.500 ações de emissão do Banrisul, sendo 26.000.000 de ações PNB e 2.974.500 de ações ON, representando assim uma redução de sua participação acionária de 7,44% em relação ao Capital Social total do Banrisul. Contudo, o controle do Banrisul pelo Estado do Rio Grande do Sul permanece inalterado. A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio executou a venda tendo como intermediador a BTG Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Para a prestação destes serviços a Banrisul Corretora foi remunerada a título de corretagem em 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre os valores negociados;

(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de

Notas Explicativas

Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

(iii) Coligadas: (i) Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; (ii) Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR, *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada e da Rio Grande Capitalização; e (iii) VG8JV Tecnologia S.A. - VG8JV, atua sob o nome fantasia de VeroGo, oferece solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

			Banrisul	
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(767.481)	(892.709)	(28.644)	(17.333)
Outros Créditos	3.768	3.001	-	-
Depósitos à Vista	(695.214)	(607.120)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(39.547)	(265.439)	(26.172)	(15.858)
Outras Obrigações	(36.488)	(23.151)	(2.472)	(1.475)
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(1.255.376)	(1.404.167)	89.897	86.773
Outros Créditos	117.976	47.734	119.829	115.687
Depósitos à Vista	(9.009)	(3.659)	-	-
Depósitos a Prazo	(23.916)	(12.397)	(1.008)	(1.687)
Captações no Mercado Aberto	(185.664)	(252.130)	(1.016)	(1.181)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(287.457)	(295.269)	(18.794)	(17.982)
Outras Obrigações	(867.306)	(888.446)	(9.114)	(8.064)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)
Outras Obrigações	(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)
Total	(2.090.011)	(2.365.950)	39.094	48.845

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

			Banrisul Consolidado	
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(767.237)	(884.241)	(28.476)	(16.549)
Disponibilidades	-	8.160	125	739
Outros Créditos	4.012	3.309	42	45
Depósitos à Vista	(695.214)	(607.120)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(39.547)	(265.439)	(26.172)	(15.858)
Outras Obrigações	(36.488)	(23.151)	(2.471)	(1.475)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)
Outras Obrigações	(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)
Total	(834.391)	(953.315)	(50.635)	(37.144)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Risco, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	16.145	11.588
Remuneração	12.421	9.026
Encargos Sociais	3.724	2.562
Benefícios Pós-emprego	640	687
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	640	687
Total	16.785	12.275

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

Notas Explicativas

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$900.

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2019, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 5.087 ações, conforme Nota 23(a).

NOTA 29 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1));
Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2));
Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1));
Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Eventos Subsequentes (CPC 24);
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));
Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2));
Ativo Intangível (CPC 04 (R1)); e
Ativo Imobilizado (CPC 27).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro

Notas Explicativas

de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

O Banrisul, em 19 de março de 2019, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Notas Explicativas

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

CLÁUDIO COUTINHO MENDES
Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente

CLAÍSE MÜLLER RAUBER
FERNANDO POSTAL
JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
MARCUS VINÍCIUS FEIJÓ STAFFEN
OSVALDO LOBO PIRES
RAQUEL SANTOS CARNEIRO
SUZANA FLORES COGO
Diretores

Conselho de Administração

JORGE LUIS TONETTO
Presidente

CLÁUDIO COUTINHO MENDES
Vice-Presidente

ADRIANO CIVES SEABRA
EDUARDO CUNHA DA COSTA
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO VERNER JUENEMANN
MÁRCIO GOMES PINTO GARCIA
RAFAEL ANDREAS WEBER
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais

GUIDANCE

A atividade econômica do país, apesar do arrefecimento da atividade econômica mundial, reflexo da manutenção dos focos globais de risco e da expectativa de continuidade do movimento de desaceleração das economias centrais, foi marcada por uma melhora das perspectivas econômicas domésticas, com a aprovação da reforma da Previdência, taxa de juros básica no menor patamar histórico, em 4,5% ao ano, e pelo início da retomada da atividade no país. Nessa conjuntura, diante da evolução nos dados de atividade e no mercado de crédito, em particular no segmento de pessoas físicas, manteve-se a tendência de crescimento no período.

Com isso, as metas de evolução da carteira de crédito comercial da pessoa física superaram as expectativas, e os indicadores de performance do Banco estabelecidos no final do ano de 2018 foram alcançados. No entanto, o crescimento da carteira de crédito comercial da pessoa jurídica ainda seguiu em retração, com redução dos volumes acima da revisão publicada no terceiro trimestre. No terceiro trimestre de 2019, o Banrisul ajustou as expectativas de crescimento do crédito comercial pessoa jurídica e do crédito imobiliário divulgadas ao mercado no final de 2018.

O crescimento da carteira comercial pessoa física, incluídos outros créditos com característica de concessão de crédito, de 13,8%, ficou acima do previsto, face às operações de adiantamento do 13º salário dos servidores públicos do Estado e à ampliação do crédito consignado. Já a contração do crédito comercial pessoa jurídica, prevista entre -2% e 2%, apresentou retração de 2,3%, refletindo a redução nas linhas de capital de giro e das contas devedoras, especialmente no segmento corporativo. O crédito imobiliário registrou crescimento de 0,3% em saldos de posição, com crescimento na carteira de pessoa física e redução na carteira de pessoa jurídica. Concluído o período, verifica-se que outras linhas compensaram o movimento daquelas que ficaram abaixo das expectativas, fazendo com que a carteira de crédito total atingisse o intervalo divulgado, alcançando um crescimento de 6,2% no ano.

Sobre os indicadores de provisionamento da carteira de crédito, as despesas com provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD) em proporção da carteira se mantiveram dentro do intervalo esperado, 3,3%, enquanto o saldo de PDD em percentual da carteira de crédito alcançou 7,6%, 0,1 pp. acima do teto previsto para o ano. O saldo de provisão para perdas em crédito refletiu a rolagem da carteira por *rating*, o provisionamento de operações de crédito renegociadas e o aumento das operações em atraso.

Com relação aos indicadores de *performance* ajustados, os intervalos divulgados foram alcançados. Mesmo com a redução das taxas do crédito, a queda da margem financeira foi menos significativa, perfazendo uma margem sobre ativos rentáveis de 7,9%. Em consonância, o Banco conteve o crescimento de suas despesas administrativas, alcançando um índice de eficiência de 52,1%, dentro do intervalo esperado. Por fim, o indicador de retorno realizou as expectativas da Instituição.

Para o ano de 2020, espera-se a consolidação da melhora na economia, reforçada pelos níveis de consumo e emprego. Desta forma, o crédito tende a apresentar crescimento, ainda que focado na pessoa física. O segmento da pessoa jurídica, mesmo que em ritmo mais lento, deve apresentar evolução, tendo em vista a procura por fontes de financiamento. Em função da leve recuperação da economia, as perdas de crédito tendem a reduzir, mas os níveis de provisionamento devem alcançar patamares semelhantes ao realizado no ano anterior, assim como a captação de recursos.

No tocante aos indicadores de performance, com a Resolução 4.765/2019 do Bacen, que limitou as taxas de juros do cheque especial, e com o aumento dos investimentos na Instituição, há impactos nas margens e resultados, levando à redução nos intervalos da margem financeira e da rentabilidade. Apesar destes movimentos, considerando, por outro lado, as ações para redução de despesas, o intervalo para o Índice de Eficiência será mantido.

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais**Perspectivas Banrisul**

	Ano 2019			Ano 2020
	Projetado ⁽¹⁾	Revisado Set 2019	Realizado	Projetado
Carteira de Crédito Total	4% a 8%	4% a 8%	6,2%	9% a 13%
Crédito Comercial Pessoa Física	6% a 10%	6% a 10%	13,8%	10% a 14%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	1% a 5%	-2% a 2%	-2,3%	2% a 6%
Crédito Imobiliário	4% a 8%	0% a 4%	0,3%	3% a 7%
Despesa de Provisão Crédito sobre a Carteira de Crédito	3% a 4%	3% a 4%	3,3%	3% a 4%
Saldo de Provisão sobre a Carteira de Crédito	6,5% a 7,5%	6,5% a 7,5%	7,6%	7% a 8%
Captação Total ⁽²⁾	6% a 10%	6% a 10%	5,4%	5% a 9%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	16% a 19%	16% a 19%	16,9%	14% a 17%
Índice de Eficiência	50% a 54%	50% a 54%	52,1%	50% a 54%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis Médios	7,5% a 8,5%	7,5% a 8,5%	7,9%	7% a 8%

(1) Divulgado no 4T2018 e mantido até o 2T2019.

(2) Captação total: em 2019 Depósitos + Fundos de Investimentos; em 2020 Depósitos + Recursos de Letras Financeiras e Similares + Captação Externa.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2020.

Proposta de Orçamento de Capital

Demonstração da Destinação do Capital para Investimentos

Com base nas variações patrimoniais projetadas e nos resultados estimados para o período 2020/2024, a parcela do resultado retida para investimentos está demonstrada na sequência.

A premissa de retenção do lucro líquido é obtida pela dedução da Reserva Legal (5%), sendo, do restante, excluído os dividendos e juros sobre o capital próprio. Foi aprovado em Assembleia-Geral, para o ano de 2019 e projetado para 2020 e anos subsequentes, o pagamento da totalidade dos juros sobre o capital próprio ou 40% do lucro líquido a título de dividendos, 15% acima dos dividendos mínimos obrigatórios. A parcela retida é alocada em investimentos e capital de giro, sendo parte dela registrada em Reserva Estatutária (25%), com destinação para aplicação em TI, e, o restante em Reservas para Expansão.

Projetam-se para o período 2020/2024, variações patrimoniais cujo incremento soma **R\$24,1** bilhões. A alocação de capital do Banrisul abrange ativos de crédito, tesouraria e ativos fixos. A parcela do capital direcionada a investimentos em expansão e modernização tecnológica e reformas e ampliações soma **R\$1.876,0** milhões.

Quadro 1 - Orçamento de Capital para Investimentos de 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024	R\$ milhões Total
ORIGENS	5.094,3	5.110,5	2.604,1	5.503,4	5.757,3	24.069,6
Depósitos Livres	2.233,9	2.215,4	2.888,2	3.075,4	3.348,7	13.761,7
Recursos de Letras	1.014,4	621,1	742,6	847,9	970,7	4.196,7
Empréstimos e Repasses	442,5	240,3	211,5	174,6	189,2	1.258,0
Captação Externa	(126,3)	124,6	(2.408,0)	-	-	(2.409,7)
Outros Recursos	811,4	1.262,5	396,0	657,8	406,5	3.534,2
Retenção de Lucros no ano anterior	718,4	646,5	773,8	747,7	842,2	3.728,7
Para Investimentos	406,3	473,5	317,7	367,1	311,4	1.876,0
Para Capital	312,1	173,0	456,1	380,6	530,8	1.852,7
ALOCAÇÕES	5.094,3	5.110,5	2.604,1	5.503,4	5.757,3	24.069,6
Operações de Crédito	4.164,7	5.590,2	3.309,9	3.381,1	3.377,7	19.823,6
Títulos e Valores Mobiliários	(1,5)	(309,4)	(1.868,9)	927,9	1.213,2	(38,7)
Outras Alocações	524,8	(643,8)	845,4	827,3	855,0	2.408,7
Investimentos	406,3	473,5	317,7	367,1	311,4	1.876,0
Expansão, Reformas e Ampliações	38,9	25,9	25,4	24,9	28,2	143,4
Modernização Tecnológica	367,4	447,6	292,3	342,2	283,2	1.732,6

Valores Realizados até Novembro / 2019.

Da retenção de lucros para investimentos, a constituição da Reserva Estatutária tem destinação específica para investimentos em informática e a Reserva para Expansão destina-se a complementar os investimentos de informática e investir em melhorias patrimoniais e expansão da rede, bem como investir em capital de giro e no suporte ao Plano de Capital para expansão de operações de crédito, visando manter os níveis adequados de Basiléia.

Desta forma, a política de alocação de recursos contempla as seguintes premissas:

✓ Operações de Crédito

O Banrisul manterá a postura seletiva e conservadora da Instituição com os procedimentos de gestão de riscos. Com a expectativa de melhora da economia, a política é de crescimento na PF e gradual retomada do crescimento na PJ, especialmente nas pequenas e médias empresas, com

Proposta de Orçamento de Capital

o intuito de melhorar a qualidade da carteira. O somatório das variações de saldos, nos cinco anos, resulta em R\$ 19,8 bilhões em ativos de crédito.

✓ **Operações de Tesouraria**

Considerando a expectativa de crescimento dos depósitos e dos demais recursos de *funding*, do pagamento da captação externa, bem como da evolução do crédito e de projeções de investimentos, a projeção das variações de saldos aplicados em operações de tesouraria reduz em R\$ 38,7 milhões nos próximos cinco anos.

✓ **Aumento do Patrimônio para sustentação dos negócios (Basiléia)**

De acordo com a Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), as instituições financeiras devem manter permanentemente, montantes de Patrimônio de Referência, Capital de Nível I e Capital Principal, em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos. A partir disso, e do plano de negócios do Banco, é elaborado o Plano de Capital que demonstra o capital necessário para a formação do patrimônio mínimo que sustente o crescimento dos negócios ponderados pelo risco, e cuja principal fonte é a retenção de lucros.

✓ **Modernização Tecnológica**

A Administração pretende também manter e reforçar os investimentos na área de tecnologia da informação, bem como em manutenção da estrutura física e patrimonial. Para 2019, o Quadro 1 apresenta os principais investimentos.

✓ **Expansão / Reformas e Ampliações**

Atualização e conservação da estrutura física do Banrisul e manutenção da rede de distribuição, oferecendo melhores condições de trabalho através de reformas, ampliações e revitalizações em edificações, mobiliário e recursos de segurança patrimonial.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

Atendendo ao disposto nas Práticas de Governança Corporativa Nível 1, apresentamos a seguir, a posição acionária atualizada.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DE CLASSE OU TOTAL DE AÇÕES									27/02/2020	
Acionista	ON	PNA	PNB	TOTAL	% ON	% PNA	% PNB	% TOTAL	PN	% PN
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	751.479	-	201.976.838	98,13%	54,73%	0,00%	49,39%	751.479	0,37%
Kapitalo Investimentos	-	-	10.330.500	10.330.500	0,00%	0,00%	5,10%	2,53%	10.330.500	5,07%
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%
Outros	3.839.482	621.612	192.206.045	196.667.139	1,87%	45,27%	94,90%	48,08%	192.827.657	94,56%
Total	205.064.841	1.373.091	202.536.545	408.974.477	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	203.909.636	100,00%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO									31/12/2019	
Acionista	ON	PNA	PNB	TOTAL	% ON	% PNA	% PNB	% TOTAL		
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	751.479	-	201.976.838	98,13%	54,59%	0,00%	49,39%		
Administradores, Conselheiros e Comitês	56	26	5.005	5.087	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
Outros	3.839.426	625.196	202.527.930	206.992.552	1,87%	45,41%	100,00%	50,61%		
Total	205.064.841	1.376.701	202.532.935	408.974.477	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%		

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO									28/01/2019	
Acionista	ON	PNA	PNB	TOTAL	% ON	% PNA	% PNB	% TOTAL		
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.225.359	751.479	2.056.962	204.033.800	98,13%	48,84%	1,02%	49,89%		
Administradores, Conselheiros e Comitês	57	117	514	688	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%		
Outros	3.836.716	787.213	200.316.060	204.939.989	1,87%	51,15%	98,98%	50,11%		
Total	205.062.132	1.538.809	202.373.536	408.974.477	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%		
Ações em Circulação (Free Float)	3.836.716	787.213	200.316.060	204.939.989	1,87%	51,15%	98,98%	50,11%		

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS

Aos

Administradores e aos Acionistas do

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada, do Banrisul em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

As Notas Explicativas nºs 3.4 (a), (e), (f) e (g) 4 (d) e 11 descrevem as diretrizes utilizadas pelo Banrisul para a mensuração da provisão para as perdas esperadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, as quais são apuradas com base em julgamento e premissas, considerando, entre outros fatores, as tendências observadas na provisão para perda de crédito por segmento e projeções de perdas esperadas.

Devido à relevância dos ativos financeiros relacionados a operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro mensurados ao custo amortizado, a complexidade dos cálculos para a apuração da perda esperada, ao grau de julgamento envolvido nas diretrizes utilizadas na mensuração, o impacto que eventuais alterações nas condições econômicas gerais ou nos acordos financeiros poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras e os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação e dos registros contábeis relativos às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

Com o auxílio dos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito, avaliamos também a razoabilidade dos modelos de mensuração das perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, incluindo os critérios utilizados para a classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro nos estágios previstos no IFRS 9 a partir do seu reconhecimento inicial. Com base em amostragem, recalculamos a perda esperada das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro elaborada com base nos modelos de mensuração e na política estabelecida pelo Banrisul.

Avaliamos, ainda, se as demonstrações financeiras consolidadas consideram as informações relevantes sobre a natureza das transações, a exposição ao risco de crédito e os valores de perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro pelo Banrisul.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de perdas esperadas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Provisões e passivos contingentes ? Trabalhista, cível e fiscal

O Banrisul possui demandas judiciais e administrativas de naturezas trabalhista, cível e fiscal, conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.12 e 21, para as quais é reconhecida provisão nas demonstrações financeiras consolidadas da parcela cujo risco de perda de acordo com avaliação da Administração é provável. As parcelas dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas divulgadas nas notas explicativas e as perdas remotas não requerem provisão nem divulgação. A mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos judiciais e administrativos, requerem julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos em que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas? respostas de confirmação desses consultores em relação à existência das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra: (a) avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul para definição da probabilidade de sucesso; (b) efetuamos teste de recálculo da mensuração dos valores provisionados para aqueles processos ou conjuntos semelhantes de processos que envolvem valores significativos; e (c) comparamos os valores provisionados com os valores definitivos das condenações ocorridas no período corrente. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Obrigação com benefício de longo prazo p1 s? emprego

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3.13 e 32 o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades é classificada como "planos de benefício definido". As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, tabela de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos chave do Banrisul relacionados ao processo de determinação das premissas a ser utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem, validamos as bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e, com auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como tabela de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial, bem como efetuamos por amostragem teste de recálculo. Adicionalmente, efetuamos estes mesmos procedimentos para avaliar a migração de participantes do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios FBPREV III. Avaliamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

• Ambiente de Tecnologia da Informação

O Banrisul é dependente de sua estrutura de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento de suas operações, a continuidade de seus processos de negócios e consequente elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a qual envolve o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Considerando que os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, especificamente os associados a processos e controles que suportam a operacionalidade dos sistemas de tecnologia, podem ocasionar processamento incorreto de informações críticas e eventualmente impactar a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, avaliamos o desenho e, por meio de amostragem, a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos sistemas considerados chave para elaboração das informações financeiras, tais como controles internos automatizados e/ou com componentes automatizados e controles relacionados à segurança da informação, incluindo os controles relativos: (i) ao gerenciamento de acesso a dados e programas; (ii) aos desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; (iii) ao gerenciamento de alterações sistêmicas; e (iv) aos eventuais controles compensatórios desses sistemas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que os processos e controles nos proporcionaram base aceitável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banrisul é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banrisul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banrisul e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banrisul e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banrisul e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banrisul e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 11 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

CRC SP-014428/F-7 Contador CRC 1SP252419/O-0

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do Artigo 163, da Lei 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, estes últimos emitidos nesta data e com base nas Atas do Conselho Fiscal, opinamos que as mencionadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.

Bruno Pinto de Freitas

Presidente

Gustav Gorski

Marco Aurélio Santos Cardoso

Massao Fábio Oya

Rogério Costa Rokembach

Conselheiros

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

31 DE DEZEMBRO DE 2019

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração é composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Resolução CMN nº 3.198/2004, e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

A atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar, previamente a publicação, as demonstrações contábeis semestrais, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com os Comitês Estatutários do Banrisul, e com as Diretorias do Banco e das Empresas Controladas.

A administração é responsável por manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e legislação aplicável, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e aos Auditores Independentes.

A KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira. O planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos, a análise da estrutura de controles internos e o parecer sobre as demonstrações financeiras.

Atividades Desenvolvidas

O planejamento dos trabalhos foi realizado considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis por realizar o controle interno, o gerenciamento de riscos e o acompanhamento das contingências no período de 01 de julho a 31 de dezembro 2019. Nesse período realizou 15 reuniões, contemplando 58 sessões, devidamente formalizadas em atas, e além disso, os integrantes dedicaram 440 horas para análise prévia do material.

Ao longo do 2º semestre de 2019 foram realizadas reuniões com Conselheiros do Conselho de Administração, membros do Comitê de Riscos, Diretores do Banrisul e das Controladas, e executivos do Banco, das Controladas e das Coligadas, da Fundação Banrisul Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banrisul (Cabergs). Destacam-se as reuniões com os Inspectores do Banco Central do Brasil, os Auditores Independentes, a Auditoria Interna, a Ouvidoria, a Controladoria, a Assessoria Jurídica e as demais áreas que integram a Instituição.

No tocante à educação continuada, os integrantes participaram de congressos, seminários e cursos relacionados às suas áreas de competência, totalizando 251 horas no período.

Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e do balanço semestral, os integrantes do Comitê reuniram-se com a KPMG Auditores Independentes para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados e da independência dos auditores. O Comitê avaliou com a Auditoria Independente seu relatório, datado de 05 de fevereiro de 2020, emitido sem ressalvas.

Conclusão

A análise dos apontamentos do Banco Central do Brasil, bem como dos relatórios da Auditoria Interna, da Unidade de Controles e Compliance e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometem a efetividade do sistema de controles internos. A mitigação de pontos indicados está sendo processada e monitorada.

Tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos do Banco e Empresas Controladas.

Neste período foram examinados os relatórios da Auditoria Interna até a data base novembro 2019, e efetuadas recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, o Comitê examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Contabilidade, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que elas estão livres de distorções relevantes.

Com base nas atividades desenvolvidas, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2019, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.

Carlos Biedermann

João Verner Juenemann

Eraldo Soares Peçanha

Coordenador

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

ATA Nº 9552

Reunião da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (CNPJ nº 92.702.067/0001-96 – NIRE nº 43300001083 – sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em 06 de setembro de 1928) realizada no dia 10 de março de 2020, às 09 horas, na sala de reuniões da Diretoria, na Rua Capitão Montanha, 177, 4º andar, Porto Alegre/RS, CEP nº 90018-900, com a presença dos diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foram examinados os seguintes assuntos, relacionados por origem:

GABINETE DA DIRETORIA

O Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade, Werner Kohler, apresentou as Demonstrações Financeiras em IFRS do exercício de 2019, para o qual a Diretoria emitiu a seguinte declaração em cumprimento às instruções vigentes:

Demonstrações Financeiras em IFRS – Exercício de 2019

A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras em International Financial Reporting Standards – IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pela Secretária-Geral. Ass.: Cláudio Coutinho Mendes – Presidente; Irany de Oliveira Sant' Anna Junior – Vice-Presidente e Claíse Müller Rauber, Fernando Postal, Jorge Fernando Krug Santos, Marcus Vinícius Feijó Staffen, Osvaldo Lobo Pires, Raquel Santos Carneiro e Suzana Flores Cogo – Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na Ata nº 9552, de 10-03-2020, lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre, 16 de março de 2020.

Cláudio Coutinho Mendes

Presidente

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

ATA Nº 9553

Reunião da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (CNPJ nº 92.702.067/0001-96 – NIRE nº 43300001083 – sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em 06 de setembro de 1928) realizada no dia 11 de março de 2020, às 08h30min, na sala de reuniões da Diretoria, na Rua Capitão Montanha, 177, 4º andar, Porto Alegre/RS, CEP nº 90018-900, com a presença dos diretores, conforme assinaturas no final desta ata, em que foi examinado o seguinte assunto:

GABINETE DA DIRETORIA

O Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade, Werner Kohler, apresentou o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras em IFRS do exercício de 2019, para o qual a Diretoria emitiu a seguinte declaração em cumprimento às instruções vigentes:

Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes em International Financial Reporting Standards – IFRS referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que vai assinada pelos diretores presentes e rubricada pela Secretária-Geral. Ass.: Cláudio Coutinho Mendes – Presidente; Irany de Oliveira Sant' Anna Junior – Vice-Presidente e Claíse Müller Rauber, Fernando Postal, Jorge Fernando Krug Santos, Marcus Vinícius Feijó Staffen, Osvaldo Lobo Pires, Raquel Santos Carneiro e Suzana Flores Cogo – Diretores.

CERTIDÃO

Certifico que o presente registro é cópia fiel do que consta na Ata nº 9553, de 11-03-2020, lavrada no livro próprio de Atas de Reuniões da Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre, 16 de março de 2020.

Cláudio Coutinho Mendes

Presidente

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS